

LUCIO FLAVIO RODRIGUES DE ALMEIDA

"As redefinições do nacionalismo populista no Brasil"

*Este exemplar corresponde à redação final da
tese defendida pelo aluno Lúcio Flávio Rodri-
gues de Almeida e aprovada pela Comissão
Julgadora*

Campinas, 19 de setembro de 1984

[Assinatura]

Dissertação apresentada
como exigência parcial
para a obtenção do Grau
de Mestre em Ciência Po-
lítica no Instituto de
Filosofia e Ciências Hu-
manas da UNICAMP, sob a
orientação do Prof. Dr.
Décio Azevedo Marques
de Saes.

Campinas, 1984.

LUCIO FLAVIO RODRIGUES DE ALMEIDA

"As redefinições do nacionalismo populista no Brasil"

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP

1984

I - <u>Introdução</u>	4
1. O tema	4
2. A bibliografia	5
3. Teoria e método	11
a. Nação e nacionalismo: algumas questões gerais ...	11
b. O itinerário de Stalin	13
c. Elementos para uma análise do nacionalismo	20
d. As variantes ideológicas	26
e. Objeto	30
II - <u>A constituição do nacionalismo populista</u>	32
1. A crise estrutural	32
2. A matriz ideológica	40
III - <u>O nacionalismo militar</u>	43
1. O nacionalismo burocrático	46
2. O nacionalismo da burguesia industrial	71
IV - <u>A crise do nacionalismo militar</u>	82
1. A burguesia industrial escolhe o seu modelo	82
2. O P. C. B. entra, a burguesia industrial sai	87
3. A exacerbação do nacionalismo burocrático	93
V - <u>O nacionalismo trabalhista</u>	100
1. O nacionalismo da burguesia industrial	100
2. O nacionalismo burocrático	107
VI - <u>O nacionalismo triunfante</u>	114
1. O nacionalismo da burguesia industrial	114
2. O nacionalismo burocrático	120
VII - <u>O nacionalismo reformista</u>	127
1. O ascenso do nacionalismo popular	127
2. A burguesia industrial abandona o populismo	148
3. A exacerbação do nacionalismo burocrático	167
VIII - <u>Conclusão</u>	185
IX - Notas	189
X - Bibliografia	210

"Or l'essence d'une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses."

Renan (1)

"Explorar no Brasil, a justo título, sim;
não explorar o Brasil."

Citado em "O Semanário" (2)

I - Introdução

1. O tema

No interior do espólio político e intelectual legado pela política populista, o nacionalismo ainda avulta como uma questão pendente.

Não faltaram aqueles que, em nome do movimento operário, descartaram-no como um traste indesejável. Ideologia que consagrava uma política de colaboração de classes, pedra de toque de uma aliança espúria do movimento operário com o populismo em crise, opção catastrófica em nome da qual os principais grupos de "esquerda" abandonaram a tarefa de atribuir uma organização autônoma à classe operária, o nacionalismo teria arrastado o movimento popular rumo ao abismo de 1964.

Por outro lado, apesar do grande impacto que aquela ideologia exerceu, poucos atores sociais que participaram ativamente das lutas do período 30-64 reconhecem-se como seus "suportes". E os que o fazem não identificam no nacionalismo populista as características mencionadas acima, tendendo, ao contrário, a atribuir a derrota de 1964 mais aos "acertos" do que aos "erros" então realizados.

Além disso, aquele veredito não conseguiu eliminar inteiramente a atração que o nacionalismo tem exercido sobre importantes setores da vida política brasileira, em particular entre as "esquerdas", nas duas últimas décadas. Palavras de ordem nacionalistas estiveram presentes nos movimentos populares urbanos dos anos 67-68, que chegaram a momentos de contestação frontal à ditadura militar, assim como nas pregações dos sucessivos partidos de oposição legal ao regime. Mesmo alguns oficiais plenamente identificados com o movimento de abril de 1964 e que exigiam um maior "endurecimento" do regime durante o governo Castelo Branco, ao se identificarem com um certo tipo de nacionalismo, não deixaram de provocar certo "frisson" entre correntes que se pretendiam identificadas com a

transformação socialista da sociedade brasileira. Por sua vez, o envolvimento das oposições com a candidatura do Gal. Euler Bentes Monteiro revelaria que tal atração era algo mais do que um deslize ocasional. Finalmente, existem os que pretendem demonstrar que, as sim como as políticas de desnacionalização das economias dos países latino-americanos tem sido implementadas por regimes ditatoriais, o nacionalismo que surge nas sociedades situadas ao sul do Rio Grande é intrinsecamente democrático.

Tudo isso leva-nos a supor que nacionalismo e populismo, embo ra tenham tomado o mesmo barco, não pereceram juntos durante o naufrágio. Portanto, a importância de um debate sobre o nacionalismo no Brasil não possui uma dimensão apenas acadêmica nem, tampouco, se restringe a um período histórico já encerrado.

2 - A bibliografia

No esforço de revisão dos axiomas correntes no pensamento das "esquerdas" antes de 1964, um lugar destacado coube às críticas das teses que imputavam à "burguesia nacional" um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo. Para realizá-lo, ela teria de se defrontar com o imperialismo, especialmente o imperialismo norte-americano, e seus aliados internos, o latifúndio semi-feudal e setores da burguesia comercial (3).

Por exemplo, uma crítica sistemática das teses que informavam a estratégia de aliança da classe operária com a "burguesia nacional" seria feita por Prado Júnior (4). Para ele, tal estratégia te ria sido decalcada do processo histórico chinês, radicalmente distinto do brasileiro. Aqui, quem, eventualmente, por motivos táticos, levantava uma bandeira nacionalista, era um setor da burguesia, uma burguesia de Estado, ligada ao que Prado Júnior denomina "capitalismo burocrático", o qual teria seu ritmo de expansão determinado pela maior ou menor amplitude dos empreendimentos econô

micos estatais. Por outro lado, o conjunto da burguesia brasileira não teria interesses antagônicos, mas complementares, aos do capitalismo internacional. O equívoco das esquerdas, ao se aliarem ao "capitalismo burocrático", tomando-o por uma "burguesia nacional", teria sido o responsável pela disseminação do nacionalismo no interior do movimento popular.

Furtado (5) também descartaria a possibilidade da existência de uma "burguesia nacional" nos países "subdesenvolvidos". Ao contrário do ocorrido em certos países europeus, onde o caráter nacionalista da burguesia formara-se anteriormente à revolução industrial (no caso, tratava-se de uma burguesia mercantil), no Brasil a classe dos industriais constituíra-se acoplada ao comércio externo, que lhe proporcionava tanto o mercado interno como as divisas para a aquisição de equipamentos e matérias-primas importados. Furtado admitia, porém, que oposições entre empresários brasileiros e o capitalismo internacional ocorressem no plano subjetivo.

Por outro lado, principalmente no que se refere às relações entre cidade e campo, a crítica do modelo corrente entre as "esquerdas" no período final do populismo inseriu-se num debate mais amplo, que envolveu grande parte da intelectualidade latino-americana ao longo dos anos 60: a crítica das teses dualistas em suas várias modalidades (6). Segundo Prado Júnior (7), as relações de produção na agricultura brasileira, mesmo nos setores de mais baixa produtividade, são capitalistas. Por sua vez, Castro (8) e Oliveira (9) situam-se entre os autores que sustentam a tese da funcionalidade do desempenho da agricultura brasileira para o processo de acumulação industrial.

Na ausência de uma "burguesia nacional" - e, de resto, de seu principal antagonista interno, o latifúndio semi-feudal - quais teriam sido as bases sociais que possibilitaram ao nacionalismo tornar-se, para usar uma expressão consagrada, a linguagem política dominante nos últimos anos do período populista?

Apesar do caráter intelectualizante da crítica de Prado Júnior ao equívoco teórico das "esquerdas", suas referências ao "capitalismo burocrático" tiveram o mérito de apontar para uma outra direção de análise, a qual se mostraria bastante fecunda em vários outros estudos que abordaram o nacionalismo no Brasil. Referimo-nos ao papel do Estado e dos setores sociais mais diretamente ligados ao seu aparelho como suportes de uma ideologia nacionalista ou, quando menos, de uma "ideologia de Estado" travestida de nacionalismo.

Esta foi a direção seguida, entre outros, por Weffort, para quem o nacionalismo era "transfiguração teórica do populismo" (10). O nacionalismo é aí inserido nos quadros de um sistema político em que o Estado apresentava a especificidade de ser um Estado de compromisso e um Estado de massas. Estado de compromisso entre os grupos que constituíram a coalizão dominante no período que se abriu com a "revolução de 1930". E Estado de massas porque, como nenhum desses setores era capaz de constituir uma base de legitimidade para o Estado, esta seria encontrada nas massas urbanas. Tal situação teria tornado possível que o Estado obtivesse no compromisso entre os grupos dominantes uma nova fonte de poder e passasse à condição de árbitro entre as classes, formulando uma política de desenvolvimento econômico e social não subordinada aos interesses imediatos de nenhuma delas. Nesses termos, o nacionalismo passaria a ter significado político ao servir de cobertura teórica e ideológica para o desenvolvimentismo.

Em textos posteriores, nos quais procura analisar as condições em que teria se realizado a aliança do movimento operário com o populismo, Weffort afirma que o nacionalismo, que seria, aliás, antes uma ideologia de Estado que nacionalismo "stricto sensu", teria penetrado no P. C. via influência do tenentismo de esquerda, principalmente quando o grupo de Prestes assumiu a liderança daquele partido, nos anos 45-46. Nesse período, teria fracassado um pri

meiro ensaio de aliança do movimento operário com o populismo. Essa aliança só se realizaria em meados dos anos 50, quando aquele regime já estava em crise. Para justificá-la é que teria sido elaborada a concepção de uma "burguesia nacional". Isso numa época em que se iniciava um intenso processo de associação entre o empresário industrial brasileiro e o capital internacional (11).

Cohn (12) situa as origens do nacionalismo na oposição de estratos médios (intelectuais e burocracia de Estado) à intensa penetração de grupos estrangeiros na economia brasileira após a queda do Estado Novo. Entretanto, essa penetração cada vez mais ostensiva teria provocado o enfraquecimento do nacionalismo, não fosse sua união ao desenvolvimentismo, que o I. S. E. B. transformara em ideologia oficial, justificadora de uma industrialização a qualquer preço. O nacionalismo teria sido, assim, predominantemente, uma ideologia da burocracia de um Estado promotor de uma política de desenvolvimento capitalista, embora fosse encampado, taticamente, pelo médio capital. A ele teria aderido o P. C., que, colocado na clandestinidade e isolado das massas, teria orientado sua ação em função do Estado. E ao atuar principalmente no interior do aparelho estatal, como grupo de pressão, o P. C. teria colocado a classe operária dependente das iniciativas da burguesia no poder.

Abramos um parêntese.

Embora as diversas interpretações do nacionalismo populista expostas até aqui expressem perspectivas teóricas distintas, elas apresentam, ao lado de sua inegável fecundidade, três dificuldades bastante semelhantes.

Em primeiro lugar, ao nível teórico, elas estão demasiado presas a uma dicotomia conflito-complementaridade. Segundo elas, ou os empresários nacionais tinham interesses contraditórios aos do capitalismo internacional ou, então, não os tinham. Tal polarização impediu as diversas análises de apreenderem o sentido histórico do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, assim co

mo os níveis diferenciados de integração e de conflitos dos diferentes setores do capitalismo brasileiro em relação ao sistema imperialista. E, sobretudo, impediram que se compreendesse que as relações entre certas forças que assumiram a ideologia nacionalista no Brasil e o sistema capitalista internacional incluíam, ao mesmo tempo, uma unidade e uma contradição (13). Unidade em relação à continuidade nos quadros do sistema imperialista; e contradição porque se tratava de uma luta para ocupar uma nova posição no interior desse sistema.

Em segundo lugar, tais análises são centradas, de modo mais ou menos explícito, na relação (apresentada como real ou imaginária) entre a ideologia nacionalista e um único setor ou instância da sociedade brasileira (burguesia nacional, Estado, burocracia de Estado), este e aquela dotados de homogeneidade interna ao longo de todo o período. Tal relação unívoca impediu as análises de compreenderem que o nacionalismo populista comportava distintas variantes, cujo conhecimento é importante para a apreensão das redefinições daquela ideologia.

Finalmente, uma questão de ordem histórica, onde se entrelaçam as implicações teóricas apontadas acima. Os dois problemas mencionados revelam-se claramente quando se trata de submeter esses critérios a um teste decisivo: a explicação do que certos autores chamam de "o paradoxo do nacionalismo brasileiro". Como explicar que o momento de maior desenvolvimento do nacionalismo tenha sido posterior a um intenso processo de associação dos capitalistas autôtonos com o capital imperialista? É difícil conceber uma espécie de derrapagem da ideologia em relação à mudança do padrão de acumulação capitalista desencadeada a partir de meados dos anos 50 no Brasil, mudança que já traria em seu bojo, como um efeito irreversível, o colapso do nacional-populismo em 1964. Por outro lado, a menos que se admita que tenha sido aberto, a partir da segunda metade dos anos 50, um processo qualitativamente distinto (o que

não é o caso para os autores em questão), esse "vazio" também compromete as bases da análise do nacionalismo no que se refere ao período anterior à chamada "internacionalização do mercado interno".

Curiosamente, uma das tentativas de preencher esse "vazio" da análise ressuscita, com algumas nuances, a tese da "burguesia nacional". É o que ocorre, por exemplo, com Martins (14), para quem a "burguesia nacional autônoma" teria, juntamente com a burocracia estatal e certos estratos médios, liderado a aliança nacional-populista e se constituído no fulcro do nacionalismo brasileiro. Entretanto, ao longo do período desenvolvimentista, muitos foram os desfalques sofridos pelas forças dirigentes desta aliança, mormente no que se refere à burguesia nacional autônoma, devido ao processo de associação com o capital imperialista. De classe com veleidades a portadora de um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo, a burguesia nacional chegara ao limite de reduzir-se a uma construção ideológica útil no sentido de legitimar a aliança nacional-populista frente ao conjunto das classes dominantes.

A análise de Martins carece de uma fundamentação teórica e histórica justamente no que se refere à sua tese principal: a da existência de uma burguesia nacional autônoma nos quadros do populismo brasileiro. Porém seu trabalho possui o mérito de tentar a recuperação do sentido das práticas políticas e ideológicas nos anos finais daquele período.

Outra tentativa de explicar o "paradoxo do nacionalismo", embora seguindo uma direção oposta à de Martins, é feita por Saes (15). Partindo da análise de Silva (16), ele considera o populismo como inserido no processo histórico de transição do capitalismo agro-mercantil para o capitalismo industrial, ao mesmo tempo em que incorpora certas hipóteses de Weffort e de Cohn. Forma de "culto do Estado", o nacionalismo seria mais voltado para a capacidade de autodeterminação do Estado do que propriamente para a desnacionalização da economia. Nas conjunturas em que a diminuição da sobera-

nia do Estado era percebida por sua burocracia como decorrente da dominação imperialista, o nacionalismo incorporava-se, por meio da quela categoria social, à ideologia de Estado e, via organizações de esquerda, impregnava o movimento popular em ascensão espontânea. Ao se converter em forma de expressão desse movimento, o nacionalismo, no qual a burguesia industrial não se reconhecia, era percebido por esta como uma ameaça, contra a qual ela não vacilaria em lutar abertamente em 1946.

Pode-se, portanto, a partir das análises de Saes, pensar em certas variantes do nacionalismo populista, na medida em que tal ideologia se atualizaria ao se incorporar às práticas políticas de distintos grupos sociais. Isso permite, por exemplo, no que se refere ao início dos anos 60, formular hipóteses distintas daquelas que partem da vinculação exclusiva e um tanto mecânica da intensificação do nacionalismo ao novo padrão de acumulação capitalista que estava sendo implantado. Ao mesmo tempo, tal perspectiva talvez possibilite jogar luz sobre outros aspectos do nacionalismo em fases anteriores do período.

3 - Teoria e método

Para isso, exporemos, em primeiro lugar, os pressupostos teóricos e metodológicos mais gerais de nossa análise para, em seguida, precisar o sentido com o qual, à luz desses referenciais, será utilizado o conceito de variante ideológica com vistas à análise de um fenômeno ideológico específico: o nacionalismo populista no Brasil.

3.a - Nação e nacionalismo: algumas questões gerais

O que é a nação?

Decididamente, este não parece ter sido o modo mais feliz de

iniciar uma análise da questão nacional.

A partir daí, chegou-se, por exemplo, a elaborar um conceito de nação abstraindo-se a(s) característica(s) comum(ns), invariável(eis), dos diferentes fatos nacionais em diferentes lugares. Pôde-se, também, seguir o trajeto oposto: considerar os diferentes fatos nacionais como realizações mais ou menos acabadas da essência nacional.

Em um caso como no outro, fica difícil escapar a uma abordagem empiricista-essencialista da questão (17). Pode-se, inclusive, fazer um estudo de tipo histórico evolutivo da nação, tentando acompanhar suas sucessivas fases de desenvolvimento. Pode-se até sofisticar a análise, incorporando os pressupostos "dialéticos" de que as nações, como tudo na vida, estão sujeitas à lei da mudança, tendo um começo, um desenvolvimento e um fim. Pode-se mesmo considerar que elas não existem isoladamente, mas se relacionam com o ambiente em que se desenvolvem. Mas, a menos que reduzamos a dialêtica a um mero evolucionismo, um problema de base permanece.

Parece-nos que ele consiste, no essencial, em deixar incólume a radicalidade da nação, seja como um fato irreduzível (esta ou aquela nação), seja como uma essência fundadora (a nação).

O primeiro trajeto, tipicamente empiricista-positivista, é o que nos interessa mais de perto, pois é por aí que, mais frequentemente, as ideologias nacionais adquirem uma aparência "científica". Sua análise tem, portanto, implicações teórico-políticas demasiado importantes para que a descartemos como uma simples querela de "escolas".

O que está em jogo é, ao nosso ver, a possibilidade de ultrapassar o campo das representações ideológicas da nação (as quais se travestem de "fatos") e, com isso, o caráter crítico (isto é, explicativo) da teoria.

Limitando-se a teoria à tarefa de depurar aqueles "fatos" por meio de uma abstração que isolaria seus aspectos "essenciais", blo

queia-se o processo do conhecimento (teoria-prática), no qual, ao mesmo tempo em que se reconhece a realidade empírica da nação, nega-se a sua radicalidade, ou seja, faz-se sua crítica. Em outros termos, fecha-se o caminho para que se introduza o aparente (um as pecto do real) em sua teia de determinações, o que possibilitaria, por um lado, conhecer a sua necessidade e, por outro, fazer a sua crítica teórica, condição, aliás, do conhecimento daquela necessidade. Julgamos de melhor fundamentar e desenvolver essas teses, to maremos como referência uma posição que, para a maioria das corren tes teórico-políticas surgidas no bojo da III Internacional, chegou a ter ares de paradigma. Referimo-nos à abordagem staliniana da questão nacional, que, consiste, fundamentalmente, na conceituação de "nação", com a qual Stalin inicia seu ensaio "O marxismo e a questão nacional" (18) e em certas formulações do capítulo IV de "Fundamentos do leninismo", intitulado "O problema nacional" (19). Propomos a hipótese de que, na medida em que acrescentou algo de especificamente seu à análise do problema, Stalin dispensou-lhe um tratamento teórico-metodológico de fundo positivista (no sentido que definimos acima).

3.b - O itinerário de Stalin

Propondo-se a responder à questão que ele mesmo formula, a qual, aliás, é a mesma do austro-marxista Bauer ("o que é a nação?"), Stalin parte da premissa de que a nação é uma "comunidade determinada de indivíduos" (20). Comunidade determinada porque, se gundo Stalin, nem toda comunidade é uma nação. Cabe, então, investigar quais as determinações que constituem esse tipo específico de comunidade. Como Stalin pretende se desincumbir dessa tarefa? Trata-se, para ele, de fazer um levantamento dos traços, dos "índi ces", que, somados, caracterizariam a nação. A enumeração desses Índices constitui, assim, o segundo momento de seu trajeto.

A nação não é uma comunidade "de raça nem de tribo. A atual nação italiana, diz Stalin, foi formada de romanos, germanos, etruscos, gregos, árabes, etc., assim como os ingleses e alemães "constituíram-se em nações com homens pertencentes a raças e a tribos distintas" (21). Assim, recorrendo a uma oposição que não nos parece evidente ("raça" e "tribo" seriam comunidades a-históricas?), Stalin chega ao primeiro índice: a nação é "uma comunidade humana historicamente constituída" (22).

Para explicitar o segundo índice, Stalin recorre a um outro contra-exemplo: os grandes Estados de Ciro ou de Alexandre, "embora fossem constituídos historicamente, formados de tribos e de raças diversas", não eram nações, mas "aglomerados de grupos", formados ao acaso e pouco coerentes, que se juntavam ou se desagregavam na esteira das vitórias ou derrotas deste ou daquele conquistador. Assim, observa Stalin, "a nação não é um aglomerado acidental ou e fêmero, mas uma comunidade humana estável" (23).

Por outro lado, nem toda comunidade estável é uma nação. A Áustria e a Rússia, diz Stalin, são comunidades estáveis. Entretanto, ninguém "as chama de nações". Elas formariam "comunidades de Estado" e não comunidades nacionais. O que distinguiria uma das outras? Para Stalin, não se pode conceber a comunidade nacional sem uma língua comum, ao passo que esta não é obrigatória para o Estado. Chegamos, assim, ao terceiro índice arrolado por Stalin: "a comunidade de idioma é um dos traços característicos da nação" (24).

Mas isso não significa que cada nação fale um idioma diferente nem, inversamente, que todos os que falem a mesma língua constituam uma única nação. "Uma língua comum para cada nação, diz Stalin, mas não necessariamente línguas diferentes para as diversas nações!" (25).

Por que ingleses e norte-americanos não constituem uma só nação? Segundo Stalin, a comunidade nacional só pode constituir no decorrer de relações "prolongadas e regulares ... de uma vida em comum das pe

soas, de geração a geração", e isso é impossível sem um território comum. Portanto, uma primeira explicação para o fato de aqueles dois povos não constituírem uma nação estaria no fato de viverem em territórios diferentes. "A comunidade de território", afirma Stalin, "é um dos traços característicos da nação" (26).

Todavia, diz Stalin, isso não é tudo. Só a comunidade de território não seria suficiente para fazer de ingleses e norte-americanos uma única nação. Também seria necessário que houvesse uma ligação econômica interna que juntasse "as diversas partes da nação em um todo único". O quinto índice é, portanto, "a comunidade de vida econômica" (27).

Mas as nações não se distinguem apenas pelas condições de vida. Cada uma delas também se caracteriza por "sua psicologia", que se expressa no que cada cultura nacional tem de particular. Qualquer conceituação ficaria, portanto, incompleta se não levasse em conta "as particularidades psicológicas dos indivíduos reunidos em nação". Chegamos, assim, ao último índice levantado por Stalin: "a comunidade de formação psíquica, que se traduz na comunidade de cultura, é um dos traços característicos de uma nação" (28).

Temos, portanto, os seguintes índices que, segundo Stalin, configuram a nação: estabilidade, historicidade, idioma, território, coesão econômica e formação psíquica (que se traduz em uma "comunidade de cultura", um "caráter nacional").

O terceiro momento é o da montagem do conceito, por meio do agrupamento dos índices. A nação, diz Stalin, é "uma comunidade humana estável, historicamente constituída, nascida sobre a base de uma comunidade de língua, de território, de vida econômica e de formação psíquica, que se traduz em uma comunidade de cultura" (29).

A esta definição, Stalin acrescentará duas observações. A primeira refere-se à historicidade da comunidade nacional e é valiosa para compreendermos a concepção de história a que ele recorre em sua conceituação: a nação, diz Stalin, "como todo fenômeno históri

co, está submetida à lei da mudança ... ela tem sua história, um começo e um fim" (30). Mais adiante, especificará essa historicidade da nação. Trata-se, segundo ele, de "uma categoria histórica do capitalismo ascendente" (31).

A segunda precisão diz respeito à totalidade dos índices. Stalin observa que nenhum deles é suficiente para, sozinho, definir a nação e que, por outro lado, basta que um só desses índices esteja ausente para que a "nação deixe de ser nação". Portanto, para que uma comunidade de indivíduos constitua uma nação é necessário que ela apresente todas as características arroladas por Stalin (32).

O conceito staliniano de nação já foi criticado seja por ser muito abrangente, seja, por outro lado, devido a seu caráter super-restritivo. No primeiro caso, Abdel-Malek observa que, embora aquele conceito tenha sido elaborado a partir do processo histórico de constituição do capitalismo, os critérios formais de sua definição (os índices aos quais Stalin recorre) podem ser encontrados "com muito maior nitidez", em certas formações sociais pré-capitalistas cuja continuidade histórica remonta à antiguidade (33).

No segundo caso, Amin considera que a definição de Stalin "nos habituou a confundir o fato nacional com uma de suas expressões, a que resulta da história da Europa". Sendo um resumo de uma experiência histórica particular, os conceitos em que se funda a teoria staliniana da nação se revelariam inadequados quando se passa do caso europeu para a análise de certas realidades sociais do mundo pré-capitalista "onde uma velha tradição estatal se confunde com uma realidade cultural e linguística" ou de regiões que vieram a adquirir, em maior ou menor grau, esse tipo de unificação em decorrência de sua integração ao sistema capitalista mundial como colônias ou países semidependentes (34).

Todavia, essas críticas, em si mesmas, não questionam necessariamente o campo teórico em que Stalin se coloca e, a esse respeito, não deixa de ser significativo que elas não problematizem a a-

dequação da análise staliniana ao processo histórico europeu. Elas poderiam apontar simplesmente para a necessidade de ampliar a "amostra" e aprimorar o seu tratamento, por meio, inclusive, de uma tipologia mais rica.

As críticas que pretendemos fazer são de outra ordem e podem ser resumidas nos seguintes pontos: 1) a conceituação de Stalin não é dialética; 2) ela ignora a luta de classes e, em particular, a luta política de classes; 3) ela está aprisionada no campo teórico-ideológico do nacionalismo.

Isso não significa, em absoluto, que Stalin não se refira seja às categorias da dialética, seja à luta de classes, nem tampouco que ele poupe críticas contundentes ao nacionalismo. O que ocorre é que a dialética e a luta de classes, assim como o antinacionalismo teórico do marxismo ficam externos à concepção staliniana da nação. Um dos efeitos dessa relação de exterioridade é a própria ausência, numa definição que pretende dar conta de uma "categoria histórica do capitalismo ascendente", de qualquer referência aos vínculos existentes entre a nação e as relações entre as classes constituintes do modo de produção capitalista. Daí a necessidade sentida pelo próprio Stalin de acrescentar as precisões citadas acima.

Por outro lado, essa articulação da dialética à perspectiva positivista de Stalin não se faz sem prejuízo da primeira. Ao contrário, ela é mutilada justamente em seu aspecto essencial: a unidade de contrários (a contradição interna). Não é por acaso que a conceituação staliniana da nação (inclusive com as precisões já citadas) considera a inter-conexão e a mudança, mas não incorpora a unidade de contrários.

Rigorosamente falando, o conceito staliniano da nação não cabe no interior do corpo teórico do materialismo histórico. Tal conceito seria, no melhor dos casos, um conceito ideológico, ou seja, uma noção que, embora indique determinados aspectos da realidade,

não nos permite conhecê-los (35). Ao construir o conceito de nação por meio do processo de abstração que descrevemos acima, ou seja, a partir de uma combinação de características externas aos "fatos" nacionais, Stalin constata a nação (ou, pelo menos, uma certa constelação de fenômenos nacionais dotados de características mais ou menos semelhantes), mas não a explica.

Para explicá-la seria necessário fazer a sua "crítica", ou seja, negar-lhe a radicalidade de "fato". Ao nosso ver, o materialismo histórico o faz ao analisar os fenômenos nacionais como constituindo um "espaço" superestrutural das relações entre as classes de determinados modos de produção e formações sociais. O vínculo entre aquele espaço e essas relações é contraditório, na medida em que o primeiro, ao mesmo tempo em que expressa, oculta as segundas. Por outro lado, esse próprio espaço, embora estruturado, não é homogêneo, mas apresenta clivagens e tensões que decorrem da existência, em seu interior, de elementos da ideologia das classes dominadas.

Nesse movimento teórico, dissolve-se a opacidade do "fato" nacional, elimina-se a sua irreducibilidade e, reconstituindo-se o movimento contraditório de suas determinações, volta-se ao fato, mas com a diferença de que se produziu a sua inteligibilidade de relações determinadas entre os homens. Assim, a nação deixa de ser o fato do qual se parte para construir a teoria (no sentido de coordenação dos fatos) e é considerada como a representação imediata à qual se volta ao fim (provisório) de um trajeto pelo qual se desvendou as relações que aquelas representações (que, diga-se de passagem, são também relações sociais) expressam e, no mesmo movimento, mistificam.

Nesse sentido, a crítica das representações (que são também relações) ideológicas passa pela crítica das relações que as determinam. Entretanto, esse processo teórico pelo qual se vai do abstrato ao concreto não é o processo de gênese do próprio concreto,

mas de como nos apropriamos teoricamente dele, reproduzindo-o como concreto espiritual. Antes como depois, ele conserva sua independência fora do espírito (36). E assim como não se trata de substituir a crítica da família terrestre pela crítica da família celeste, o materialismo histórico não supõe que a crítica teórica da primeira seja suficiente para transformá-la (37). Negar teoricamente a nação implica em negá-la como um conceito fundamental do materialismo histórico, mas não implica, evidentemente, em negar sua existência como categoria ideológica e política de determinados modos de produção e formações sociais.

Em outros termos, ao tratar a nação como uma categoria da superestrutura de determinados modos de produção e formações sociais, o materialismo histórico opera um deslocamento do campo teórico análogo ao da crítica das "robinsonadas" com que a economia política clássica pretendia explicar "cientificamente" a "produção em geral": ao mesmo tempo em que Marx nega as pretensões teóricas dos "conceitos" de pescador e caçador individuais de onde partem Smith e Ricardo, ele demonstra os nexos existentes entre essas "Inocentes ficções do séc. XVIII" e as novas formas de sociabilidade instauradas pelo capitalismo (38). Ou seja, para aplicar a expressão utilizada em relação a um outro deslocamento teórico análogo (a negação da problemática do humanismo burguês), "descarta-se sua pretensão teórica e se reconhece sua função prática de ideologia" (39).

A concepção de Stalin, pelo contrário, leva a uma confusão entre o real (formações sociais capitalistas ou em transição para o socialismo) e a aparência do real - que, note-se, não é simples ilusão, pois, ao mesmo tempo em que mistifica o real, é aspecto parcial deste mesmo real - a nação: comunidade onde os indivíduos livres e privados participam com igualdade de direitos (40) e, assim, produz uma ideologia teórica que, por um processo de abstração, "depura" a aparência do real na ilusão de produzir o conceito

que explique o real. Em última análise, o que ela faz é erigir o a parente em conceito.

3.c - Elementos para uma análise do nacionalismo

Seguiremos, portanto, um outro trajeto.

Embora não desconhecendo a eficácia política e ideológica das representações "nacionais", não supomos, por outro lado, que elas, em si, já tragam embutidos os conceitos que as explicam. Cabe, ao contrário, explicá-las. O objetivo deixa de ser, portanto, a montagem de uma definição positivista da nação e se parte de uma questão histórica que só é formulável a partir das categorias do materialismo histórico: a relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a constituição dos Estados nacionais. Trata-se, aqui, de investigar como, sobre uma determinada infraestrutura, se "erguem" determinadas relações (estatais, nacionais) políticas e ideológicas entre as classes sociais. Em outros termos, como a luta entre as classes de um determinado modo de produção delimita uma esfera política e ideológica que é a nação.

Efetou-se, portanto, um deslocamento de campo teórico, deslocamento que repercute não apenas sobre a metodologia empregada, mas, igualmente, sobre a própria natureza do objeto.

Em primeiro lugar, já não se define a "coisa", a nação, para, em seguida, pô-la em movimento e em relação com as condições externas. Ao contrário, a nação se define no seu movimento, que se origina de sua própria contradição interna. Adquire, a partir daí, inteligibilidade a afirmação de que "em cada nação moderna ... há duas nações" (41).

Em segundo lugar, ao ser reinserida em sua teia de determina-ções, a nação aparecerá como o inverso de sua representação (e dos conceitos que se restringem a sistematizá-la): o que se apresentava como uma comunidade, agora expressa um antagonismo e uma domina

ção. Percebe-se, então, que "em cada cultura nacional existem, ainda que não estejam desenvolvidos, elementos de cultura democrática e socialista, pois em cada nação há uma massa trabalhadora e explorada, cujas condições de vida engendram ... uma ideologia democrática e socialista"(42).

Finalmente, aquele deslocamento implica necessariamente que a questão nacional seja abordada em um quadro histórico determinado.

A esse respeito, recorreremos à demarcação de dois momentos do processo de desenvolvimento do capitalismo que diferem radicalmente do ponto de vista da questão nacional: a época da derrocada do feudalismo e do absolutismo e da constituição do Estado democrático-burguês; e a época em que os Estados capitalistas estão plenamente constituídos (43).

Tal periodização permite-nos, no que se refere à primeira fase, situar a formação dos Estados nacionais nos quadros da revolução burguesa.

É bastante conhecido o processo que, com a dissolução das relações de produção feudais, levou à separação entre o trabalhador e os meios de produção e à constituição do trabalhador "livre", proprietário de sua força de trabalho, a qual ele vende ao capitalista. Nesta relação entre proprietário da força de trabalho e do capital efetua-se uma extração de excedente (sob a forma de mais-valia) sem que nela intervenha diretamente (como ocorria nas formações pré-capitalistas) a coerção extra-econômica.

Interessam-nos, aqui, certas determinações ideológicas e políticas desse processo. De um lado, a dissolução dos laços de "dependência pessoal", o que faz com o que o indivíduo apareça "isolado dos laços naturais que fazem dele, em épocas históricas anteriores, um elemento de um conglomerado humano determinado e delimitado" (44). Constituiu-se, portanto, ao nível da ideologia, em particular da ideologia jurídica, a figura de indivíduos livres e privados, competindo livremente no mercado, e se constitui, por outro

lado, um tipo específico de autonomia do Estado (capitalista) que, ao contrário do Estado feudal, não se apresenta como um Estado de classe, mas como um Estado nacional. Frente a ele, os indivíduos constituem o "povo", o conjunto dos cidadãos que participam igualmente e livremente da comunidade nacional. Em um de seus primeiros textos, ainda a meio caminho do desvendamento do caráter de dominação de classe do Estado, Marx, com uma formulação ao mesmo tempo ambígua e lapidar, sintetizaria a representação da igualdade pelo Estado capitalista. Este "anula, a seu modo, as diferenças de nascimento, de status social, de cultura e de ocupação", ao declará-las como "diferenças não políticas, ao proclamar todo membro do povo ... co-participante da soberania popular em base de igualdade, ao abordar todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado" (45).

Nesse processo, que se assemelha a um jogo de espelhos, cria-se a representação ideológica de um Estado guardião do bem comum e o reflexo dessa imagem (seu efeito de retorno) delimita a esfera desse bem comum - como diz Marx, "a esfera da comunidade, da incumbência geral do povo" - ao nível da "sociedade civil". A existência desse Estado que se apresenta "como generalidade", como a vida genérica do homem em oposição à sua "vida material", não suprime - ao contrário, supõe - todas as premissas da vida egoísta na "sociedade civil" (46).

Configura-se, assim, ao nível ideológico, um locus da igualdade e da comunidade no interior de uma sociedade que se apresenta como composta de individualidades desiguais e competitivas. Constitui-se a nação.

Em suma, constitui-se um processo ideológico no qual o Estado, da perspectiva da "sociedade civil", aparece como o guardião do bem comum e esta, do ponto de vista do Estado, é a "nação". Ela delimita a esfera em cujo interior se goza dos atributos de cidadania, de pertencimento a uma comunidade estatal. A ideologia da na-

ção é, portanto, indissoluvelmente ligada à legitimidade do Estado capitalista.

Se isso é correto, a proposição de que o nacionalismo se identifica, em geral, com a democracia liberal (democracia burguesa) é equivocada, pois supõe uma identidade metafísica entre burguesia e democracia. O fato de que as revoluções burguesas "originárias" tenham tido um caráter democrático levou à suposição de que a nação remetia a uma forma do Estado capitalista quando, na verdade, a relação é muito mais profunda: ela remete a um tipo de Estado. A nação é inseparável da encenação da soberania popular pelo Estado capitalista.

Essa identificação entre democracia e nacionalismo supõe que a legitimidade do Estado capitalista só se realiza na democracia, o que, evidentemente, é um postulado (tardio) liberal burguês (ao qual nem sempre o movimento operário estava imune). Ora, o nacionalismo liberal burguês não é o nacionalismo, mas uma forma específica de encenação da comunidade nacional. Forma esta que, em suas versões originárias, não supunha necessariamente sequer o sufrágio universal. De um ponto de vista estritamente burguês, os membros da comunidade nacional se "igualavam" e compartilhavam de um interesse comum na medida em que fossem proprietários de algo mais do que a própria força de trabalho. Aos proletários caberia a incômoda posição de estarem na "sociedade civil" sem dela participarem, não pertencendo, portanto, à comunidade dos cidadãos. Eram vistos como uma espécie de gado humano ou, em outros termos, como "uma coisa que deveria ser administrada pelo Estado para torná-la produtora do lucro nacional" (47).

O que articula democracia e nacionalismo é a participação das massas na revolução burguesa. É nesse sentido, por exemplo, que Lenin assinala como característica da primeira fase a que nos referimos (a da constituição dos Estados democrático-burgueses) o fato de que os movimentos nacionais "incorporam, de um modo ou de ou-

tro, todas as classes da população na vida política, por meio da imprensa, pela participação em instituições representativas, etc." (48).

Essa participação das massas, em especial dos camponeses, imprimia à luta pela nação um caráter contraditório: por um lado, era uma luta contra a desigualdade "natural" do feudalismo, uma luta pela libertação dos vínculos feudais. Por outro lado, essa liberdade era um novo tipo de dominação de classe.

Se a nação remete à legitimidade do Estado capitalista, em contrapartida a forma que este Estado adquire não deixa de repercutir sobre a configuração nacional. O que faz com que a nação, a esfera da igualdade, seja um terreno cambiante, pois sua configuração depende de como as classes em luta definem o âmbito da igualdade entre seus membros: iguais enquanto proprietários, iguais enquanto representados por meio do parlamento e do sufrágio universal, etc.

Isso implica em considerar a nação como relativamente autônoma frente às classes sociais. Autônoma, no sentido de que o igualitarismo dos nacionais configura uma esfera de igualdade formal, por oposição à divisão de classes (escravidão assalariada). E relativamente autônoma porque o caráter dessa igualdade depende da estruturação das classes ao nível político.

Ao contrário do movimento socialista que, embora não sendo indiferente às liberdades formais, remete-as à desigualdade real, o nacionalismo consiste em centrar a questão da igualdade no âmbito do Estado-nação (membros da comunidade nacional). Esta fetichização da nação é, portanto, o corolário da fetichização do Estado como uma entidade acima das classes. Ela opera uma separação estanque entre esse âmbito da igualdade (a nação) e a dominação de classe.

Por outro lado, a "questão nacional" expressa um problema relativo à forma específica de legitimidade do Estado capitalista,

embora não necessariamente questione a legitimidade em geral deste Estado. Precisemos o argumento.

A nação está em questão quando a forma específica de legitimidade do Estado capitalista é ameaçada: 1) de "fora", como uma ofensa à sua soberania; 2) de "dentro", pelo questionamento da forma de encenação da igualdade.

Isso nos leva a repetir que a autonomia da nação não é absoluta e que a definição do âmbito da igualdade é determinada pela relação das classes em luta. Para o Estado fascista alemão, constituir a esfera da igualdade no interesse do capital financeiro implicou um processo político-ideológico no qual, por um lado se absorvia e, por outro lado, se canalizava para "fora" da luta de classes o protesto social. O resultado foi o expurgo da cidadania (da nação) de toda uma "nacionalidade" (os judeus). Em outros termos, o movimento pelo qual o Estado fascista constituiu uma nação alemã foi o mesmo pelo qual ele constituiu uma nação "estrangeira" dentro da própria Alemanha, definindo, inclusive, critério "positivos" que demarcassem os nacionais do "inimigo interno". É significativo que mesmo os alemães de ascendência israelita que não se identificavam como judeus fossem excluídos da nação. Literalmente, o Estado fascista os constituía em "judeus".

Pode ocorrer o contrário: um grupo viver a desigualdade enquanto não compartilhando daquele âmbito comunitário definido pelo Estado-nação. Coloca-se então o objetivo de constituir o "seu" próprio Estado-nação. Em qualquer dos casos - e aqui chegamos ao essencial - isso significa que o Estado existente não constituiu, ao nível político e ideológico, todos os agentes da formação social em "cidadãos".

Insistimos novamente no caráter relativo da autonomia desses movimentos nacionais frente à luta de classes. Os "critérios", a partir dos quais aquele grupo vive sua opressão (território, idioma, religião, "raça", etc. - critérios que não raras vezes lhe são

impostos, como vimos no primeiro caso), nem sempre apresentados segundo os cânones da razão científica, não são inteligíveis em si mesmos (embora pretender que o sejam faça parte da ideologia do movimento nacionalista em questão). Sua inteligibilidade funda-se, em última análise, nas relações de classes que aquele movimento expressa.

Portanto, fazer uma depuração daqueles critérios e, a partir daí, construir o conceito de nação não implica somente em ficar ao nível da aparência. Implica, especificamente, em ficar prisioneiro justamente das aparências das quais se nutre o nacionalismo.

3.d - As variantes ideológicas

Já abordamos o processo pelo qual, na sociedade capitalista, opera-se um duplo movimento, ao nível superestrutural, de "desagregação" das classes sociais e de constituição dos "cidadãos", agora reunificados na "sociedade civil", sob a égide do Estado capitalista.

Vimos, também, como se determina o caráter relativamente autônomo da nação no que se refere às classes sociais: por um lado, ela configura uma esfera de igualdade formal, por oposição à dominação de classe, e, por outro, o caráter dessa igualdade depende da estruturação das classes ao nível político.

A esse nível de abstração, pode-se detectar uma matriz ideológica que faz com que a ideologia nacional seja, ao menos tendencialmente, burguesa. Isso na medida em que, ao nível superestrutural, constituem-se relações (relações "nacionais") que são condição para a reprodução das relações capitalistas de produção. Grande parte das análises limita-se a operar com essa determinação mais simples.

Todavia, buscando uma concretude maior, é possível apreender os efeitos do movimento contraditório da ideologia nacional ao ní-

vel das diferentes classes sociais. Ocorre que, mesmo sofrendo a dominação ideológica, as classes dominadas vivem a ideologia dominante de um modo particular, chegando inclusive, em certos períodos, a expressar o protesto contra a dominação nos termos dessa ideologia.

Propomos, aqui, a utilização do conceito de variantes ideológicas (49), que remete, ao mesmo tempo, à autonomia relativa da ideologia e ao conteúdo concreto que diferentes classes e frações em luta lhe imprimem. Acreditamos que tal conceito nos auxiliará a compreender, por um lado, como a prática dos dominados redefine a ideologia dominante e, por outro, como o Estado capitalista "recupera" os elementos da revolta dos dominados, depurando-os de seus aspectos antagonísticos e, por meio de uma "lógica política do homogêneo" (50), articula-os à matriz ideológica dominante, que, neste processo, se redefine. Em suma, recorreremos a esse conceito com o objetivo de apreender o movimento pelo qual uma formação ideológica se atualiza sob o impacto da luta de classes.

Concordamos com Badiou e Balmès quando estes afirmam que "as transformações de uma formação ideológica são invariavelmente respostas à resistência ideológica popular. A iniciativa não pertence aos conteúdos internos da dominação, mas à resistência que ela suscita" (51). Todavia, acrescentamos duas ressalvas no sentido de atribuir maior concretude à formulação.

Em primeiro lugar, nem toda resistência produz os mesmos efeitos ao nível da formação ideológica. Tais efeitos dependem, em cada situação concreta, do impacto e do ponto de incidência da luta ideológica dos dominados. Interessa-nos, neste trabalho, um tipo específico de resistência: a das lutas populares que, embora desprovidas de organização política e subordinadas à ideologia dominante, produzem - em grande parte, devido a essas características - ao se intensificarem, efeitos importantes ao nível da região dominante daquela ideologia.

A segunda ressalva diz respeito às determinações sociais da diferenciação da "vivência" ideológica por parte dos dominantes, o que remete à questão da existência de verdadeiros "subconjuntos ideológicos" da ideologia dominante (52). As "respostas" à resistência popular podem ocorrer diferenciadamente, quer se trate desta ou aquela fração ou categoria social. Como veremos ao longo deste trabalho, interessa-nos mais particularmente o modo como se redefine, ao nível do empresariado industrial e da burocracia de Estado, uma ideologia específica.

No sentido delimitado acima, partimos da hipótese de que, embora haja uma única matriz da ideologia dominante, podemos detectar variantes suas, que expressam o modo como cada classe, fração ou categoria social "vive" essa ideologia. Abre-se, portanto, a possibilidade teórica de abordarmos, por exemplo, uma variante popular da ideologia burguesa e, no caso em questão neste trabalho, de uma variante popular da ideologia nacional.

Pode-se, também, na busca de maior concretude, ao rastrear o movimento de constituição da ideologia nacional, considerar a relativa distinção entre a matriz ideológica da nação e sua variante especificamente burguesa. Assim, o nacionalismo da burguesia não mais aparece como idêntico ao nacionalismo burguês, no primeiro sentido (ainda demasiado indeterminado), mas como uma variante dele.

Com esse trajeto, esperamos contribuir para superar o dilema em que envolveram certas análises do nacionalismo populista no Brasil: ou se força, de um modo puramente alusivo, uma identidade da matriz ideológica do nacionalismo com um setor das classes dominantes (a "burguesia nacional"), ou se nega simplesmente a existência de uma burguesia nacionalista, pelo fato de que nenhuma das frações de classe dominantes assumiu o nacionalismo populista na plenitude de suas características.

Ocorre que nem sempre a variante burguesa do nacionalismo é a

quela em que se reconhece mais facilmente o nacionalismo burguês. Pode ocorrer - e ocorreu efetivamente no caso do populismo brasileiro - que tal proximidade seja maior no que se refere à variante burocrática do nacionalismo.

Uma última observação: partindo do suposto de que "a ideologia dominante é um poder organizado em um conjunto de aparelhos" (53), consideramos impossível uma análise da ideologia que se atenha somente aos conteúdos intelectuais, considerados independentemente dos aparelhos nos quais se materializa.

O conceito de variantes adquire seu pleno sentido quando nos referimos, portanto, ao conjunto dos mecanismos de dominação/resistência ideológica, quais sejam, o conteúdo intelectual das ideologias, sua força de classe e os aparelhos onde elas se organizam e veiculam.

Assim, conceituamos variantes como modalidades de realização de conteúdos ideológicos dominantes sob a determinação de prática da classe ou fração de classe que as incorpora e dos aparelhos em que eles se materializam.

A partir dessa conceituação, pretendemos ir além do ponto em que se deteve a maioria das análises, justamente por se limitarem a abordar o nacionalismo populista enquanto nacionalismo burguês, no sentido mais abstrato a que nos referimos. Assim, esperamos contribuir para a explicação do nacionalismo não mais como algo genérico, indeterminado e sempre idêntico a si mesmo. Dessa forma, talvez o nacionalismo perca o ar de "ideologia da sociedade" (problema funcionalista), ao mesmo tempo em que se evita, por outro lado, a vinculação mecânica entre o conjunto do nacionalismo e determinada classe social.

Capta-se, portanto, a ideologia enquanto conjunto contraditório em si mesmo e onde a contradição expressa/oculta a natureza das relações básicas entre as classes sociais.

4. Objeto

Enfim, trata-se de esboçar uma análise das sucessivas redefinições da ideologia nacionalista, ao longo do período populista no Brasil, procurando, em particular, investigar suas relações com o processo de industrialização.

Tais relações ocorreram, evidentemente, no interior de uma evolução histórica bastante complexa, ao longo da qual cada fase se caracterizava, ao mesmo tempo, por rupturas e continuidades.

As continuidades devem-se, em primeiro lugar, ao fato de que, naquele período, o nacionalismo voltou-se para o reforço das estruturas de um Estado cuja política favorecia, em última análise, a transição para o capitalismo industrial no Brasil. Vale dizer que, em todas as fases, para os grupos sociais cujas práticas incorporaram essa ideologia, a legitimidade do Estado vinculava-se estreitamente à sua capacidade de implementar uma política de industrialização. Mesmo nos momentos em que o movimento nacionalista incorporava um discurso crítico em relação à estrutura social, o Estado era considerado uma entidade capaz de, ao ampliar sua intervenção, contribuir para a transformação da sociedade. Assim, nenhuma articulação do nacionalismo, mesmo aquela que denominamos nacionalismo radical, jamais chegaria a desenvolver uma crítica do Estado populista.

Uma segunda continuidade diz respeito ao papel determinante do aparelho de Estado enquanto lugar de estruturação da ideologia populista e, ao mesmo tempo, enquanto campo de luta privilegiado pelo movimento nacionalista. A esse respeito, é importante observar que, em todas as fases, um ramo do aparelho estatal, o exército, teria um papel decisivo, embora nem sempre dominante, enquanto aparelho ideológico.

Por outro lado, as redefinições das relações entre os distintos setores do aparelho do Estado teriam um papel importante para a rearticulação interna da ideologia nacionalista. Assim, por exem

plo, a fase de clara dominância do aparelho repressivo foi aquela em que se constituiu o que designamos por "nacionalismo militar" (54). Por sua vez, o nacionalismo reformista seria ininteligível sem a referência, em primeiro lugar, ao peso crescente que o aparelho sindical adquiriu nos últimos anos do período populista e, em segundo lugar, ao papel desempenhado, ao mesmo tempo, enquanto unidades de produção capitalista e aparelhos ideológicos, pelas empresas estatais brasileiras.

Evidentemente, essas rearticulações internas ao aparelho do Estado devem ser relacionadas com as diversas configurações das forças políticas, inclusive ao nível internacional.

A existência de continuidades, que expressam os limites estruturais às redefinições da ideologia nacionalista no Brasil, não nos deve fazer ignorar os aspectos de ruptura. Por exemplo, o nacionalismo foi, em uma certa fase, a expressão de um pacto político do conjunto das classes dominantes, pacto este que fundava um regime abertamente ditatorial e antipopular. E foi, em uma outra fase, a articulação, ao nível ideológico, de forças que se batiam pela democracia. Em nome do nacionalismo, apelou-se, com sucesso, numa fase, a uma formidável participação do capital estrangeiro na economia brasileira e, numa outra fase, combateu-se, também em nome do nacionalismo, a dominação imperialista, ainda que sem desvendar as formas concretas que revestiam tal dominação.

Neste último sentido, mesmo o nacionalismo reformista, embora exprimindo uma ascensão real do movimento popular, teve efeitos de desorganizadores sobre tal movimento. Assim, pode-se afirmar que, na própria ruptura, instaurava-se a continuidade.

Por outro lado, ao se radicalizar no interior do aparelho do Estado, o nacionalismo punha em questão as próprias estruturas do Estado (o que, aliás, contribuiu para que se alterasse a forma de dominação, em 1964). Neste sentido, pode-se também afirmar que a própria existência do nacionalismo reformista era portadora de uma

tendência a instaurar a ruptura na continuidade da ideologia nacionalista.

II - A constituição do nacionalismo populista

1 - A crise estrutural

"Façamos a revolução antes que o povo a faça."

Essas palavras, pronunciadas por um velho chefe oligárquico, exprimiam com admirável crueza as contradições do movimento político-militar que pôs um termo à chamada "República Velha". Em sua primeira fase, o discurso expressa um jogo de forças que, para além do horizonte político de vários de seus protagonistas (inclusive do autor em questão), abriria caminho para extraordinárias mudanças institucionais que se realizariam a partir daquele movimento.

Com efeito, a "revolução de 1930" abriu caminho para a reestruturação do Estado nacional, tornando-o melhor aparelhado para o prosseguimento, em novos termos, do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. O antigo isolacionismo dos Estados foi substituído pela constituição de um espaço econômico relativamente integrado; diversos institutos econômicos de âmbito nacional foram criados (inclusive no domínio do café e do açúcar, antes submetidos a controle regional); a política fiscal tornou-se mola propulsora dos investimentos; e, mais tarde, os investimentos diretos do próprio Estado seriam fatores essenciais para a implantação de complexos econômicos importantes para o prosseguimento da industrialização. Nesse sentido, ocorreria, de fato, uma ruptura com a velha ordem oligárquica.

Insistimos na especificação: desenvolvimento do capitalismo em novos termos e não início do desenvolvimento capitalista no Brasil. É preciso considerar que todas as forças constitutivas da or-

dem capitalista já estavam presentes, de um certo modo, na formação social brasileira, bem antes de 1930. Portanto, convém precisar de que falamos quando nos referimos à "velha ordem oligárquica".

Em primeiro lugar, observemos que já existia um parque industrial relativamente importante e dotado de uma capacidade de acumulação não negligenciável durante a "República Velha". Este setor industrial não se constituiu exclusivamente em condições totalmente adversas, a partir, por exemplo, apenas do artesanato ou da pequena empresa, ao longo de um penoso processo de concentração e centralização do capital. Pelo contrário, outras condições estiveram na base de sua implantação: uma considerável acumulação de capital, um setor financeiro relativamente desenvolvido e um grande número de "trabalhadores livres".

Por sua vez, tais condições não eram inteiramente alheias ao setor que desempenha o papel principal na acumulação capitalista ao longo do período, ou seja, o setor cafeeiro. Essas primeiras grandes indústrias foram instaladas com capitais acumulados ao nível da comercialização do café e seus operários eram, em sua maioria, imigrantes cuja chegada ao Brasil só adquire inteligibilidade quando situada no interior de um processo de constituição de um mercado de trabalho na região do café.

A constatação desses fatos, hoje bastante conhecidos, induz-nos a tentar compreender as relações entre o capital cafeeiro e o capital industrial. Aqui, buscamos apoio nas análises que procuram situar a expansão cafeeira e a industrialização enquanto dois momentos da transição para o capitalismo no Brasil (54). Tal perspectiva permite-nos ir além de uma análise que considere essas relações como simples relações setoriais (agricultura - indústria) e centrar o foco na análise de um processo de acumulação de capital cujo núcleo não era nem o capital agrário, nem o capital industrial, mas o capital mercantil. É nesse sentido que se pode afirmar

que o capital cafeeiro era fundamentalmente um capital mercantil e que era predominantemente ao nível desse capital mercantil que se acumulava o capital engendrado, num primeiro momento, a partir da produção de café e, depois, também a partir da produção industrial.

Tal perspectiva nos permite também efetuar uma demarcação no interior do grupo que foi tradicionalmente denominado "as oligarquias", isto é, os grandes proprietários de terra, cujos principais representantes ("os fazendeiros de café") teriam detido o poder de Estado durante a "República Velha".

É necessário fazer uma distinção entre os proprietários de terra (inclusive os "fazendeiros de café") e a grande burguesia cafeeira. Esta, embora fosse constituída também por grandes "fazendeiros de café", definia-se objetivamente enquanto burguesia mercantil, ligada às atividades de financiamento, importação e exportação.

A esse respeito, é preciso evitar a armadilha do discurso ideológico do período. Frequentemente o discurso antiindustrialista era formulado em termos de "defesa do café" ou mesmo de "defesa da agricultura", o que induzia muitos dos agentes sociais da época a supor que a política do Estado privilegiava os interesses dos "proprietários de terra". Todavia - e ficaremos apenas neste exemplo - a política de valorização do café foi imposta pela grande burguesia cafeeira e exprimiu, de modo exemplar a predominância dessa fração de classe (55).

Entretanto, se, por um lado, a dominação do capital mercantil criava certas condições para a acumulação de capital industrial, por outro lado, ela estabelecia limites bem rígidos para o desenvolvimento das forças produtivas e, em particular, da industrialização. Gorender explica como, "já no início dos anos 30 ... o chamado 'complexo cafeeiro' deixara de ser positivo para o desenvolvimento industrial e se convertera nitidamente em obstáculo" (56).

Não faremos aqui uma análise exaustiva dessas relações contraditórias entre o capital mercantil e o capital industrial, mas nos limitamos a mencionar certos de seus efeitos sobre o desempenho deste último: tratava-se de indústrias cuja produção era, em sua maioria, de bens de consumo (57) e que não eram beneficiárias senão incidentalmente de uma política (em particular a política financeira) cuja lógica era ditada, em última análise, pelos interesses do capital agro-mercantil.

Mas voltemos à nossa célebre exortação.

Na medida em que as transformações institucionais efetuadas pela "Revolução de 1930" expressaram o deslocamento da posição da burguesia agro-mercantil no interior da nova coalizão dominante, tratava-se, de fato, de uma ruptura com a velha ordem oligárquica. Este foi o aspecto "revolução".

Mas o velho Antônio Carlos não se enganava quanto à escolha dos protagonistas. Não se tratava de fazer a "revolução" com o povo, nem tampouco em nome do povo, mas de manter o povo fora do palco onde se faria a "revolução". Em sua segunda parte, a oração do oligarca mineiro expressava a natureza nem sempre visível de todos os movimentos políticos que são feitos sem a participação popular organizada: a contra-revolução e, com ela, os compromissos com a velha ordem que acabava de ser rompida.

Embora tenha provocado a ruptura do sistema oligárquico, a "revolução de 30" não destruiu inteiramente o poder das "oligarquias". Durante muito tempo, o setor agro-exportador continuaria sendo o núcleo da acumulação capitalista e as massas rurais ainda deveriam esperar tres décadas para que algumas vozes, do interior do Estado populista, lhes sussurrassem timidamente que a questão social não era um caso de polícia.

Todavia, a referência ao "povo" não era simples figura de retórica. Se o movimento de constituição da burguesia industrial na "República Velha" foi o mesmo movimento de sua inserção no bloco

no poder (aí se introduzindo sem nenhum processo de mobilização popular), a contrapartida desse processo foi a constituição de um proletariado industrial relativamente concentrado e dotado de grande combatividade. E se a burguesia industrial se acomodava como podia no interior da velha ordem oligárquica, o movimento operário, por sua vez, conseguiu criar formas de organização econômico-corporativas e mesmo políticas à margem e, em certa medida, fora do controle, do sistema institucional existente.

Neste contexto, a burguesia industrial não dispunha de grande margem de manobra. Fustigada, "de cima", pelo conjunto dos setores agro-mercantis e, "por baixo", pelo movimento operário, ela se defrontava com dois adversários que, em certas conjunturas, ameaçavam minar suas próprias bases de acumulação.

No essencial, a política da burguesia industrial foi a de buscar o máximo de acomodação com os setores agro-mercantis e manter o máximo de intransigência diante do movimento operário. A esse respeito, a posição dos empresários industriais de São Paulo foi típica: de um lado, fidelidade ao principal partido "oligárquico" do país, o P. R. P., e, de outro, recusa sistemática em reconhecer sequer a legitimidade das reivindicações operárias (58).

O compromisso não se fazia sem tensões. Frequentemente os industriais tiveram de se defrontar com os ataques dos setores agro-mercantis, cujo discurso elegia como alvo privilegiado as "indústrias artificiais". Estas viveriam, no dizer de seus opositores, em ambiente de estufa, completamente deslocadas em um país de vocação agrária; utilizavam matérias-primas importadas, drenando para o exterior riquezas produzidas pela agricultura; sobreviviam à sombra de favores alfandegários e cambiais, o que, além de impedir o livre jogo do mercado, onerava o tesouro nacional, corroía o valor da moeda e encarecia o consumo de produtos (estrangeiros) de melhor qualidade (59).

Na base desse discurso, que empolgava setores das altas cama-

das médias (60), existiam contradições reais, que envolviam interesses que, inclusive, transcendiam os limites da formação social brasileira.

Ao se expandirem por faixas de bens de consumo fabricadas no exterior, os industriais entravam em contradição não apenas com o capital cafeeiro e as camadas médias tradicionais, como também sofriam os efeitos do tipo de dominação imperialista predominante no período.

Em relação aos setores voltados para as atividades de importação/exportação, a principal controvérsia dizia respeito à política fiscal e cambial. Enquanto os industriais queriam uma política protecionista, que taxasse pesadamente os bens de consumo importados, mas não as matérias-primas e bens de capital que eram adquiridos no exterior, os setores agro-mercantis, assim como as camadas médias tradicionais, tinham interesse em uma política de livre comércio, que possibilitasse a mais livre importação de bens de consumo. O que, aliás, era do interesse dos exportadores estrangeiros.

Por outro lado, para importar ao máximo esses produtos, era interessante um câmbio alto, ou seja, que cada mil-réis fosse trocado pela maior quantidade possível de libra esterlina. Também eram interessados no câmbio alto os bancos credores da dívida externa (a desvalorização da moeda brasileira dificultava o pagamento da dívida) e as empresas estrangeiras de serviços públicos aqui estabelecidas, "cujas tarifas em mil-réis perdiam valor-ouro com a queda do câmbio" (61).

Tais elementos demonstram que a dominância do capital mercantil na formação social brasileira e a hegemonia da burguesia cafeeira no interior do bloco no poder expressavam e, ao mesmo tempo, reproduziam, um tipo de dependência que assinalava um lugar específico dessa formação social no interior da divisão internacional do trabalho: o de exportador de produtos agrícolas e de importador de mercadorias manufaturadas e capital bancário. Nesse contexto, o

prossequimento em novos termos do desenvolvimento capitalista no Brasil implicaria não somente uma alteração das relações de classes no interior da formação social como também uma redefinição de sua própria dependência ao sistema imperialista. Redefinir tal posição exigia, de um lado, um certo tipo de mobilização popular, o que significava, por outro, correr o risco de abrir caminho para o questionamento da própria dependência.

Ora, a afirmação de que a "revolução de 1930", ao ampliar o sistema político para absorver os setores excluídos pela velha ordem oligárquica, efetuou uma democratização do Estado deve ser relativizada pela consideração desse processo em seu duplo aspecto: o de uma ruptura e o de uma contra-revolução; o de uma ultrapassagem e o de um compromisso com o passado. O mesmo movimento pelo qual o Estado se "democratizou" foi o do desmantelamento sistemático das organizações independentes da classe operária e o seu enquadramento em um aparelho sindical de características fascistas, o da manutenção das massas rurais nas mesmas condições da "República Velha" e o da constituição de um padrão de representação política no qual, independentemente das formas eleitorais democrático-burguesas que vigoravam em certos períodos (e das quais estava excluída a maior parte da população rural), predominava o vínculo direto entre o chefe do Estado e o conjunto dos cidadãos. Em outros termos, a "revolução de 1930" abriu caminho para uma configuração nacional do Estado mais apropriada ao desenvolvimento do capitalismo, mas isso não significou que esse Estado adquirisse a forma democrático-burguesa plenamente constituída.

Finalmente, é muito significativo que o velho oligarca tenha falado em "revolução".

Nenhuma transformação de grande importância havia ocorrido seja na prática política, seja no horizonte ideológico das "oligarquias" ao ponto de levá-las a uma luta cruenta ao nível nacional. A própria "Aliança Liberal" havia conservado a velha praxe de limi

tar as contradições intra-oligárquicas à luta eleitoral e à reconciliação. E, imediatamente após a derrota eleitoral, João Pessoa (o candidato da A. L. à vice-presidência da República) afirmaria que "jamais se contará comigo para fazer um movimento armado. Prefiro dez Júlios Prestes a uma revolução".

Mas é importante observar que o movimento eleitoral da "Aliança Liberal" e a deposição de Washington Luís "não foram conduzidos pelos mesmos agentes políticos" (62), nem tinham as mesmas perspectivas. Assim, enquanto, após a derrota eleitoral, as "oligarquias" dissidentes já se preparavam para a reconciliação, os "tenentes" impulsionavam o movimento rumo à derrubada da "República Velha".

Com efeito, nem todos os atores sociais encaravam a sociedade brasileira com as lentes do liberalismo oligárquico. Outras visões de mundo orientavam seja a decisão do principal partido operário, o P. C. B., de não participar diretamente da "revolução", seja a dos tenentes de constituírem a vanguarda desse movimento.

Não se trata de fazer aqui uma análise da ideologia do "tenentismo" (63), mas de observar que os movimentos tenentistas, ao se orientarem progressivamente para uma reestruturação profunda do aparelho de Estado segundo uma via autoritária e centralizadora, e conseguindo envolver nesse processo importantes segmentos das oligarquias e obter um apoio difuso entre amplos setores da pequena burguesia e do proletariado, testemunhavam a crise da ideologia dominante na "República Velha".

Gestava-se no interior da ordem oligárquica um novo sistema ideológico, que se convencionou chamar de "pensamento autoritário", cujo fulcro orientava-se "no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade" (64).

Dominação do capital mercantil ao nível da acumulação, deslocamento da burguesia agro-mercantil no interior da nova coalizão dominante; eis alguns aspectos essenciais para a compreensão do panorama político brasileiro no período que se abre com a "revolu-

ção de 1930".

Por outro lado, as contradições no interior da formação social eram sobredeterminadas pela crise do capitalismo mundial, em cujo contexto se intensificava a competição entre os distintos campos imperialistas.

Internamente, a crise econômica mundial enfraquecia drasticamente a posição do capital mercantil. Isso, ao lado da perda da hegemonia pela burguesia cafeeira, inviabilizava a execução de uma política de Estado que privilegiasse, nos termos em que se fazia na República Velha, os interesses do capital mercantil e comprometia a solidez dos laços que vinculavam, de um modo específico, a formação social brasileira ao sistema imperialista em crise. Configurava-se, portanto, uma crise de hegemonia e uma crise de dependência.

A contrapartida da crise de hegemonia foi a ampliação do papel da burocracia estatal na definição da política de desenvolvimento capitalista no pós-30. Manobrando em meio ao equilíbrio instável entre as distintas frações das classes dominantes e tirando proveito das contradições que grassavam no campo imperialista, a burocracia de Estado lograria, por meio do enquadramento político e ideológico de amplos setores do proletariado e das baixas camadas médias, criar uma base de massa para uma política que, em última análise, favorecia o processo de industrialização.

2 - A matriz ideológica

Ao nível ideológico, tal processo foi coroado pela constituição de um certo tipo de nacionalismo cujas características principais já se delineariam na primeira fase do período populista.

Em primeiro lugar, os setores da burocracia de Estado mais comprometidos com essa política, ao se chocarem com as classes e frações interessadas na manutenção da velha ordem política e do pa

drão de dependência que nela se fundava, seriam o principal e mais constante "suporte" da ideologia nacionalista no Brasil. Seja com os tenentes, na primeira metade dos anos 30, ou com os militares nacionalistas, durante a campanha do petróleo; seja com Vargas, na luta pela implantação da siderurgia ou denunciando as "remessas de lucros", ou Juscelino Kubistcheck resistindo às pressões do F. M. I., ou Brizola com as encampações de empresas de serviços públicos e denunciando o "processo espoliativo", o movimento nacionalista, independentemente de suas sucessivas redefinições, sempre teria, na sua linha de frente, membros e setores da burocracia estatal.

Uma segunda característica do nacionalismo populista é estreitamente relacionada com a que acabamos de mencionar. Não apenas parcelas da burocracia de Estado eram o principal "suporte" do nacionalismo, como o próprio aparelho do Estado constituía a arena privilegiada dos embates entre as tendências nacionalistas e seus adversários. O aparelho estatal era quase sempre o ponto de partida e, invariavelmente, o ponto de chegada do movimento nacionalista. Já no imediato pós-30, posições-chaves do aparelho estatal seriam ocupadas pelos "tenentes", cujo papel seria importante na conquista ou mesmo na eliminação de órgãos ocupados pelas "oligarquias".

Tal cenário não era exclusivo dos embates entre os membros "profissionais" da burocracia estatal. Nele também se degladiavam empresários encastelados em "órgãos técnicos", como foi o caso de Simonsen (Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial) em sua célebre polêmica com Gudin (Comissão de Planejamento Econômico). Finalmente, no que se refere à incorporação dos setores populares ao movimento nacionalista, poderíamos mencionar a importância adquirida pelos sindicatos oficiais na última fase do período populista.

Uma terceira característica da ideologia nacionalista consistia em que os movimentos por ela informados jamais se voltavam con-

tra o Estado, mas visavam redefinir sua política. Seja no que se refere à necessidade de um protecionismo industrial, uma das reivindicações mais constantes do empresariado manufatureiro ao longo do período, seja em relação aos investimentos diretos do Estado na economia, seja quanto à implementação das "reformas de base" ou à planificação da economia, o nacionalismo populista visava ou reforçar uma política do Estado já em fase de execução ou cobrar do Estado, visto como tendo abandonado as suas verdadeiras finalidades, a definição de uma política específica.

Em quarto lugar, no que se referia à relação com o imperialismo, o nacionalismo populista adquiria eficácia política na medida em que lutava para redefinir a posição da formação social brasileira na divisão internacional do trabalho, não visando eliminar, mas redefinir, a dependência. Isso se aplica tanto à luta de Vargas para implantar a grande indústria siderúrgica como aos protestos dos empresários nativos contra a implantação de indústrias estrangeiras que concorreriam com as já existentes no país. Tanto em um como em outro caso, o nacionalismo não se chocava (pelo contrário, incluía) com uma política sistemática de atração de investimentos estrangeiros diretos em amplos setores da economia brasileira. Isso implicaria, ao longo do período, uma postura seletiva frente ao capital estrangeiro, a qual priorizava aqueles investimentos que contribuíssem efetivamente para o avanço da industrialização no país.

Finalmente, as linhas de força do discurso nacionalista consistiam, ao nosso ver, em duas idéias principais. Seja com Simonsen, ao afirmar, recorrendo a Calógeras, que o país jamais seria forte e independente enquanto continuasse como simples produtor de "gêneros coloniais", seja com os ideólogos do ISEB ao se referirem à "alienação nacional", seja com os "tenentes" ao bradarem contra a ausência de "organização nacional", o nacionalismo populista insistia, sob variadas formas, na idéia de uma nação incipiente, incom-

pleta, carente de identidade própria e, portanto, frágil.

A segunda idéia-força aludia à necessidade de um Estado forte, dotado dos meios adequados para integrar o conjunto dos cidadãos na comunidade nacional e enfrentar, assim, os agentes corrosivos, internos e externos que ameaçavam a nacionalidade, impedindo sua marcha rumo à plena emancipação.

Tais características constituíam, por assim dizer, a matriz ideológica do nacionalismo populista brasileiro. Todavia, como já dissemos na introdução, a esse nível de indeterminação é impossível dar conta do movimento contraditório dessa ideologia. Para atingir uma concretude maior, analisaremos como, sob o efeito das práticas de diferentes classes sociais que foram pertinentes para o tema em questão, essa matriz se atualizou, de diferentes modos, constituindo, em cada fase do nacionalismo populista, uma constelação ideológica específica.

III - O nacionalismo militar

A década subsequente à "revolução de 30" caracterizou-se, ao nível econômico, por um grande crescimento da acumulação industrial.

Se entre 1920 e 1929 a produção agrícola tinha aumentado à taxa média de 4,5% ao ano (17,5% para a agricultura de exportação) e a produção industrial a 2,8% a.a., a tendência inverteu-se no período 1933-1939: a produção agrícola de exportação aumentou apenas 1,2% a.a. (abaixo da média do conjunto da produção agrícola, que foi de 2,4%) e a produção industrial a 11,3%. Neste mesmo período a participação da produção industrial na composição do produto físico dobrou, passando de 21% para 43% (65). Se considerarmos apenas o caso do Estado de São Paulo, o crescimento da produção industrial foi ainda maior: 14% ao ano (66).

No que se refere ao número de estabelecimentos industriais,

dentre os 49.418 existentes no Brasil em 1940, 26.881 tinham sido criados entre 1933 e 1940. Já entre 1933 e 1939, "o número de estabelecimentos e o capital investido tinham quase dobrado, aumentando quase 50% o número de operários e também dobrando a força motriz instalada, o que indica uma utilização de técnicos com um maior investimento de capital (67).

Por outro lado, enquanto o índice do salário real (1914=100) era de 120 em 1932, a partir deste ano ele cai progressivamente até chegar a 99, em 1938 (68). E enquanto os salários reais no Estado de São Paulo foram diminuídos de 20% entre 1932 e 1938, o valor da produção para cada operário, a preços constantes de 1933, aumentou cerca de 75% entre 1932 e 1939 (69).

Certos aspectos qualitativos desse crescimento merecem ser observados. Se verificarmos os dados de 1940, veremos que as indústrias de base (metalurgia, mecânica, material elétrico e material de transporte) dobraram sua participação no valor agregado na indústria (70). No que se refere ao Estado de São Paulo, esse processo foi ainda mais significativo: "... as indústrias tradicionais, foram as que menos se desenvolveram no período (1933-1939), sendo a indústria de produtos alimentares a que apresentou a menor taxa anual de crescimento da produção (2,9%), seguida da indústria têxtil (6,5%) e de vestimentos e calçados (8%). Em um grupo intermediário, outras indústrias tiveram um crescimento da produção a taxas mais elevadas: bebidas (17,9%), papel (7,3%), couros e peles (18,4%). Ao mesmo tempo, as indústrias de base se desenvolveram a taxas muito altas (...) A produção da indústria metalúrgica aumentou à taxa de 24% ao ano, a química e farmacêutica a 29,9%, a indústria de material de transporte (principalmente a montagem de automóveis (9) a 39% ao ano e a indústria de minerais não metálicos (principalmente o cimento) a 16,4% por ano" (71).

Mesmo durante a segunda guerra mundial, apesar dos obstáculos à importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas, a produ-

ção industrial aumentou em seu conjunto à taxa de 5% ao ano. Esse crescimento foi possibilitado pela utilização máxima dos equipamentos e instalações existentes, principalmente os do setor têxtil (72). Evidentemente, do ponto de vista do desenvolvimento industrial, o acontecimento mais importante do período foi o início da construção da Usina de Volta Redonda. Todavia, ao nível da produção, seus efeitos só se manifestariam após a guerra.

Um outro aspecto importante refere-se à importação de bens de capital que, quase paralisada em diversos setores tradicionais, entre 1939 e 1937 (em particular no setor têxtil), tendeu a aumentar muito mais rapidamente no setor das indústrias de base. Neste setor, a parte dos investimentos estatais foi crescente, em particular durante a guerra. Além da Usina de Volta Redonda, outras empresas de economia mista foram criadas para a produção de minério de ferro, de motores para caminhões e aviões e para o álcali (73).

Muito se escreveu sobre o caráter "intencional" ou "não intencional" da industrialização neste período que, grosso modo, se estende até meados dos anos 40 (74).

Evidentemente, ele não foi intencional no sentido de que teria se realizado em um contexto político caracterizado pela hegemonia da burguesia industrial nem pelo controle do aparelho de Estado por essa fração de classe. Aliás, mesmo que fosse o caso, o termo "intencional" não seria o mais apropriado. Nenhuma política de Estado exprime uma intenção, mas uma relação de forças.

Tampouco se tratou de um processo "orientado", no seu conjunto, por uma planificação global e a longo prazo. Mas aqui também o problema não nos parece bem formulado. Há industrializações não planificadas e também existem planos de industrialização que, justamente por não disporem de bases sociais e políticas suficientes, não se realizam.

Por outro lado, esse processo (como, aliás, todos os processos de industrialização) teve uma dimensão "intencional", na medi-

da em que forças sociais agiram no sentido da industrialização e se constituiu, inclusive, uma ideologia que a justificava, ou melhor, uma articulação específica do nacionalismo populista: o nacionalismo militar.

É importante notar que, assim como a ausência de uma planificação global não significou que a política do Estado foi implementada de modo errático, como simples respostas diversificadas e desprovidas de coerência interna, aos efeitos da crise mundial, nem tampouco em moldes puramente ortodoxos e anti-industrialistas, por outro lado o nacionalismo militar não implicou um monopólio dos militares na formulação de uma política monoliticamente industrializante, nem tampouco que esta política expressasse sobretudo os interesses da "corporação militar". Nem todos os militares professavam essa ideologia e, por outro lado, nem todos os que a professavam eram militares. O que pretendemos afirmar é que o conjunto dos interesses das classes dominantes era organizado pelo e no interior de um Estado cujo aparelho dominante, inclusive ao nível ideológico, era o exército e que esta política favorecia, em última análise, um processo específico de industrialização.

1 - O nacionalismo burocrático

A problemática da intencionalidade da industrialização no pós 30 destaca-se entre as sequelas deixadas pelo impacto da ideologia nacional-populista sobre as "esquerdas". Ao se transfigurar em projecto revolucionário, o nacionalismo imprimiria sua marca na tese da existência de uma "burguesia nacional" dotada de projeto industrializante. Em contrapartida, a historiografia mais recente insistiu na tese oposta, sem, muitas vezes, deixar de assumir os mesmos termos da questão. E, na medida em que, no centro desse debate, a definição do caráter da "revolução de 30" adquiriu uma importância estratégica, um dos trajetos escolhidos foi o de investigar se nas

propostas de política econômica elaboradas pelos representantes da Aliança Liberal havia itens explicitamente voltados para a industrialização do país.

Tal opção, embora tenha contribuído para enriquecer o conhecimento do período, favoreceu, por outro lado, em muitos casos, a subestimação de certos aspectos políticos e ideológicos importantes para o entendimento dos rumos a serem tomados pelo desenvolvimento econômico posterior.

Fausto, por exemplo, após afirmar a inexistência de propostas de política econômica industrializante nos manifestos da Aliança Liberal, reconhece que "algo de novo se filtrava, seja nas promessas à classe operária (lei de férias, salário mínimo), seja na alusão à necessidade de resolver o problema siderúrgico ...". Mas, imediatamente, faz a ressalva de que tais referências eram "associadas menos ao desenvolvimento industrial do que à segurança nacional". Além disso, argumenta, em reforço à sua tese, que o programa da Aliança Liberal mantinha "a velha distinção entre indústrias naturais e indústrias artificiais" (75).

Ao analisarmos alguns aspectos das relações entre o nacionalismo e o processo de industrialização no período 30-45, não partiremos do suposto de que a questão da industrialização girava, fundamentalmente, em torno de simples decisões econômicas, mas, em segundo lugar, que tais medidas consistiriam, principalmente, em defender o setor industrial existente. Consideramos, em contrapartida, que a vinculação entre, de um lado, os acenos aos trabalhadores e a referência à siderurgia e, de outro, a segurança nacional, não eram incompatíveis, ao nível ideológico, com a industrialização do país. Pelo contrário, tornar-se-ia, ao longo da fase que abordamos, o núcleo das formulações ideológicas voltadas para o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Começemos pelo segundo suposto.

Como vimos, o setor industrial existente consistia, em sua

maior parte, de unidades voltadas para a produção de bens de consumo. Numa época de crise das exportações de café e, logo, de grande capacidade ociosa (o que, aliás, levava diversos dirigentes industriais a reivindicarem a proibição de se instalarem novas unidades), o item relativo à defesa das indústrias existentes tinha efetivamente a ver com os interesses corporativos da burguesia industrial. Mas não é, em nossa opinião, o lugar privilegiado para se detectar os principais aspectos do panorama ideológico concernente à industrialização. No final deste capítulo, procuraremos analisar como os interesses corporativos da burguesia industrial foram, em certas conjunturas, contraditórios, embora não antagônicos, com a política do Estado populista na década de 30.

Também cabe lembrar que a própria construção ideológica "indústrias naturais x indústrias artificiais" não deve ser tomada ao pé da letra. Tal distinção adquiriria um sentido preciso num contexto de luta entre os setores agro-mercantis e industriais, onde estes últimos, numa posição claramente defensiva, acabavam por assumir a questão nos termos em que era formulada por seus oponentes.

Todavia, assim como defender as indústrias existentes não significava necessariamente defender uma política de industrialização, também se poderia criticar as "indústrias artificiais" a partir de uma perspectiva não incompatível com o desenvolvimento industrial do país.

Nesse sentido, uma leitura atenta da plataforma da Aliança Liberal pode revelar uma certa rearticulação dos velhos elementos ideológicos referentes à questão industrial.

Após retomar a crítica às "indústrias artificiais" e a elas contrapor a necessidade de uma reforma agrária (a qual, de resto, não se encontrava no horizonte ideológico dos setores agro-mercantis), afirma-se que "o surto industrial só será lógico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, a maior parte das máquinas que lhe são indispensáveis. Daí a necessidade de

não continuarmos a adiar, imprevidentemente, a solução do problema siderúrgico. Não é só o desenvolvimento industrial que o exige: é, também, a própria segurança nacional, que não deve ficar à mercê de estranhos, na constituição de seus mais rudimentares elementos de defesa" (76).

Referindo-nos, agora, ao primeiro suposto da tese mencionada no início deste capítulo, observamos que, na Plataforma da Aliança Liberal, a ótica é bem mais abrangente do que a de uma simples questão de política fiscal e cambial. A questão das "indústrias artificiais" é situada no interior de uma análise onde se aventa a necessidade de alterações substanciais seja no regime de propriedade da terra, seja na constituição de um parque industrial dotado de um setor de bens de capital.

Por outro lado, a Plataforma da Aliança Liberal menciona explicitamente a necessidade de se desenvolver um setor da indústria cujo caráter "artificial" é inegável: "não devemos poupar esforços para desenvolver, entre nós, a indústria militar ... Libertando-nos, tanto quanto possível, dos mercados estrangeiros na compra de material bélico, ao mesmo tempo fortaleceremos a nossa capacidade de resistência militar e deixaremos de drenar para o exterior o ouro que tais aquisições agora nos exigem" (77).

Note-se, em primeiro lugar, que, nas duas citações, a crítica às "indústrias artificiais" é feita de uma perspectiva distinta da que orientava a posição ideológica dos setores agro-mercantis. Na visão destes, a maneira de evitar a sangria de divisas em decorrência da importação de produtos industrializados não era desenvolver a sua produção, mas exportar mais e, assim, aumentar a capacidade de importar. Já a plataforma da Aliança Liberal aventa uma outra possibilidade: diversificar o parque industrial e diminuir a importação de manufaturados, produzindo-os no próprio país.

Entretanto, do ponto de vista ideológico, o aspecto mais importante a ser ressaltado é a vinculação entre desenvolvimento da

siderurgia e segurança nacional. Como já vimos, tal relação não era episódica. Pelo contrário, o par indústria de base (e, no seu interior, siderurgia e, mais tarde, petróleo) - segurança nacional seria uma das linhas mestras da ideologia nacionalista ao longo do período.

Mais do que na proposta de medidas explicitamente industrializadas ou industrializantes (inclusive de política econômica), a importância do nacionalismo no imediato pós-30 foi no sentido da criação de condições jurídico-políticas que favoreceram a transição para o capitalismo industrial. Nesse contexto ideológico, a preocupação explícita com a industrialização, embora muitas vezes presente, era obscurecida pela preocupação para com a integridade de uma nação percebida como em risco de se desagregar.

Neste particular, sobressai o universo ideológico dos tenentes que, diga-se de passagem, pouco falaram explicitamente em industrialização.

É bem verdade que se pode encontrar, já em 1931, esta pérola do industrialismo: "E a realidade é a seguinte: o Brasil tem de ser uma grande potência industrial. A natureza não o dotou impunemente de uma cordilheira de ferro, como a Serra do Espinhaço, para que ela permanecesse inerte e inativa a ostentar melancolicamente os seus píncaros azulados atestando a nossa incapacidade de iniciativa. Mais cedo ou mais tarde mas sempre num futuro próximo, caber-nos-á o dever de reduzir a imensa mole das plagas mineiras ao precioso metal que marcou de cunho indelével a civilização mais alta a que o homem, em todos os tempos, soube atingir. Partiremos assim da verdade de que só a indústria é capaz de proporcionar o máximo conforto que a humanidade reclama para transformar as asperezas do meio ambiente num paraíso terrestre" (78).

Todavia, essa ode à indústria representa, no conjunto do manifesto, pouco mais que uma declaração de princípio. Para a Legião Revolucionária de São Paulo, a verdade afirmada em relação à indús

tria "repousa sobre outra bem mais profunda: o de que a indústria é uma simples modificadora de produtos e que estes são a agricultura é capaz de criá-los, desde que a agricultura sempre foi e será a única alimentadora do homem" (79). Tratava-se, portanto, de cuidar da organização econômica "dando o necessário relevo à agricultura" e, ao mesmo tempo, examinar "as nossas possibilidades industriais, com inteligência e senso de oportunidade, para não inventar criações artificiosas ou prematuras. Tudo tem seu tempo e sua hora" (80).

A importância do nacionalismo tenentista foi antes no campo das propostas que apontavam para o reordenamento jurídico e político do Estado, encarado como suporte e artífice da unidade nacional, e no combate às instâncias de poder das "oligarquias", vistas como corrosivas da nacionalidade, do que em propostas de ampliação ou diversificação do parque industrial existente ou de combate ao capital estrangeiro, embora umas e outras eventualmente tenham ocorrido. E, se somente o Estado era considerado capaz de, a um tempo, gerar e garantir a integridade da nação, um ramo do aparelho estatal tinha um papel decisivo nesse processo: as forças armadas. Elas eram "o fator mais eficiente e imprescindível ao fortalecimento dos laços de coesão nacional, devendo por isso ser dotado de todos os recursos exigidos pela técnica militar ..." (81).

Nos termos do nacionalismo tenentista, a nação estava doente: "não queremos através da ilusão de ótica produzida por um mal entendido patriotismo, classificar como sadios organismos sociais como o brasileiro, que tem vivido no regime dos empréstimos forçados ..." (82).

Para curar a nação, cumpria extirpar os órgãos onde vicejavam os políticos profissionais: os partidos, que desprovidos de quaisquer preocupações com o interesse nacional, só se orientavam por motivações particularistas, e o parlamento da "estafada e corrompida democracia liberal" (83). Já em 1930, o manifesto do "Brasil No

vo" propunha a "repressão da política profissional" (84). E, em 1934, momento de exacerbação do nacionalismo tenentista, que corresponde a um processo de perda de capacidade de intervenção política efetiva dos "tenentes", estes afirmariam que "o mal não está na ausência de partidos e sim na ausência de organização nacional. A nação organizada, como todo organismo superior em que a mínima partícula tem satisfeitas as condições de subsistência normal e normalmente concorre para o exercício da personalidade coletiva, não carece da infecção tumultuária e dissolvente das competições partidárias. Carece, isto sim, de representação verdadeira, em que a mínima célula, como no organismo, possa fazer ouvir os seus reclamos" (85).

Em busca dessa representação verdadeira e fortalecedora dos laços de coesão nacional, os tenentes voltavam os olhos para o corporativismo: "Desde que para o exercício dos direitos políticos, deve estar o cidadão filiado a uma associação profissional, como deve estar em dia com o serviço militar, a existência de uma câmara corporativa é problema simples e meio idôneo de uma representação real e não fictícia ou fraudulenta" (86). E, contra a improvisação da ciranda de "estadista-terremoto", geradores de crises e transtornos a serem pagas por muitas gerações, propunham a criação de conselhos técnicos, "órgãos estáveis e de competência especializada", da mesma forma que propunham, em lugar do Senado Federal, um Conselho Federal, que atuasse como "freio político moderador" (87).

Mas os setores agro-mercantis não constituíam o único alvo da ação política dos tenentes. Desde os seus primeiros manifestos no pós-30, o nacionalismo tenentista dedicava uma especial atenção ao proletariado urbano. Só que aí a política era mais complexa, consistindo, no essencial, em um movimento de atração e repressão, onde o primeiro aspecto sobressaía ao nível ideológico e o segundo se impunha no plano da prática política mais efetiva.

Ao contrário dos setores agro-mercantis, que parasitavam a nação, os operários eram vistos, no universo do nacionalismo tenentista, como desprotegidos e, portanto, sujeitos a serem desviados para fora do convívio nacional. Cumpria, portanto, ao Estado, reconhecer a legitimidade de seus interesses, protegê-los, organizá-los, juntamente com os industriais, no interior do aparelho estatal e, ao mesmo tempo eliminar os focos de corrosão. Daí todo um programa de incorporação de velhas reivindicações do movimento operário, a defesa do sindicalismo corporativista e o sistemático esforço de desmantelamento das organizações independentes do proletariado, tanto ao nível econômico-corporativo como político.

Também no plano econômico, o nacionalismo tenentista orientava-se no sentido de trazer para o controle do poder central a regulamentação de atividades encaradas como vitais à integridade nacional. Nesse contexto, sobressaem, desde 1930, as propostas de criação do Código de Águas, do Código de Minas e a implantação da siderurgia.

Curiosamente, a implementação da maior parte das propostas afirmativas dos tenentes se deu na ordem inversa da capacidade de intervenção política do tenentismo.

No seu apogeu, quando ocupava alguns postos importantes no aparelho de Estado, o tenentismo pouco conseguiria viabilizar no que se refere à sua doutrina. O seu maior teste, a interventória em São Paulo, foi pontilhado por greves operárias e contra-ofensiva oligárquica, que levariam a recuos atabalhados de João Alberto e a sua posterior deposição. Quando já estava no começo do fim, o tenentismo teve algumas de suas propostas parcialmente adotadas: a constituinte, que, aliás, havia sido convocada contra a vontade dos tenentes, adotaria a "representação classista", mas também a "câmara política"; o primeiro presidente constitucional no pós-30 (o próprio Vargas) seria eleito indiretamente, mas se consagrava o princípio da eleição direta, assim como vários dispositivos da de-

mocracia liberal. E sô depois do desmantelamento do tenentismo seria promulgado o Código de Minas, a classe operária seria enquadrada no sindicalismo de Estado, a burguesia industrial aderiria ao corporativismo e, mais tarde, apoiaria entusiasticamente o golpe do Estado Novo, a partir do qual, finalmente, as propostas tenentistas seriam adotadas em larga escala.

Na situação de equilíbrio instável, tais medidas não poderiam ser implantadas de chofre. Ou se romperia o equilíbrio, o que não seria possível sem uma profunda redefinição das estruturas sociais (e sequer as propostas de reforma agrária dos tenentes foram além de pura declaração de princípio) ou ocorreria, como foi o caso, uma gradual redefinição do peso específico das frações de classe dominantes na definição da política (e da forma) do Estado. Por outro lado, e neste sentido, os tenentes foram agentes históricos importantes. Basta citar, por exemplo, sua participação na vitória, pela força das armas, sobre a "revolução constitucionalista" e, vinda a constituinte, no papel da representação classista como contrapeso das bancadas representativas dos setores oligárquicos.

Mas a constatação de que medidas preconizadas pelo tenentismo tenham sido, posteriormente, muitas vezes aplicadas quase ao pé da letra - inclusive com a participação direta de antigos tenentes - não nos leva a supor qualquer tipo de premonição ideológica.

Ocorre que o nacionalismo militar não era exclusivo dos tenentes. O fato de que o tenentismo foi, em um momento de crise aguda entre frações burguesas, o movimento mais compacto e combativo no interior da parcela da burocracia de Estado que se chocava com o velho sistema político, contribuía para que, no interior do tenentismo, uma articulação específica do nacionalismo populista - o nacionalismo militar - adquirisse maior nitidez. Todavia, esta última teria um caráter menos efêmero do que o tenentismo. Basta dizer que toda a legislação sobre a posse e a exploração de jazidas minerais dos anos 30 seria efetivada, muitas vezes como oposição aber-

ta de empresários industriais - ou dos que pretendiam sê-lo, como Monteiro Lobato - em termos de segurança nacional. Seria o caso, por exemplo, da solicitação feita pelo Gal. Horta Barbosa, em 1936, para que o próprio exército pesquisasse petróleo no pantanal matogrossense. Afirmava o general que "sem petróleo, nosso potencial miliar é baixo; sem petróleo assistimos, tristemente, à penetração constante, ininterrupta da Standard Oil, Royal Dutch-Shell, Mexican Eagle, pelos menores recantos de nossa pátria. Urge, pois, substituir todos esses nomes por nomes brasileiros" (88).

Por outro lado, como já foi dito, o nacionalismo militar não se restringia aos militares. Para termos uma idéia sobre a amplitude de desta articulação do nacionalismo populista, recorreremos ao exemplo de um membro da burocracia de Estado que não era tenente, nem sequer militar.

Desde a apresentação da plataforma da Aliança Liberal, em janeiro de 1930, que a apresentação da industrialização como um requisito da segurança e da soberania nacionais tornou-se uma constante nos discursos em que Vargas abordou a questão industrial.

No início, predominavam as referências específicas à indústria militar. Em janeiro de 1931, Vargas afirmou, em discurso oferecido às forças armadas que, "realizada a obra saneadora, restauradas as finanças, o governo voltar-se-á, com especial carinho, para o problema da eficiência militar das forças armadas, procurando resolvê-lo, provendo-as de material indispensável, de acordo com as exigências da técnica moderna, e empregando os maiores esforços pela criação e desenvolvimento, no país, das indústrias de guerra, condição especial dessa eficiência" (89).

Por sua vez, a implantação da indústria militar é sistematicamente apresentada como dependendo estreitamente da resolução do problema siderúrgico. Em 3 de outubro de 1931, Vargas leu um grande manifesto à nação, onde fez um balanço de seu primeiro ano de governo. Nesse calhamaço de 101 páginas, nenhum item era dedicado

à grande indústria civil. Por outro lado, críticas contundentes eram feitas às "indústrias artificiais", sustentadas, segundo Getúlio, por "anomalias fiscais flagrantes". Sintomaticamente, foi no item denominado "Ministério da Guerra" que Vargas abordou a questão da siderurgia. Após afirmar que "o problema máximo do exército é o do material", Vargas concluiu que tal problema, "o de mais difícil solução imediata", só poderia ser realmente resolvido "com a criação da siderurgia nacional". (90).

Em mensagem lida na sessão de abertura da Assembléia Constituinte, em 15 de novembro de 1933, Vargas usou praticamente as mesmas palavras para insistir no mesmo tema: "o problema máximo do exército ... é o do material" e o governo tem se esforçado para "estimular a fabricação de algum material no país, embora esteja convencido de que o problema só poderá resolver-se cabalmente com a criação da siderurgia nacional". (91).

A partir da implantação do Estado Novo, o discurso nacionalista de Vargas tornou-se mais complexo e mais abrangente. A derrota da A. N. L. e a subsequente decapitação política e sindical do proletariado, assim como o apoio entusiástico da burguesia industrial ao novo regime, possibilitariam um aprofundamento da política de desenvolvimento capitalista no país. Não somente ao nível econômico, mas também jurídico, novas frentes são abertas no sentido de constituir um espaço nacional mais adequado ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

Ao nível ideológico, novos temas são incorporados ao enfoque nacionalista, em particular o da constituição de um espaço jurídica e economicamente mais integrado, como pré-condição da unidade e da coesão nacionais.

Referindo-se à unificação da justiça, Vargas diria que se fizessem desaparecer "as contradições e anomalias da organização em que tínhamos tantas justiças quanto as unidades federativas existentes. A codificação do direito nacional, já iniciada, virá com-

pletar essa medida de notável alcance para o fortalecimento dos vínculos de coesão nacional. Assim como uma bandeira única protege, soberanamente, todos os brasileiros, também a lei deve assegurar de modo uniforme, os direitos do cidadão em todo o território nacional" (92).

Também a homogeneização do espaço econômico era apresentada como um imperativo do desenvolvimento do corpo econômico nacional. Assim, Vargas diria que "persistiremos na disposição de suprimir as barreiras que separam zonas e isolam regiões, de sorte que o corpo econômico nacional possa evoluir homogeneamente, e a expansão do mercado interno se faça sem entraves de nenhuma espécie. Reequipando portos, remodelando o material ferroviário e construindo novas linhas, abrindo rodovias e aparelhando a frota mercante e os escoadouros de produção. Em conexão com tais empreendimentos, visando precisamente facilitar e garantir a sua execução, instalaremos a grande siderurgia ... ativaremos as pesquisas de petróleo e continuaremos a estimular a utilização, em maior escala, do carvão mineral e do álcool combustível" (93).

Observe-se que, neste discurso, além da referência feita a novos setores da indústria de base, o vínculo entre esta e a constituição e/ou segurança da nacionalidade é mais imediatizado: a indústria de base é apresentada como um requisito do mercado interno, o qual, por sua vez, contribui para a unidade nacional.

Com efeito, acompanhando a nova guinada da política do Estado em favor dos industriais, as referências de Vargas ao mercado interno como fator de unidade nacional tendem a se multiplicar durante o Estado Novo. Isso não significa que o par indústria de base - segurança nacional tenha caído em desuso. Por exemplo, em fevereiro de 1938, Vargas defenderia a implantação da indústria do ferro e do aço para atender aos "objetivos de engrandecimento de nossa economia e ao aparelhamento da defesa militar" (94). No mesmo ano, discursando no Arsenal da Marinha, ele diria que "já tivemos indús

tria naval e esquadra de renome entre as melhores do mundo. Inaugurado, porém, o ciclo da navegação a vapor, estacionamos, por falta de iniciativa oficial e incompreensão do nosso problema siderúrgico, substancial num país de abundantes recursos minerais" (95).

Entretanto, a tendência dominante veio a ser a articulação, sob distintas formas, do binômio típico do nacionalismo militar com as formulações que, como veremos no final do capítulo, constituíam as linhas de força da ideologia dos industriais no período. Tal rearticulação imprimiria ao discurso de Vargas um caráter mais abertamente industrialista.

Em 1938, Vargas explicitaria, em termos bastante enfáticos, a vinculação entre industrialização, unificação do mercado interno e unidade nacional. Segundo ele, o Brasil possuía, "dentro de suas divisas, regiões metropolitanas e zonas coloniais. O imperialismo brasileiro consiste, portanto, na expansão democrática e econômica dentro de seu próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país.

Com as imensas reservas territoriais de que dispõe, será possível formar um grande mercado unitário, de capacidade bastante para absorver a produção das zonas industrializadas e desenvolver a industrialização das zonas de recente ocupação. Efetivamente, possuímos quase todos os vinte e três produtos naturais considerados indispensáveis à auto-suficiência econômica. O de que necessitamos nesta etapa da evolução nacional, é levar avante iniciativas extensas, mobilizando capitais e utilizando processos modernos" (96).

Às vezes, novos elementos ideológicos são simplesmente agregados ao binômio indústria de base - segurança nacional: "Com o petróleo daremos impulso definitivo às indústrias e atividades que dele dependem; a produção do ferro e do aço em grandes proporções, que obteremos com as instalações siderúrgicas cujos estudos se acham quase ultimados, e destinados a rápido aproveitamento, possi-

bilitará forjarmos os instrumentos da nossa prosperidade e da nossa defesa com o minério das nossas inesgotáveis jazidas (...) Ferro, carvão e petróleo são os esteios da emancipação econômica de qualquer país. Possuindo-os e explorando-os, poderemos povoar e cultivar o enorme território que nos legaram os nossos antepassados" (97).

Em outros momentos, procura-se revelar um nexu muito mais profundo entre as atividades industriais, em seus diversos setores e as atividades voltadas para segurança nacional: "A nossa indústria manufatureira já presta valioso auxílio à provisão das forças armadas, produzindo os artigos necessários à vestimenta, alimentação e equipamento. É de se esperar que, em futuro próximo e em colaboração com a indústria civil, possa o Exército produzir quase todo o armamento necessário às nossas tropas. Conjugar-se-ão, assim, em louvável esforço comum, todas as forças produtivas da nação, para fortalecer a segurança nacional. Os problemas da defesa entrelaçam-se, diretamente, com os do próprio desenvolvimento do país, não só no terreno econômico e industrial, mas, também, no moral e cívico, pela educação do cidadão para o cumprimento dos seus deveres patrióticos" (98).

Também ocorre, em certos discursos, uma inversão no binômio indústria-interesse nacional, no sentido de que a primeira não é mais pensada em função da segurança ou da emancipação nacionais, embora impliquem nelas. Ao contrário, a indústria aparece como dotada de um dinamismo próprio capaz de imprimir um novo movimento ao conjunto da sociedade, transformando-a e consolidando a nação: "Acredito, mesmo, que a consolidação nacional, o crescimento de nossa população e a sua melhoria, tanto em bem-estar material, como em aperfeiçoamento moral, dependem de sabermos fazer da máquina a nossa aliada e não a nossa inimiga. Se as instituições sociais não acompanharem, na sua evolução, o ritmo do progresso técnico, o que há de fazer é reformá-las, modificá-las, aperfeiçoá-las" (99).

Mas a atribuição desse papel transformador à indústria não era incompatível com as formulações do nacionalismo militar. Por exemplo, discursando aos metalúrgicos, no Catete, Vargas diria que "a grande indústria que o Estado vai construir para industrialização do ferro e do aço proporcionará maior desenvolvimento à siderurgia nacional. A usina fornecerá matéria-prima para tudo se produzir dentro de nosso país: máquinas agrárias com que lavraremos a terra, chapas de aço para os navios brasileiros, canhões com que prepararemos a defesa nacional, motores de propulsão para nossos aviões.

O desenvolvimento da indústria do ferro dará uma nova estrutura econômica ao Brasil. Tão grande será esse desenvolvimento, que dentro de alguns anos se modificará, inteiramente, o tônus da vida nacional" (100).

Como veremos no capítulo IV, em uma outra fase do populismo e no interior de outra relação de forças, a política de desenvolvimento capitalista seria apresentada por Vargas ao mesmo destinatário (o proletariado) em termos bastante distintos.

No período que ora abordamos, evitar que a nação se desagregasse era, por um lado, atrair a adesão das massas populares para a política de industrialização e, por outro, evitar as mobilizações populares, que, em sua maior parte, ainda se realizavam fora do controle do Estado. Dessa forma, alguns padrões da ideologia te nentista do pós-30 podem ser detectadas na política de Vargas.

No interior de uma civilização vista como em crise, era necessário abandonar os antigos valores e buscar um novo equilíbrio que tornasse possível a vida em sociedade: "o que parece urgente, dizia Vargas, é a necessidade de uma revisão, no quadro dos valores sociais, a fim de que, modificada a sua estrutura íntima, se torne possível o equilíbrio econômico, cuja rotura constitui perigo iminente para a civilização" (101).

Para evitar a derrocada social, era urgente substituir a luta

pela colaboração entre as classes ou, nos termos do próprio Vargas, "congregar todas as classes, em uma colaboração efetiva e inteligente" (102).

E, para atingir tal objetivo, nada melhor do que o corporativismo: "Ao direito cumpre dar expressão e forma a essa aliança capaz de evitar a derrocada final. Tão alevantado propósito será atingido quando encontrarmos, reunidos numa mesma assembléia, plutocratas e proletários, patrões e sindicalistas, todos os representantes das corporações de classe, integrados, assim, no organismo político do Estado" (103).

A expressão máxima e duradoura desse "tão alevantado propósito" de combater a revolução social seria o sindicalismo de Estado. Era preciso integrar os sindicatos no aparelho do Estado, ao invés de deixar o proletariado no abandono e, portanto, sujeito a influências deletérias. Era preciso, portanto, superar a "desconfiança injustificável" na colaboração das organizações sindicais (oficiais) e "as leis, há pouco decretadas, reconhecendo essas organizações, tiveram em vista, principalmente, seu aspecto jurídico, para que, em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado" (104).

Promover o sindicato (de Estado) não era combater o capitalismo, mas a melhor forma de defendê-lo, isolando o proletariado das forças desagregadoras do comunismo. Era realizar o que o liberalismo estava incapacitado de fazer: "O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não deixá-lo, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de ele

mentos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e Família" (105).

Essas palavras foram pronunciadas em 1932. Cinco anos mais tarde, discursando sobre a "necessidade e dever de repressão ao comunismo", Vargas apresentaria propostas mais concretas em relação aos que não possuíam tão nobres sentimentos: "Não se cogita, apenas, de julgar os que incidiram deliberadamente nas sanções penais, consagradas nas leis vigentes. É imprescindível fazer o isolamento, a segregação, dos focos contaminadores. Os comunistas reconhecidos e declarados, os pretensos pregoeiros de reformas sociais, os utopistas ingênuos e os agitadores mercenários que pregam idéias subversivas aberta ou disfarçadamente, devem ser afastados do contacto da sociedade e recolhidos a colônias agrícolas, onde os trabalhos da terra lhes aproveitarão como corretivos e educação para a vida honesta e construtora, ensinando-lhes o caminho do bem e o respeito aos direitos alheios" (106).

No ano seguinte, Vargas, em discurso intitulado "As corporações militares, entidades educadoras do povo", voltaria a insistir na necessidade de utilizar a vara de marmelo contra os incorrigíveis agentes da desordem: "Guardar atitude passiva ante as ameaças dos elementos desagregadores é o mesmo que aliar-se a eles. Constitui função precípua dos governos a garantia da ordem. Mas o melhor meio de garantir a ordem é prevenir a desordem evitando as suas funestas e danosas consequências" (107).

E, em maio de 1938, discursando aos trabalhadores, Vargas formulava e, ele mesmo, respondia a uma questão espinhosa: "Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: A ordem e o trabalho!" (108).

A idéia de que Vargas sempre descartou a participação de investimentos diretos estrangeiros na indústria de base é um dos mitos mais persistentes a respeito do nacionalismo populista no Bra-

sil. A este equívoco não estiveram imunes mesmo certos autores, que, como Schilling, procuraram evitar uma abordagem apologética da política varguista (109). Na realidade, Vargas esteve longe de manter uma posição tão "radical" ao longo do período do nacionalismo militar, o que, de resto, também se aplica ao seu último governo.

É certo, por outro lado, que, em alguns discursos de Vargas, podemos encontrar seja a defesa da solução estatizante, seja a privatista nacional, ambas em oposição à participação direta do capital estrangeiro. Todavia, seria um erro reduzir a essas propostas, que, aliás, não são as únicas existentes nos discursos de Vargas, o conteúdo efetivo da política getulista sobre a questão.

Um dos momentos de maior "radicalização" foi o período do imediato pós-30, quando, em conjuntura marcada por grande clivagem entre a burocracia nacionalista e a burguesia industrial, o tenentismo articulava a ideologia nacionalista militar por meio, fundamentalmente, de uma articulação estreita entre industrialização e segurança nacional.

Discursando em Belo Horizonte, em fevereiro de 1931, Getúlio afirmou não repudiar o capital estrangeiro no desenvolvimento da indústria brasileira, "sob a forma de empréstimos, no arrendamento de serviços, concessões provisórias ou em outras múltiplas aplicações equivalentes". Mas, em seguida, ele ressaltou que isso não aplicava a todos os setores da economia, pois, "quando se trata da indústria do ferro, com o qual temos de forjar toda a aparelhagem dos nossos transportes e da nossa defesa; do aproveitamento das quedas d'água, transformando-as na energia que nos ilumina e alimenta as indústrias de paz e de guerra; das redes ferroviárias de comunicação interna, por onde escoam a produção e se movimentam, em casos extremos, os nossos exércitos; quando se trata - repito - da exploração de serviços de tal natureza, de maneira tão íntima ligados ao amplo e complexo problema da defesa nacional, não pode-

mos aliená-los, concedendo-os a estranhos e, cumpre-nos, providentemente, manter sobre eles o direito de propriedade e de domínio" (110).

Não por acaso esse discurso é célebre. Basta acrescentarmos o petróleo aos itens enumerados por Vargas e teremos o prato de resistência do nacionalismo populista, cozinhado no fogareiro de campanha do nacionalismo militar. Aliás, é nesse discurso que Schilling se baseia para afirmar que a definição de Vargas quanto à participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico do Brasil (e não só na indústria de base) "já era absolutamente clara (...) Ou seja, Vargas descartava a participação direta e permanente do capital alienígena: admitia somente empréstimos e concessões provisórias" (111).

Em meio de 1931, Vargas voltaria à carga, com um discurso de forte sabor tenentista, cuja tônica era a crítica ao Estado liberal. Segundo ele, as próprias transformações que vinham ocorrendo no capitalismo exigiam um Estado intervencionista. Criticou o governo anterior por haver apelado para o crédito externo com o objetivo de solucionar a crise econômica. "Em ocasiões difíceis, dizia Vargas, façamos nós mesmos os sacrifícios, cortando na própria carne, sem implorar misericórdia a estranhos..." E esboçou um quadro otimista das potencialidades do país: "Dispomos de grandes possibilidades de expansão econômica. Somos país rico em matérias-primas inexploradas e em produtos exóticos e, simultaneamente, vasto mercado consumidor. Nessas condições, a política econômica brasileira deve, em parte, orientar-se no sentido de defender a posse e a exploração das nossas fontes permanentes de energia e riqueza, como sejam as quedas d'água e as jazidas minerais. Julgo ainda aconselhável a nacionalização de certas indústrias e a socialização progressiva de outras, resultados possíveis de serem obtidos mediante rigoroso controle dos serviços de utilidade pública e lenta penetração na gerência das empresas privadas cujo desenvolvimento este

ja na dependência de favores oficiais" (112).

À primeira vista, pode parecer que tais palavras endossam a tese de Schilling. Todavia, os hábeis ataques de Vargas, ao contrário do que afirmam seus epígonos, não se dirigiam ao capital estrangeiro em geral e sequer aos investimentos estrangeiros diretos em geral.

Para apreendermos o sentido real dessas colocações de Vargas, é preciso levar em conta que não havia uma avalanche de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, no imediato pós-30. Por exemplo, entre 1929 e 1936, os investimentos diretos norte-americanos neste país estacionaram na marca de 194 milhões de dólares (113).

Pelo contrário, o que havia era uma volumosa remessa de lucros e dividendos para o exterior, que consumia quase 60% do saldo das exportações, tornando impossível o pagamento do serviço da dívida externa (114). Sintomaticamente, era no setor de "serviços de utilidade pública", que Vargas ameaçava de "nacionalização" (leia-se entrega a empresários nacionais) e "socialização" (leia-se estatização), que operava a maior parte dessas empresas estrangeiras: eletricidade, ferrovias, telégrafo, transporte urbano. Esses "velhos" capitais estrangeiros, que também intervinham no setor financeiro (bancos, companhias de seguros), acomodava-se muito bem no esquema de dependência onde o Brasil ocupava a posição de "economia complementar" à dos países imperialistas e, como já foi visto, tinham interesses opostos a uma política de industrialização. Contra eles (e, não poucas vezes, contra os respectivos Estados imperialistas) se chocariam, de 1930 a 1955, os setores da burocracia estatal engajados na luta pelo desenvolvimento, em novos termos, do capitalismo no Brasil.

No mesmo ano de 1931, ficaria claro que a posição de Vargas frente ao capital estrangeiro não era de rejeição indiscriminada: "Grande número de países que desfrutam elevado grau de desenvolvimento social, pela sua ancianidade de cultura e de sistemática ex-

ploração agrícola e comercial, chegou a um período de completa saturação, tendendo daí, fatalmente, para o declínio, devido ao esgotamento progressivo das suas fontes de riqueza. Sem indústrias novas a explorar, e, paralelamente, com a capacidade de renda esgotada, esses países acumulam capitais, privados de lucros compensadores e temerosos de se lançarem em iniciativas onde as vantagens se apresentam problemáticas. Desaparecido o período de pânico atual, eles procurarão, necessariamente, as nações jovens como o Brasil, que (...) larga margem oferece ao seu emprego seguro e lucrativo. Para usufruirmos esse benefício (...) precisamos de firmeza e direção, de tranquilidade e equilíbrio. Sô assim atrairemos à nossa terra, com sólidas garantias de estabilidade, os capitais indispensáveis à sua fartura e opulência, acelerando o nosso progresso e ampliando o nosso desenvolvimento" (115).

Portanto, em relação aos capitais estrangeiros que já não dispunham de "indústrias novas a explorar" em seus países de origem, a posição de Vargas não era de repúdio, mas de calorosa acolhida. Tratava-se, pois, de por ordem na casa a fim de atrair o seu investimento, que era encarado como indispensável para o desenvolvimento do país.

No que se refere especificamente ao problema siderúrgico, o problema principal não consistia em saber se haveria investimento estrangeiro direto ou não, mas de saber se os empreendimentos se limitariam a exportar minério de ferro ou se implantariam aqui mesmo a grande indústria do aço, estruturada em termos compatíveis com o desenvolvimento tecnológico da época. Isso ficará mais claro após examinarmos um outro momento de teste da posição de Vargas frente aos investimentos diretos de capitais estrangeiros na indústria de base: o Estado Novo, período tido como "nacionalista" por boa parte da historiografia e que, aliás, se abre com a suspensão do pagamento da dívida externa brasileira.

Discorrendo, em entrevista à imprensa, sobre o "progresso do

Brasil e o capital", Vargas criticou a idéia de que o desenvolvimento capitalista no Brasil dependeria das inversões de capital estrangeiro. Tratar-se-ia, disse Vargas, de "um exagero de expressão que resultou em lugar-comum" (116).

Em contrapartida, Getúlio enfatizaria a importância do capital nacional. "É sabido, dizia Vargas, que, desde a guerra mundial, a imigração de capitais tem diminuído muito e, por outro lado, o processo de formação de capital nacional atingiu a um grau adiantado de desenvolvimento. O simples exame dos subscritores e tomadores de ações nas sociedades anônimas, nas organizações bancárias, bem como o montante dos depósitos bancários nos institutos nacionais e estrangeiros, revelam a predominância das inversões feitas por brasileiros e que as contas dos nacionais são bem mais vultosas" (117).

Na mesma entrevista, Vargas faria uma crítica à "sangria de capitais", num estilo que se tornaria peculiar e que algumas análises mais apressadas supõem ser exclusivo da primeira metade dos anos cinquenta. Segundo Vargas, "... as próprias empresas estrangeiras, principalmente as que exploram serviços públicos, os bancos e as companhias de seguros, ou adquiriram aqui a maior parte dos seus vastos capitais ou operam com boa parte de valores nacionais. Em muitos casos, os seus reduzidos capitais entrados são inferiores aos dividendos exportados em um único exercício financeiro" (118).

Não se tratava apenas de palavras. Já em 1931, Vargas assinara decreto que favorecia a utilização de navios nacionais para o transporte de mercadorias importadas pelo Brasil. As pressões norte-americanas contra esse decreto que favoreceu o crescimento da empresa de navegação Lloyd Brasileiro, embora fortes, não prevaleceram. No mesmo ano, seriam cancelados os contratos com a Itabira Iron, cujo "affaire" vinha se arrastando pela década de vinte. Em 1937, Vargas investiu contra as companhias de seguros que opera

vam no Brasil. O próprio ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, apresentou um projeto de "nacionalização" dessas companhias, obrigando-as a passar 2/3 de suas ações para o controle de brasileiros. As pressões americanas, desta vez, obrigaram Vargas a recuar. No mesmo ano, foi decretado o monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil, bloqueando-se, com isso, as transações com divisas, para conter a fuga de capitais. Tal medida atingia as companhias estrangeiras de trigo e gasolina, "que só receberiam cobertura cambial para as importações efetivas e não para consignações a longo prazo, como costumava acontecer" (119).

A esse papel nocivo desempenhado pelo "capital estrangeiro", Vargas opunha uma função altamente positiva do capital nativo na construção da nacionalidade. "A grande tarefa do momento, em nosso país, dizia ele, é a mobilização de capitais nacionais, para que tomem um caráter dinâmico econômico das regiões retardadas. No território vasto e rico, eles encontrarão campo de atividade altamente remuneradores, realizando, ao mesmo tempo, grande obra patriótica de unificação" (120).

Na mesma entrevista, ao abordar a questão siderúrgica, Vargas teria a oportunidade de expor toda uma visão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de sua relação com o capital imperialista. Tratava-se de um enfoque muito mais complexo do que a mera oposição capital nacional-capital estrangeiro.

Segundo Vargas, não se tratava de qualquer siderurgia, mas de implantar a grande indústria do aço. Dizia ele que "a nossa produção siderúrgica atual é reduzida, cara e anti-econômica, devido aos processos adotados. (...) Tão defeituosa economia de produção está, presentemente, agravada, em detrimento dos interesses nacionais, pela organização dos produtores em 'trusts'. Assim, se as condições de produção são, por si mesmas ou por motivos de ordem técnica, anti-econômicas, o trust as agrava com as despesas exigidas pelas manobras de açambarcamento, entre elas, subvenções e com

pra de altos fornos destinados a não funcionar (...) A solução do problema está, portanto, na grande siderurgia ..." (121).

Como se prover dos meios para implantar a grande siderurgia? Se nos falta carvão, dizia Vargas, "teremos de importá-lo, pelo menos enquanto o nosso não se acha em condições de substituí-lo". O carvão seria pago com a exportação de minérios. Entretanto - e aqui se evidencia a crítica de Vargas ao velho esquema de dependência - essa exportação não se deveria fazer pura e simplesmente, mas ter como objetivo a implantação de um parque siderúrgico dentro de nossas fronteiras. Afinal, dizia ele, a exportação de minérios "é a única arma que possuímos para interessar os grupos metalúrgicos estrangeiros na instalação da siderurgia nacional" (122).

Não se tratava, portanto, de combater o capital estrangeiro em geral, mas de enfrentar os capitais comprometidos com um tipo de dependência no qual o Brasil se inseria como exportador de produtos primários e atrair os capitais estrangeiros que impulsionassem, via nova fase da industrialização, o desenvolvimento, em novos termos, do capitalismo no Brasil.

O próprio Vargas explicitaria essa posição ao afirmar que a grande siderurgia poderia ser implantada: "1) pelo Estado, com o levantamento de capitais estrangeiros ou mediante financiamento à base de minério exportado; 2) com capitais mistos, do Estado e de empresas particulares nacionais; 3) por empresas particulares nacionais com capitais próprios e estrangeiros, e controle do Estado" (123).

Efetivamente, todas as possibilidades foram tentadas. A questão é que, além do esplêndido desinteresse da burguesia industrial em investir seriamente na grande siderurgia, Vargas ainda fracassaria em suas gestões para que empresas privadas norte-americanas também investissem nesse setor. Isso o levaria a bater às portas dos capitalistas alemães, tentando, também em relação a eles, condicionar a exportação de minério de ferro à implantação da grande

siderurgia.

A reação de Vargas à recusa da United States Steel Co. em investir na produção de aço no Brasil foi característica: "não mais devemos procurar apoio financeiro dos capitalistas estrangeiros com o objetivo de associá-los à exploração de nossa siderurgia" (124). O que, todavia, não impediu que a embaixada brasileira em Washington tentasse entendimentos com outros grupos privados norte americanos e, ao mesmo tempo, prosseguissem os contatos com a Krupp.

Finalmente, como se sabe, os recursos para a construção de Volta Redonda seriam obtidos por meio de entendimentos entre governos, aproveitando-se Vargas de uma conjuntura internacional de choques interimperialistas.

Em novembro de 1940, ao discursar comemorando seus dez anos de governo, Vargas, em item significativamente denominado "novas bases da economia nacional", mencionaria "um fato de importância transcendental": o valor da produção industrial ultrapassara o da produção agrícola. A seu ver, isso significava que o país iria superar, pouco a pouco, "a dependência econômica, que é característica dos produtores exclusivos de matérias-primas e gêneros de alimentação" (125).

Referindo-se ao sucesso das negociações para a implantação da Usina de Volta Redonda, Vargas deixava claro que o desenvolvimento capitalista no Brasil não chegara ao seu termo: "já atingimos o grau de adiantamento suficiente nas indústrias de transformação, e, por felicidade, vimos o nosso esforço coroado de êxito, no preparo das bases de uma etapa superior de seu desenvolvimento" (126).

Essa nova etapa apoiar-se-ia, segundo Vargas, nas indústrias de base, "que permitirão ao país agrário, preso aos azares do mercado mundial, bastar-se a si mesmo".

O que significava essa auto-suficiência? Tratava-se da "capa-

cidade para fabricar máquinas em geral, de modo que a própria agricultura, de extensiva e rotineira, possa passar a intensiva; possibilidade de forjarmos os instrumentos da nossa defesa, motores para os nossos aviões, navios para a frota, trilhos, locomotivas e automóveis para as estradas" (127).

Mas, para produzir máquinas, era preciso aço e, para produzi-lo, ferro e carvão, assim como era necessário petróleo para mover as máquinas. Ferro, carvão e petróleo eram, portanto, no dizer de Vargas, "as aquisições fundamentais desta fase da vida nacional" (128).

2 - O nacionalismo da burguesia industrial

Como já vimos, a posição dos industriais, embora não complementar, não era antagônica seja em relação ao capital agro-mercantil, seja em relação ao imperialismo, buscando os principais dirigentes daquela fração de classe uma posição de acomodação no interior de uma ordem política e econômica onde seus interesses não eram priorizados.

Todavia, nos anos 30, a burguesia industrial passaria gradualmente de uma ação predominantemente defensiva para propostas de caráter mais afirmativo, chegando alguns de seus membros a delinca-rem um projeto de industrialização para o país.

Tornar-se-ia uma praxe nos discursos de Simonsen - este, aliás, desde 1928 - e Euvaldo Lodi, por exemplo, identificar os interesses da burguesia industrial com os interesses nacionais. Em 1935, por exemplo, ao criticar o tratado de comércio com os E. U. A., Simonsen afirmava não fazê-lo devido a nenhum interesse particularista, mas tendo em vista apenas os altos interesses do país, "que reputo idênticos aos da classe que represento" (129). E, em 1937, Simonsen escreveria, em parecer apresentado ao C. F. C. E. (Conselho Federal de Comércio Exterior), que "a indústria nacional

desfruta de uma situação excepcional: todos os seus legítimos anseios coincidem com os altos interesses da nacionalidade" (130).

Entre esses legítimos anseios, Simonsen citava: "a indústria deseja um mercado interno rico para a necessária expansão da sua produção. Tanto vale dizer, que anseia pela formação de capitais nacionais, pelo aumento do poder aquisitivo dos brasileiros, pela união cada vez mais intensa de todas as regiões do país, pela crescente liberdade nas inter-comunicações dos Estados; enfim, pela unidade e grandeza cada vez maiores de nossa pátria" (131).

Se os interesses da indústria concorriam para o engrandecimento nacional, o mesmo não se poderia afirmar em relação aos setores ligados a uma divisão de trabalho de tipo colonial. Como epígrafe de seu discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em 1935, Simonsen reproduziu uma afirmação de Calógeras: "Ser país forte e independente, importa em cousa mais alta do que produzir artigos coloniais - cacau, café, açúcar, borracha, fumo - que alimentam o consumo voluptuário e não necessidades essenciais da vida" (132). No mesmo sentido, os industriais reivindicavam, em 1935, uma política econômica que visasse "intensificar a economia interna, porque o povo brasileiro já não pode mais viver jungido exclusivamente ao comércio exterior, sujeito, em larga escala, às suas violentas e reiteradas oscilações" (133).

Estavam, pois, detectados os verdadeiros interesses antinacionais e particularistas, por oposição ao interesse geral encarnado pelos industriais. Tratava-se dos setores ligados à exportação de artigos coloniais e, portanto, interessados em queimar moedas fortes na importação de produtos industrializados. Segundo Simonsen, era condenável a transigência, no Brasil, para com "uma verdadeira orgia nas importações, ao simples sabor das iniciativas individuais ou de interesses alienígenas, delapidando-se o nosso fraco poder aquisitivo no pagamento de artigos estrangeiros de consumo imediato, de luxo, ou de nenhuma reprodutibilidade para o país" (134).

Insistindo em que "somos um país pobre povoado por uma população pobre", Simonsen comparava, frequentemente, a renda média do Brasil e dos E. U. A.. Afirmou, em 1937, ser necessário pelo menos triplicar a renda média da população brasileira, o que significava que "nosso poder aquisitivo anual (deveria) ser elevado a cerca de 900 milhões de esterlinos". Entretanto - e eis o ponto central de sua argumentação - como as maiores exportações brasileiras mal atingiam 100 milhões de libras, "só pelo intercâmbio interno é que (poderíamos), pois, alcançar o poder aquisitivo de que havemos mister" (135).

O Brasil encontrava-se, portanto, frente a um dilema inexorável: ou produzir internamente 80% do que carecia para elevar o nível de vida médio de sua população, "reservando o poder aquisitivo externo, oriundo de nossas exportações, para a aquisição de artigos necessários ao nosso aparelhamento defensivo e econômico, e de produtos especializados", ou estar condenado "a um crescente estado de pobreza, nos aniquilando em esforços inúteis e em recíprocas e vãs incompreensões" (136).

A construção de uma economia solidamente amparada em um forte e estável mercado interno era, para Simonsen, um requisito indispensável da própria unidade nacional. Segundo ele, o problema nacional que sempre apresentara maior gravidade, "com os seus multiformes aspectos, com suas incontrastáveis repercussões na estabilidade social e na conservação da própria unidade nacional, (era) o econômico" (137).

Armava-se, portanto, o argumento que unificava indústria, mercado interno e unidade nacional. "Aumento do intercâmbio, dentro de nossas fronteiras, que só pode ser obtido pela intensificação da produção industrial - dizia Simonsen - tem uma importância política e econômica de valor excepcional. Política, porque é através desses laços econômicos que se fortalecerá a solidariedade da federação; econômica, porque o aumento da produção industrial acarretará o cres

cimento da procura das matérias-primas, resultando desse intercâmbio a generalização da melhoria de teor de vida nas várias regiões do país" (138).

E, como somente uma economia dotada de um mercado interno desenvolvido poderia ser forte, a própria soberania nacional tinha o seu destino umbilicalmente ligado ao da indústria. Pois, no dizer de Simonsen, "a existência do Estado independente pressupõe a coexistência da economia independente" (139). Assim, a própria indústria ansiava pela criação de "elementos materiais de defesa do país", pois, desta forma, "o seu próprio trabalho e o da grandeza da classe agrícola" poderiam sentir-se "assegurados contra uma agressão de nação estrangeira" (140).

Por outro lado, a política da burguesia era, como já vimos, a de evitar choques frontais com os setores agro-mercantis. Assim, a afirmação de que não havia nenhuma incompatibilidade entre os interesses da "indústria" e da "agricultura" se manteria, ao longo das décadas, como um verdadeiro lugar-comum entre os industriais. O próprio Simonsen chegaria a afirmar, em 1937, num momento em que fazia críticas acerbas ao trato comercial com os E. U. A., que, "como nos sa economia tem, até hoje, dependido principalmente do comércio exterior, e tem de encontrar aí, por muito tempo, um de seus fundamentos, resta de excepcional importância a elaboração dos tratados de comércio" (141).

A burguesia industrial estava ciente de sua dependência para com o setor agro-exportador, de onde provinham as divisas necessárias para a importação de bens de capital e matérias-primas estrangeiros. Sua política, essencialmente gradualista, implicava, inclusive, em defender as exportações de produtos primários e não alardear a necessidade de uma reforma agrária que expropriasse as grandes propriedades - mas em propagandear a necessidade de desenvolver a policultura. O que os empresários industriais visavam não era eliminar as bases de acumulação do setor agro-exportador, mas submeter o

processo de acumulação do capital agro-mercantil aos ditames da acumulação industrial. Em suma, que a renda auferida pelo setor agro-exportador fosse, na maior escala possível, transferida para o setor industrial, seja sob a forma de aquisições de seus produtos, seja pela transferência, via medidas cambiais, do grosso das receitas das exportações.

Tampouco encontramos na ideologia da burguesia industrial uma posição de antagonismo frente ao capital estrangeiro em geral. Para os industriais, tratava-se de combater ou atrair o capital estrangeiro dependendo de seu modo de inserção na formação social brasileira. E, em geral, manteriam, tanto num caso como no outro, uma atitude de maior moderação do que a de certos setores nacionalistas da burocracia de Estado.

Essa maior flexibilidade pode ser localizada, por exemplo, durante os debates sobre o tratado de comércio com os E. U. A.. Como já vimos, a burguesia industrial opôs-se de forma contundente à ratificação do referido tratado, que fora assinado em sigilo, pelo governo brasileiro, sob forte pressão do Departamento de Estado.

Naquela conjuntura, havia um forte desequilíbrio do balanço de pagamentos e, ao mesmo tempo, as remessas de lucros das empresas imperialistas aqui estabelecidas consumia grande parcela do saldo da balança comercial. Vargas e o próprio Osvaldo Aranha, reconhecidamente simpático aos E. U. A., expressavam seu descontentamento com a "liberalidade" com que essas empresas remetiam capitais para suas matrizes. E, logo depois, com A. N. L., setores populares assumiriam a proposta de anulação da dívida externa brasileira. A denúncia do imperialismo ganhava as ruas. Tratava-se, portanto, de uma conjuntura propícia a um enfrentamento de maior envergadura - se este fosse o caso - dos industriais com o imperialismo norte-americano.

Imediatamente após a divulgação do acordo, surgiram as primeiras manifestações de repúdio por parte dos empresários da indús-

tria. Segundo eles próprios declararam, foram afetados os setores de peles e couros, leite em pó, conservas, camisas de algodão, tintas e vernizes, curativos cirúrgicos, sabões e saponáceos, artefatos de borracha, farinhas de aveia, cimento, mobílias de ferro e aço e balanças (142).

Tanto no que se refere à amplitude do leque de forças que se opunham de uma ou de outra forma, ao imperialismo como à pluralidade de setores manufatureiros atingidos pelo tratado do comércio, tratava-se, portanto, de uma conjuntura bastante favorável a um enfrentamento de maior envergadura - se este fosse o caso - dos industriais com o imperialismo norte-americano. Mas isto não ocorreu.

Como qualificar a reação dos industriais ao tratado de comércio com os E. U. A.?

Em primeiro lugar, ela não significou nenhuma hostilidade em relação às empresas estrangeiras aqui estabelecidas. Pelo contrário, o próprio Simonsen, em seu célebre discurso pronunciado em 1935, na Câmara dos Deputados, contra a ratificação do tratado, enfatizaria os benefícios do capital estrangeiro investido no Brasil. Para aquele líder industrial, era necessário incrementar o aumento das exportações brasileiras a um nível suficiente para resolver o problema da transferência de valores para o exterior e para garantir, "além das importações de que necessitamos, a justa remuneração dos capitais estrangeiros aqui investidos e o fortalecimento do nosso aparelho econômico" (143). E. 1937, ele insistiria na mesma tecla: "as disponibilidades externas devem ser reservadas para a aquisição de nosso aparelhamento de defesa, do nosso aparelhamento econômico, do pagamento dos serviços das capitais estrangeiros, de que tanto precisamos para a propulsão de nossas riquezas" (144).

Nessa linha de análise, jamais se cogitaria seja da suspensão do pagamento da dívida externa (o que seria feito por Vargas,

em 1937), seja da nacionalização das empresas estrangeiras (ameaça brandida por Vargas em diversas conjunturas). Em 1935, Simonsen, após descartar a proposta de suspensão do pagamento da dívida, afirmaria que a solução era "procurar alianças entre interesses estrangeiros representados pelos seus capitais no Brasil e os elementos nacionais do trabalho" (145). Para isso, era de fundamental importância explicar aos investidores estrangeiros que não estávamos "totalmente impossibilitados de remunerar, em bases justas, os capitais nacionais e estrangeiros aqui investidos". O problema era, neste particular, conjuntural e resultava, segundo Simonsen, "da impossibilidade manifesta de transferir para o estrangeiro qualquer remuneração ou rendimento, dada a feição que tomou a evolução da economia nacional em face da economia dos demais povos" (146).

Mas que não se conclua daí a inexistência de qualquer contradição entre os industriais brasileiros e o sistema imperialista. Da mesma forma que a burguesia industrial não rejeitava o capital estrangeiro em bloco, também não dispensava a ele, em seu conjunto, a mesma hospitalidade. E o principal objeto da rejeição era justamente o capital imperialista mais diretamente vinculado aos interesses do setor agro-exportador: o que aqui chegava sob a forma de empréstimos com a finalidade de cobrir o deficit da balança comercial.

Para os industriais, tais empréstimos inseriam-se em um círculo vicioso. Fazia-se uma "orgia de importações", que só beneficiava a uns poucos setores comprometidos, com os interesses alienígenas e que só poderiam ser pagas com o recurso aos empréstimos estrangeiros, o que preparava uma nova onda de importações. E assim sucessivamente, tornando-se o deficit da balança comercial um problema crônico da economia brasileira. "A nossa história econômica e o diagrama de nossa desvalorização monetária - explicava Simonsen - evidenciam que o Brasil importou do estrangeiro mais do que lhe era facultado pelo seu poder aquisitivo externo" (147).

Ao apontarem a espada que cortaria o nó górdio do deficit da balança comercial e da desvalorização da moeda, os industriais, mais uma vez, identificavam seus interesses particulares com as conveniências superiores da nação. Era preciso, diziam eles, "uma política comercial definida" e tal política deveria ser "abertamente protecionista" no que concerne às indústrias (148). Em 1937, Simonsen afirmaria que "se, ao invés do protecionismo fiscal, tivéssemos adotado um sadio protecionismo industrial, as nossas indústrias estariam hoje muito mais desenvolvidas, o padrão de vida médio bem superior ao nível atual e a nossa moeda bem menos desvalorizada" (149). Mas, infelizmente, sempre houvera no Brasil uma "lamentável interdependência entre liberalismo político e teorias livre-cambistas" (150), o que colocava em risco a própria independência econômica da nação. Afinal, dizia ele, o livre-cambismo significa "a predominância dos mais fortes e dos mais bem organizados em matéria econômica, o que vale dizer, falando sem peias, que pode arrastar os indivíduos e países até quase à servidão econômica" (151). Em 1937, referindo-se amargamente ao tratado de comércio com os E. U. A., Simonsen reafirmaria que "não quisemos ou não pudemos compreender, até hoje, que tratados de reciprocidade, baseados na cláusula de nação mais favorecida, contendo condições jurídicas e teoricamente iguais para ambas as partes contratantes, acarretam, de fato, sob o ponto de vista econômico, uma progressiva vassalagem da nação menos aparelhada à mais poderosa" (152).

Diversas vezes, os industriais referiram-se aos E. U. A. como os grandes beneficiários do tratado de comércio. Em junho de 1935, a F. I. E. S. P. afirmava não saber se "a projeção de São Paulo terá força para evitar que se consume o desastre da ratificação desse tratado que os americanos esperam ansiosamente. A Federação das Indústrias protestou sem resultado ..." (153). Paulo Assumpção seria mais enfático: "eis aí - de um lado os E. U. A. isentando ou reduzindo direitos sobre mercadorias que não produzem e que, ou

são gêneros de alimentação ou matérias-primas para as suas indústrias - isto é, os E. U. A. lubrificando as máquinas geradoras de sua produção. De outro lado, o Brasil reduzindo direitos não sobre matérias-primas de que precisamos, mas sobre produtos que, em sua generalidade, fabricamos. Isto é, o Brasil entravando os maquinismos geradores de sua produção" (154).

Todavia, não era no capital imperialista que a burguesia industrial concentrava suas críticas, mas no governo brasileiro. Afinal, segundo os industriais, era incompreensível que pudesse advir, "da posição dos capitais investidos no país ... qualquer cerceamento da nossa mais ampla liberdade de negociar tratados de comércio, porquanto devemos sempre ter a preocupação de fazer esses capitais aliados de nosso progresso, no mais amplo sentido da expressão ... Ainda aí, não há motivos para antagonismos" (155).

Ora, se não havia antagonismo entre os dois parceiros econômicos, o responsável por um tratado tão lesivo aos "interesses nacionais" só poderia ser o governo brasileiro. Nada mais natural que o governo norte-americano tivesse feito propostas que visassem defender os interesses econômicos de "sua grande nação". Por outro lado, "competia ao governo do Brasil apresentar-se, também, com uma política comercial bem orientada, em que se assegurasse o absoluto respeito à vida das atividades econômicas já instaladas no país; em que se facilitasse a entrada de artigos que favorecessem a evolução de nossa vida industrial e o desenvolvimento de nosso aparelhamento econômico; em que se procurasse aumentar a colocação de uma série de produtos brasileiros, básicos, em nossa produção agropecuária" (156). Foi, portanto, a ausência de uma "política comercial definida" que impediu a celebração com os E. U. A., "nossos maiores amigos no continente americano", de um acordo que contemplasse os interesses de ambas as partes, inclusive "incrementando as correntes de intercâmbio em numerosos produtos em que as duas economias são, de fato, complementares" (157).

Manifestava-se, portanto, claramente, naquela conjuntura, uma contradição entre a posição da burguesia industrial e a política implementada pela burocracia de Estado (e, em particular, por Vargas). Todavia, não só os empresários industriais "engoliram o sapo", como apoiariam entusiasticamente o golpe de 1937.

É importante frisar que aquela fração de classe e o segmento nacionalista da burocracia estatal, na medida em que se chocavam com o esquema de dependência então predominante, tendiam, nos anos 30, a compartilhar do mesmo objetivo estratégico: a industrialização do país. Para isso, ambos procuravam redefinir as relações de dependência, o que implicava modificar o esquema dominante de investimentos estrangeiros no país e, ao mesmo tempo, subordinar o processo de acumulação do capital mercantil aos ditames da acumulação industrial.

Todavia, o nacionalismo dos industriais se revestia de um caráter mais defensivo e corporativista: priorizava a defesa do parque industrial existente. Isso fazia com que o eixo de sua intervenção fosse sempre no sentido de reivindicar ajustamentos na política do Estado, procurando evitar que ela, por um lado, privilegiasse os interesses dos setores agro-exportadores, e, por outro lado, que ela fosse demasiado "radical" a ponto de comprometer a estabilidade de seus negócios.

Assim, era necessário não politizar excessivamente as questões. Em relação ao "velho" capital estrangeiro, um "saudável" protecionismo que não criasse problemas seja com os Estados Unidos, seja com as empresas norte-americanas aqui instaladas. A própria ênfase no aumento da renda nacional não deveria ser confundida com uma política trabalhista que corresse o risco de aumentar, por meio de uma decisão do Estado, o poder aquisitivo dos trabalhadores. O aumento do padrão de vida dos trabalhadores - e da população em geral - não seria resultado direto da intervenção do Estado, mas decorrência do desenvolvimento industrial.

Na base das relações da burguesia industrial com o Estado populista, havia uma contradição: os industriais exigiam do Estado uma identificação com seus interesses de curto prazo, o que, dada a instabilidade no interior da coalização política dominante, não ocorria. Por outro lado, mantinham, em certas conjunturas, uma atitude restritiva em relação a medidas de alcance mais estratégico para a industrialização do país. Essa contradição determinava um movimento pendular, pelo qual os industriais, em diferentes conjunturas, se aproximavam ou distanciavam do regime populista.

Já o nacionalismo da burocracia estatal se desdobrava em um tabuleiro político mais amplo e complexo. Tratava-se, fundamentalmente, de criar condições políticas, ao nível interno e externo, para o desenvolvimento capitalista em novas bases. Isso implicava em atender as reivindicações do capital agro-mercantil de um modo que, em certas conjunturas, prejudicava os interesses imediatos da burguesia industrial. Da mesma forma, o sindicalismo de Estado e a legislação trabalhista eram fundamentais para a neutralização do movimento operário, embora despertassem, mais esta do que aquela, repetidas queixas dos industriais. Ao nível internacional, a burocracia de Estado efetuava um jogo igualmente complexo, procurando conseguir um mínimo de posição de força para renegociar a dependência, o que, por outro lado, implicava em evitar que as áreas de atrito se agravassem ao ponto de comprometer o mínimo de receptividade dos Estados imperialistas em relação a esse objetivo.

A diferença básica é que cada uma dessas forças questionava o velho esquema de dependência a partir de perspectivas distintas. A burguesia industrial a partir dos efeitos que atingiam diretamente os seus interesses corporativos mais imediatos. A burocracia de Estado, a partir dos efeitos que incidiam sobre a sua percepção da soberania nacional.

Entretanto, principalmente após 1937, a unidade primava sobre a contradição. Mesmo durante o interregno tenentista, o exército

mantivera relativa coesão ideológica e se constituiria na mais constante base de apoio à política de Vargas. O desmantelamento sistemático das organizações políticas e sindicais do proletariado contaria com o apoio caloroso da burguesia industrial, principalmente porque o controle dos trabalhadores por meio do sindicalismo de Estado funcionava maravilhosamente, ainda sem os contratemplos que se manifestariam em fases posteriores. Assegurada a ordem interna, a burocracia estatal conseguiria, sem o recurso à mobilização popular, tirar proveito da crise do campo imperialista e dar passos significativos no sentido da renegociação da dependência.

Nesse contexto, as linhas de força da ideologia nacionalista articulavam-se em torno da necessidade de um Estado forte que assegurasse, por meio da manutenção da ordem, a coesão nacional. Ao nível da representação ideológica, era com este objetivo que se justificava a política do Estado voltada para o avanço da industrialização.

A esta articulação do nacionalismo populista denominamos "nacionalismo militar".

IV - A crise do nacionalismo militar

1 - A burguesia industrial escolhe o seu modelo

A conjuntura de "redemocratização" do país, sobredeterminada, ao nível internacional, pela redefinição do campo imperialista, onde se consolidava a hegemonia incontestada do capitalismo norte-americano, e pelo acirramento do confronto entre as duas grandes potências do pós-guerra, teve, entre suas características básicas, por um lado, o crescimento da oposição entre industrialismo e anti-industrialismo no Brasil, e, por outro, o ascenso das lutas operárias e populares.

Os principais dirigentes industriais tinham consciência de

que o crescimento acelerado da produção industrial ocorrido durante a guerra não se manteria sem uma política econômica abertamente industrializante, que possibilitasse não apenas a substituição de grande parte dos equipamentos, já em estado de acentuada obsolescência, como na implantação de uma série de novos empreendimentos nos setores da indústria de base. Por outro lado, a contra-ofensiva antiindustrializante (e mesmo antiindustrialista) dos setores agro-mercantis era respaldada pela política norte-americana de forçar o livre comércio em termos mundiais.

Ao nível ideológico, os setores antiindustrializantes e antiindustrialistas associavam livre-cambismo e liberalismo político a e mesmo "democracia" - opondo-o ao "totalitarismo" da política intervencionista estatal voltada para a industrialização. Essa foi, por exemplo, a posição de Gudin em sua polêmica com Simonsen.

Como não poderia deixar de ser, dado o padrão de relações entre Estados e classes sociais no período populista, o conflito penetrou profundamente o aparelho estatal, assim como repercutiu sobre a política do Estado. Basta dizer que, após a queda do Estado Novo, o Ministro Correia de Castro instituiria a liberdade cambial, que provocou a dissipação, em benefício dos setores agro-mercantis, das divisas acumuladas durante a guerra e anunciava alterações na política de crédito que seriam bastante nocivas aos interesses do setor industrial. Em defesa dessa política, o ministro recorreria a um discurso que enfatizava a "complementaridade" da economia brasileira à dos países industrializados.

Para compreendermos a capacidade de intervenção da burguesia agro-mercantil na política do Estado e, por outro lado, as opções cruciais assumidas pela burguesia industrial (a serem analisadas mais detalhadamente no próximo capítulo) é necessário, em primeiro lugar, retomarmos a análise do processo de acumulação no período.

Tal processo já se fundava, em grande medida, na expansão industrial. As exportações tradicionais diminuíram sua contribuição

para o produto nacional de cerca de 20% em 1939 para menos de 10% a partir de 1950. Por sua vez, a produção do setor industrial aumentou de 185% entre 1939 e 1954, com uma taxa média anual per capita de 4,7%. Ao mesmo tempo em que sua produção para o mercado interno aumentou de 84%, a agricultura reduziu sua participação na produção econômica do país em 39,3% (1953). Ao longo do mesmo período, a indústria elevou sua participação de 14,4% para 22% (158).

Em outros termos, constituiu-se um movimento endógeno de acumulação onde se reproduziam a força de trabalho e uma parte crescente do capital constante da indústria (159).

Mas, por outro lado, se essas transformações expressavam a importância adquirida pelo setor industrial, a formação do capital dependia ainda em grande parte do setor exportador. Em suma, "o setor exportador continua ... a deter a chave do crescimento, ainda que ele jogue agora um papel diferente" (160). Segundo Mello, a acumulação industrial permanecia submetida aos limites, em última instância, impostos pela capacidade de importar bens de capital pesados. Tratava-se, portanto, de um padrão de acumulação horizontal, onde nem a capacidade produtiva aumentava mais rápido que a demanda nem tampouco havia grandes e rápidas descontinuidades tecnológicas (161).

A superação do processo de "industrialização restrita" exigiria grandes investimentos, seja no setor de infra-estrutura (energia, transportes, comunicações), seja no setor de bens de capitais pesados e bens de consumo duráveis. A questão era definir os meios econômicos e políticos de realização desses investimentos.

Na perspectiva de superação dessa fase do desenvolvimento capitalista no Brasil, os industriais continuariam lutando, na frente interna, por uma política de Estado que subordinasse o movimento do capital agro-mercantil aos ditames da acumulação industrial. Tal política tinha como corolário, na frente externa uma agressiva

política de atração de investimentos estrangeiros diretos e da crítica aos capitais alienígenas enquadrados no esquema tradicional de dependência.

Já em 1943, Simonsen afirmaria que "no Brasil, uma das maiores preocupações governamentais deveria consistir na fixação de uma grande política industrial: uma política industrial que compreendesse um plano sistemático de aproveitamento do maior número de quedas d'água; a exploração intensiva das nossas disponibilidades de combustíveis; a melhoria de todos os nossos meios de transporte; o aumento, em larga escala, de nossa navegação de cabotagem; uma ampla assistência técnica e financeira a todas as iniciativas industriais; a outorga de suficientes garantias à formação de capitais nacionais e à importação de capitais estrangeiros para aplicações reprodutivas; o estímulo ao investimento de capitais nacionais e estrangeiros na indústria; a maior divulgação do ensino profissional; precisos e objetivos acordos internacionais: tudo isso, aliado a uma legislação e orientação administrativas, que refletissem uma inequívoca e predominante preocupação do desenvolvimento industrial do país, concorreria sem dúvida para que o Brasil conquistasse os índices de progresso econômico que a sua grandeza e a sua cultura já estão reclamando" (162).

Por outro lado, os empréstimos estrangeiros destinados ao pagamento das importações de produtos manufaturados eram vistos como nocivos à economia nacional. Estimulá-los seria "criar um padrão de vida artificial para o país devedor, sujeitá-lo a flutuações e crises violentas e concorrer para a sua instabilidade econômica" (163).

Combatendo outra posição característica dos setores agro-mercantis e do "velho" capital imperialista - a defesa do câmbio baixo - Simonsen diria que a desvalorização da moeda em certos países nem sempre traduz a existência de erros administrativos. Reflete, não raro, a defesa automática de sua economia, empobrecida por cir

cunhâncias independentes de sua vontade. A supressão de barreiras alfandegárias, conjugada com a estabilização da moeda, priva os países que iniciam sua industrialização de suas eventuais armas de defesa ..." (164).

No mesmo ano, o Congresso Brasileiro de Economia recomendaria a intensificação, "mediante uma definida política industrial", da "industrialização do país, já iniciada sob tão favoráveis auspícios" (165).

Com vistas ao aprofundamento do processo de industrialização, os empresários industriais não apenas reivindicavam uma política de Estado mais explícita como, inclusive, mostravam-se receptivos à realização de investimentos estatais em determinados setores básicos da economia. Assim, ao mesmo tempo em que parabenizava Getúlio Vargas "pela construção da Usina de Volta Redonda e pela promoção de outras iniciativas que visam a instalação de indústrias básicas no País", o 1º Congresso Brasileiro de Economia sugeria ao governo "a conveniência de serem as indústrias básicas organizadas, na falta de iniciativas particulares, com a participação do Estado ou com o seu amparo" (166).

Em relação ao capital estrangeiro, a posição do 1º Congresso Brasileiro de Economia também era explícita. Partindo do princípio de que "o emprego de capitais estrangeiros particulares em atividades produtivas no País concorre para o mais rápido desenvolvimento da economia nacional", o congresso declarava que "... o capital estrangeiro particular aplicado no País é útil e vantajoso aos interesses nacionais" (167).

Em 1945, o Congresso de Teresópolis encarregar-se-ia de ratificar essa recomendação, ao mesmo tempo em que elaborava um verdadeiro programa de desenvolvimento, no qual eram definidos os papéis que os empresários nacionais reservavam a si próprios, ao Estado e aos capitais estrangeiros no prosseguimento do processo de industrialização. Ao solicitarem a participação de investimentos

estrangeiros, os empresários mencionavam particularmente, os "nossos aliados norte-americanos" (168); o capital estrangeiro já instalado no país deveria receber "tratamento idêntico ao dispensado ao nacional", cabendo, inclusive, a participação, "sem preponderância", dos capitais estrangeiros nas empresas de mineração e de eletricidade (169); era conveniente "orientar os investimentos de capitais estrangeiros para os ramos comerciais, agrícolas e industriais ainda não explorados no Brasil" (170); e, finalmente, desejavam, "no interesse recíproco, que nos investimentos de capitais estrangeiros (fosse) participante o capital nacional, com a cooperação ativa dos brasileiros na administração superior das empresas" (171).

Entretanto, a conjuntura era extremamente desfavorável às perspectivas dos industriais. Aqueles que seriam, segundo suas expectativas, pontos de apoio para o prosseguimento da industrialização, revelavam-se, ao contrário, como obstáculos.

Internamente, a contra-ofensiva "democrática" dos setores agro-mercantis, numa conjuntura internacional de derrota do nazifascismo e de crescimento das tensões entre os E. U. A. e a U. R. S. S. isolariam a ditadura populista de Vargas, que, ao buscar aproximação com o movimento operário em fase de ascenso, apenas complicava as coisas para os industriais.

2 - O P. C. B. entra, a burguesia industrial sai

É importante ressaltar que, do ponto de vista ideológico, o movimento operário não se colocava, naquele momento, em relação de antagonismo com os objetivos da burguesia industrial. Pelo contrário, desde 1943, com a política de "união nacional", as análises do P. C. do B., especialmente no que se refere à avaliação do desenvolvimento capitalista no Brasil, era extremamente parecida com as propostas dos industriais.

Da mesma forma que os industriais, o P. C. B. encarava o período do pós-guerra como um momento de crise ameaçadora para "a nossa industria" (172). Também com eles, os comunistas apontavam a necessidade de aprofundar o desenvolvimento capitalista no Brasil. Prestes afirmou, então, que "o que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido do capitalismo no país. Na situação atual do Brasil, podemos afirmar com Lenine que nada pode haver de mais reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo" (173). Dois meses depois, ele seria mais enfático: "perecer ou alcançar e sobrepassar aos países capitalistas mais avançados, não só pelo regime político como, como também economicamente" (174).

Partilhando os mesmos objetivos, comunistas e industriais também elegeriam o mesmo caminho para atingí-lo: o desenvolvimento do mercado interno. Neste particular, Prestes faria questão de declarar sua concordância integral com o relatório da "S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo", segundo o qual um mercado interno forte possibilitaria a produção em larga escala e conseqüente redução dos custos, possibilitando, assim, uma elevação do padrão de vida do povo brasileiro. "Para o proletariado - dizia Prestes - esse barateamento dos custos, conseqüência da produção em larga escala e de uma técnica modernizada, significará um aumento vantajoso do 'salário real' ..." (175).

Com um discurso onde ecoavam as análises de Simonsen, o P. C. B. compartilhava de uma visão do desenvolvimento capitalista brasileiro onde a industrialização seria o suporte material da emancipação nacional e o progresso técnico substituiria a luta de classes na obtenção de melhores condições de vida para os trabalhadores. Tal perspectiva seria admiravelmente resumida no Manifesto do M. U. T. (abril de 1945), para o qual da unidade dos trabalhadores

dependia a "cooperação na construção de um Brasil industrializado, dotado de uma grande agricultura mecanizada, de um amplo e estável mercado interno, baseado na sempre mais alta capacidade aquisitiva do Povo e dos trabalhadores. Só assim teremos a elevação real dos salários, a prosperidade nacional, o bem-estar, a saúde e a alegria e a cultura de todos os brasileiros" (176).

Finalmente, em relação ao imperialismo, os comunistas também afirmariam ser os seus interesses idênticos aos dos industriais (177). E o mesmo manifesto do M. U. T. apresentava a industrialização como o fundamento da emancipação nacional, acenando, inclusive, com a perspectiva da mudança da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. "Unidos - diziam os signatários do manifesto - cooperaremos na batalha histórica pela definitiva emancipação da Pátria, e na grande luta para que ela ocupe e consolide o e levado posto de sexta potência mundial ..." (178).

Alinhando-se com os industriais, os comunistas defendiam o controle das importações pelo Estado, de modo a proteger a indústria nativa da concorrência estrangeira (179) e, ao mesmo tempo, direcionar a pauta de importações para as necessidades do desenvolvimento da indústria (180). Nesse sentido, colocavam-se frontalmente contra os interesses do capital comercial, combatendo a dissipação das divisas acumuladas durante a guerra, que não poderiam ser gastas "na aquisição de artigos de luxo, as geladeiras, os discos de vitrola, as camisas e outras bugigangas, semelhantes àquelas contas de vidro com os portugueses enganavam os nossos índios para deles obter em troca os víveres de que necessitavam nos primeiros tempos da colonização e escravização dos mesmos aborígenes" (181).

Em relação ao capital estrangeiro, os comunistas adotavam a mesma seletividade característica da postura dos industriais. O próprio Prestes fazia questão de afirmar que os comunistas não eram contra o capital estrangeiro em geral, mas contra sua variante mais reacionária, quase sempre designada como "os banqueiros es-

trangeiros" (182). Contra estes, "contra os contratos lesivos ao interesse nacional e ao progresso do país", Prestes defendia uma legislação adequada (183).

Por outro lado, partindo da premissa de que o imperialismo estava moribundo, os comunistas avaliavam que o capital estrangeiro perderia "sua característica mais reacionária para se transformar em fator de progresso e prosperidade para todos os povos" (184).

Entretanto, todo o entusiasmo que os comunistas devotavam ao desenvolvimento capitalista no Brasil não seria suficiente para que os industriais se mostrassem receptivos à política de "união nacional".

Ao nível internacional, a posição dos industriais já estava definida: desenvolvimento capitalista nos quadros do imperialismo, então sob a hegemonia incontestada dos E. U. A.. Nesse sentido, para a burguesia industrial, que foi muito mais sensível do que os comunistas aos ventos da guerra fria, a defesa incondicional, pelo P. C. do B., da União Soviética, comprometeria sua estratégia de atração do imperialismo norte-americano para o esforço de industrialização no Brasil.

Todavia, a raiz mais profunda do desinteresse da burguesia industrial em participar do grande acordo proposto pelos comunistas, assim como de seu distanciamento progressivo em relação à burocracia nacionalista de Estado, residia na base social que esta e aquelas procuravam, então, mobilizar: o movimento operário.

Ocorre que os aliados preferenciais do imperialismo norte-americano não eram exatamente os empresários da indústria, mas os setores interessados na manutenção do esquema de dependência já estabelecida. Estes, ao fustigarem a burocracia nacionalista de Estado - em particular Vargas - obrigavam-na a apelar para a mobilização dos trabalhadores. Revelava-se, assim, a outra face do sindicalismo de Estado. E o conjunto das classes dominantes que, ainda em 1942, entoara hinos de louvor a Vargas, "o apóstolo da Ordem"

(185), agora execrava o ditador, cuja política era vista como uma ameaça à propriedade privada, então apresentada como a condição da democracia política.

Apesar da política de "ordem e tranquilidade", em nome do qual o P. C. B. conclamava os trabalhadores a "apertarem o cinto", o fantasma da mobilização operária intranquilizava particularmente os industriais, seja pelas suas implicações internas (temor da sublevação social), seja porque, externamente, prejudicariam as gestões no sentido de que o imperialismo norte-americano investisse na industrialização do país.

Nessas condições, a burguesia industrial acabaria optando por uma outra "união nacional": com o imperialismo e seus aliados internos. Mas isso significava descartar Vargas e apoiar uma política de combate aberto a seu adversário fundamental, o movimento operário.

Nesse sentido, a onda de greves ocorrida no primeiro semestre de 1946, apenas reforçaria a decisão da burguesia industrial em, priorizando suas relações com o imperialismo norte-americano, romper o leque interno de sustentação da política de industrialização. Discursando no Clube Militar, em abril de 48, Simonsen elogiaria "a ação vigilante dos nossos poderes públicos (que) já nos libertou da ostensiva atividade dos extremistas que continuamente impediam o exame, em ambiente sereno, de nossas questões fundamentais" (186).

Entretanto, a constituição de uma ordem econômica onde a potência imperialista hegemônica privilegiava grandes investimentos industriais na Europa Ocidental, reservando para a América Latina o tradicional papel de "economia complementar" fazia com que, na frente externa, a situação estivesse igualmente desfavorável para a burguesia industrial.

Nesse sentido, a burguesia industrial criticava a "unilateralidade" do Plano Marshall, que, no dizer de Simonsen, não contem-

plava o contexto mundial, privilegiando a reconstrução européia em detrimento dos países sul-americanos. "Seremos chamados" - dizia Simonsen - "a expandir nossas atividades extrativas, agrícolas e mineradoras, para colaborar nesse plano com a contribuição de matérias-primas e produtos semicoloniais" (187).

Os industriais admitiam que, sob o ponto de vista econômico e militar, era interessante para os E. U. A. dar prioridade à reconstrução dos países europeus (188). Mas, por outro lado, "reequipar o homem europeu e manter e agravar a pobreza do latino-americano, além de constituir uma injustiça social, significa, também, incorrer num grave erro de estratégia política" (189).

Alertava Simonsen que, com a difusão do ensino e a divulgação dos progressos mundiais, cresce, diariamente na América Latina, a consciência de seu estado de pobreza. Aumenta, incessantemente, a insatisfação das massas e daí a instabilidade de nossas instituições governamentais e o amplo campo que se oferece à propaganda extremista" (190).

Assim, a estratégia dos industriais consistia em colocar-se na órbita dos E. U. A. e apresentar o prosseguimento da industrialização do Brasil como de interesse estratégico para o imperialismo norte-americano. Afinal, os E. U. A. não deveriam ignorar que "os 120 milhões de latino-americanos ocupam uma área territorial de importância estratégica vital, não só para a defesa do continente, como também para a segurança da grande democracia norte-americana" (191).

Calorosamente, a burguesia industrial assumia a guerra fria.

Já em 1947, em documento publicado originalmente com a chance-la da C. N. I., Simonsen fazia a defesa da Doutrina Truman, responsabilizando "a persistente atitude de agressão da Rússia" pelo "malogro dos entendimentos internacionais". A nova orientação da política norte-americana no pós-guerra consistia, no dizer de Simonsen, "em procurar deter o expansionismo soviético, que, atuando

tanto pela pressão da política exterior, como através da ação perturbadora interna dos partidos comunistas, ameaçava a estabilidade das instituições políticas de países de importância estratégica para a manutenção da ordem e da paz no mundo" (192).

No ano seguinte, Simonsen voltaria à carga, insistindo que o alinhamento dos industriais tinha um preço. Em conferência no Clube Militar, compararia o Plano Marshall à linha Maginot: de pouco adiantaria reconstruir a Europa Ocidental se os povos latino-americanos, "elemento essencial para uma defesa em profundidade da manutenção da civilização ocidental em sua plenitude", continuassem suportando um baixíssimo padrão de vida, além de manterem uma "superestrutura política e militar" cujo peso lhes seria insuportável. Segundo Simonsen, ignorar essa situação seria "concorrer para a evanescência de largo setor da retaguarda" (193).

3 - A exacerbação do nacionalismo burocrático

O governo Dutra seria a expressão mais acabada da tentativa de acordo do conjunto das classes dominantes, fundado na continuidade de uma política abertamente antioperária e antipopular. Na origem desse compromisso, selado pelo acordo partidário entre o PSD, a UDN e o PR, sobressaíam tres medidas da política de Estado, as quais visavam uma acomodação entre as distintas frações burguesas: o confisco cambial, a cassação do P. C. B. e a adoção de uma política de indiscriminada proteção ao capital imperialista.

O confisco cambial, que substituiu uma série de medidas que expressavam uma ampla contra-ofensiva dos setores agro-mercantis, consistia, no essencial, em um sistema de controle do câmbio que possibilitava a transferência de uma parte das divisas do setor agro-exportador para os empresários industriais, que, por sua vez, tinham facilidades especiais para utilizá-las na importação de combustíveis e bens de capital. Em uma conjuntura de alta dos preços

do café no mercado mundial, a produção industrial pôde retomar seu crescimento a partir de 1948. Todavia, logo ocorreria uma pressão sobre o balanço de pagamentos, em particular com a onda de importações que sucedeu o início da guerra da Coréia. Em 1950, houve um saldo positivo na balança de pagamentos, mas já em 1951, o déficit seria de 468 milhões de dólares; em 1952, de 707 milhões; e, em 1953, de um bilhão de dólares (194)1 O resultado, ao nível dos setores agro-mercantis, seria a luta pelo retorno à "verdade cambial".

A proibição do P. C. B. foi o ponto culminante de uma série de medidas antipopulares do Governo Dutra. Entre 1946 e 1947 haviam se multiplicado as intervenções nos sindicatos, eleições sindicais foram suspensas, comícios em local aberto foram proibidos, e se reprimiu a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Ao mesmo tempo em que rompia com a U. R. S. S., o governo Dutra mostrou-se, em relação ao imperialismo norte-americano, de uma generosidade sem precedentes desde 1930. Empresas estrangeiras de serviços públicos, como a "Bond and Share" e a "Brazilian Traction" (esta com um empréstimo externo endossado pelo governo brasileiro) tiveram suas posições reforçadas e concessões para exploração de minérios foram feitas à "Bethleen Steel" e à "United States Steel" (195). No mesmo sentido, a Missão Abbink recomendou, juntamente com uma maior abertura da economia aos investimentos estrangeiros, uma política econômica de cunho monetarista de restrição de crédito, que contrariava os interesses voltados para o prosseguimento da industrialização (196).

Todavia, o item da política de Estado em relação ao capital estrangeiro que maior impacto produziu sobre as lutas ideológicas na fase de crise do nacionalismo foi o referente à exploração de petróleo no país.

No que se refere à relação entre industrialização e ideologia nacionalista, a contra-ofensiva antiindustrialista e a subsequente

ruptura da burguesia industrial com o populismo tiveram profundas implicações ao nível do aparelho do Estado brasileiro. Crescia no seu interior, inclusive nas forças armadas, a importância de um se tor cuja estratégia consistia, no essencial, no alinhamento incondicional com a política da "nação líder do mundo livre", os E. U. A., ao mesmo em que privilegiava para os militares brasileiros o combate ao "inimigo interno".

A constituição dessa corrente, que estaria na base da fundação da Escola Superior de Guerra, em 1949, implicou na cisão daquela que havia sido, até então, a base de apoio mais consistente da ideologia nacionalista no interior do aparelho estatal. A partir da segunda metade dos anos 40, a oposição entre "nacionalista" e "entreguistas" ou, segundo o enfoque oposto, "totalitários" e "democratas", tornou-se uma constante no universo ideológico dos militares brasileiros.

Esse movimento complexo (ofensiva do campo imperialista hegemônico pelos E. U. A., abandono do populismo pela burguesia industrial, deslocamentos no interior do aparelho do Estado, mudanças na política de Estado) repercutiu profundamente ao nível da ideologia nacionalista no Brasil. Intensificou-se a crise do nacionalismo militar, o que implicou, por um lado, no acirramento de suas características e, por outro, no surgimento de elementos que apontavam para uma nova rearticulação do quadro ideológico.

Em primeiro lugar, o abandono do populismo pela burguesia industrial, articulado à ascensão do setor antinacionalista da burocracia estatal, teve, além do resultado óbvio de esvaziar a política desta fração de classe de qualquer apelo nacionalista, o esborçamento do nacionalismo do partido comunista.

No interior do movimento complexo a que nos referimos, a política do P. C. B. se mantivera demasiado atrelada à da burguesia industrial. Agora, vendo os empresários industriais marcharem na direção oposta à que esperavam, fustigados pela política do Estado,

expurgados do aparelho estatal (inclusive do sindicato oficial), os comunistas "perderiam o pé" em relação ao processo político e ideológico, sofrendo, impotentes, uma extraordinária sangria de quadros, a dissipação de sua base de massa e, em consequência, uma anulação de sua capacidade de intervenção política.

Passado um momento de perplexidade, os comunistas voltariam a intervir na luta política e ideológica com outras posições e outras perspectivas.

Em segundo lugar, houve uma exarcebação do nacionalismo da burocracia estatal. Numa fase em que se alargava o fosse entre ela e a burguesia industrial, segmentos da burocracia nacionalista elegeram o Estado (e, com ele, a estatização) como a única entidade com prometida com o interesse nacional. E como, aos seus olhos, somente o Estado era dotado de confiabilidade, caberia a ele controlar diretamente a exploração dos setores percebidos como vitais à economia nacional. Um certo caráter aparentemente "anti-burguês" (na realidade, anti-privatista, embora não anticapitalista) esteve presente nos discursos que a burocracia nacionalista esgrimiou no período.

Tal radicalização do nacionalismo da burocracia de Estado atingiria seu clímax durante a "campanha do petróleo". Um típico representante dessa posição foi o Gal. Horta Barbosa, que havia sido obrigado a se demitir da presidência do C. N. P., ainda durante o governo Vargas, e se tornara uma das principais personalidades a defender o monopólio estatal do petróleo brasileiro. Discursando no Clube Militar, o general disse que, "em mãos de particulares, a indústria da refinação do petróleo não pode oferecer nenhuma das vantagens que assinalei. Se nacionais os seus possuidores, serão eles os únicos favorecidos com a proveitosa indústria. Se estrangeiros, estabelecer-se-ã, na depauperada economia nacional, uma sangria permanente. Brasileiro o capital, ainda poderá o Estado exercer uma relativa ação controladora. Seria veleidade supor pudesse

fazer o mesmo sobre o capital estrangeiro, que tem garantida a proteção das potências a que pertençam os seus possuidores" (197).

Entre as inúmeras adesões recebidas por Horta Barbosa, contava-se a de mais de 120 oficiais-alunos da Escola Técnica do Exército, assim como de professores da mesma instituição. Segundo estes últimos, "petróleo é patrimônio nacional, cuja exploração não deve ser confiada a mãos estranhas". Apoiavam, portanto, o "patriótico movimento em proel do monopólio estatal". (198).

Ao assumirem a direção do Clube Militar, em 1950, após acirrada disputa com os "entreguistas", os militares nacionalistas criaram, ainda no mesmo ano, uma comissão especial para estudar a questão petrolífera. A comissão, da qual fazia parte o Gal. Horta Barbosa, concluiu que, "nas mãos do Estado, essa riqueza pode constituir fonte de trabalho e de novas riquezas, elemento de independência econômica e defesa do País". Por outro lado, o petróleo, "nas mãos dos trustes, representaria a drenagem de riqueza para o exterior, domínio sobre novos setores da economia, elemento de pressão contra a indústria do país, fator de pressão econômica e política, de perturbações e guerras, reservas e posições adquiridas por uma potência estrangeiro dentro da economia e das fronteiras nacionais". Logo, segundo a comissão, não havia "outro caminho senão a afirmação sempre mais eloquente da tese Horta Barbosa, em favor do monopólio do Estado". (199).

Essa exacerbação do nacionalismo burocrático não passaria despercebida aos comunistas, que, após um momento de perplexidade, voltaram, com uma nova orientação, a intervir na luta política e ideológica. A partir de 1948, o P. C. B. definiu como seu objetivo estratégico a revolução agrária e antiimperialista, denunciou o conjunto das classes dominantes como comprometidas com a "política de traição nacional" do governo Dutra (200) e alertou para "a nova forma de penetração" que vinha sendo posta em prática pelo capital financeiro norte-americano: as empresas mistas ou de "investimento

conjunto" de capitais nativos e estrangeiros (201). Ao apresentarem seu programa de uma frente democrática e antiimperialista, os comunistas apontavam para a necessidade de, ao lado da destruição do monopólio da terra, atacar a reação "nas posições do imperialismo, lutando pela nacionalização dos serviços públicos e anulação de concessões e privilégios dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros" (202). Nesse sentido, eles propunham, entre outras medidas, "a defesa da independência nacional contra a intervenção imperialista e o Plano Truman, assim como a defesa de nossas riquezas naturais, particularmente o petróleo, contra as concessões aos monopólios norte-americanos" e a "defesa da indústria nacional contra a concorrência imperialista, pela industrialização do país e maior facilidade de créditos aos pequenos e médios industriais" (203).

Portanto, ao mesmo tempo em que continuavam empunhando a bandeira da industrialização, os comunistas tomaram distância em relação à burguesia industrial, denunciaram o capital imperialista em geral e se aproximaram da burocracia nacionalista, assumindo a perspectiva de implantação de um amplo setor da indústria sob o controle direto do Estado.

No ano seguinte, os comunistas deram mais um passo nessa direção. Em seu informe político de maio de 1949, Prestes, ao mesmo tempo em que elogiou a "memorável campanha de defesa do petróleo", denunciou o conluio da "grande burguesia agrária, comercial, bancária e industrial" com o capital financeiro internacional e concluiu que "já passou a época das velhas revoluções burguesas dirigidas pela burguesia e visando a instauração de uma sociedade capitalista sob a ditadura de classe da burguesia" (204). Tratava-se, agora, de "criar um bloco nacional revolucionário de operários, camponeses e da intelectualidade revolucionária" capaz de promover a revolução agrária e antiimperialista (205).

Mas seria em 1950, com o "Manifesto de Agosto", que o P. C.

B. aprofundaria ao máximo sua política de aproximação com a burocracia nacionalista de Estado. Propôs a formação de uma Frente Democrática de Libertação com o objetivo imediato de instaurar um "governo democrático e popular", que, "sob a direção do proletariado", libertasse a nação do jugo imperialista. Caberia a este governo nacionalizar imediatamente "todos os bancos, empresas industriais, de serviços públicos de transporte, de energia elétrica, minas, plantações, etc., pertencentes ao imperialismo", anular a dívida externa, denunciar os tratados e acordos "lesivos aos interesses da nação e expulsar do país as missões militares, técnicos, e agentes norte-americanos". Da mesma forma, os empreendimentos da grande burguesia industrial, comercial e bancária de caráter monopolista seriam expropriados, "com ou sem indenização, conforme a posição de seus proprietários na luta pela libertação nacional do jugo imperialista" (206).

Um terceiro efeito, embora se manifestasse mais tardiamente, seria de caráter mais profundo e duradouro. Ao recorrer a um amplo processo de mobilização que ultrapassaria os limites do aparelho de Estado e se propagaria, embora de maneira difusa, aos setores populares urbanos, a burocracia nacionalista abriu caminho para que o nacionalismo encontrasse um novo suporte social. Essa incorporação criaria condições favoráveis a uma redefinição ideológica, no sentido de que aqueles setores imprimiriam ao nacionalismo populista um conteúdo distinto da simples referência à segurança/soberania nacional.

Por sua vez, ao substituir sua postura de contenção do movimento popular, típica de meados dos anos 40, por uma ação mobilizadora e, em larga medida, anti-privatista, por meio da qual, ao mesmo tempo em que se aproximava da burocracia nacionalista de Estado, procurava arrebatá-la a bandeira do nacionalismo, direcionando-o para o capitalismo de Estado, o P. C. B. contribuiu para a mesma redefinição do nacionalismo acima mencionada.

Todavia, se por um lado, o puro estatismo da burocracia nacionalista possuía um fraco poder de mobilização efetiva de grande parte dos setores populares urbanos, em particular o proletariado, numa fase em que o movimento sindical independente praticamente inexistia e em que o aparelho sindical oficial desempenhava uma função predominantemente repressiva, por outro lado o P. C. B., além de desprovido de força organizacional própria, não estava engajado efetivamente numa revolução democrática, popular e antiimperialista.

Nesse contexto, apresentava-se como factível a tarefa de recompor o caleidoscópico de forças industrializante do nacionalismo populista brasileiro. Para isso, seria necessário atenuar a exacerbação do nacionalismo burocrático, de modo a reconquistar a adesão de amplos setores da burguesia industrial ao regime populista e mobilizar, por meio do sindicato oficial, as grandes massas urbanas para a luta pela industrialização, agora apresentada não apenas como uma necessidade da segurança/soberania nacional, mas, também, como condição necessária para a elevação do padrão de vida e do grau de participação política dos trabalhadores.

Esse seria o desafio enfrentado por Vargas em seu último governo.

V - O nacionalismo trabalhista

1 - O nacionalismo da burguesia industrial

Já vimos que as bases políticas sobre as quais se apoiara o governo Dutra reservavam um papel demasiado importante aos setores agro-mercantis, ao mesmo tempo em que expeliam setores que objetivamente se alinhavam entre as forças favoráveis à industrialização. Vimos, igualmente, como tais forças (certos setores das massas populares urbanas e burocracia nacionalista), marginalizados

pelo pacto político dominante, poderiam, deixadas à sua própria sorte, radicalizar-se, conferindo uma forma exacerbada ao nacionalismo populista. Vimos, finalmente, como, ao nível ideológico, tal radicalização apontava para o capitalismo de Estado, produzindo-se em certos momentos, um discurso fortemente anti-privatista.

Nesse quadro complexo, a controvérsia entre "estatização" e "privatização", que, a rigor, seria travada ao longo do período populista, foi particularmente aguda nos dez anos subsequentes ao segundo conflito mundial. Tal controvérsia expressava, fundamentalmente, uma unidade e uma contradição entre a burguesia industrial e, por um lado, o regime populista e, por outro, os setores agro-mercantis.

Durante o último governo de Vargas, a burguesia industrial "atualizaria" de vários modos suas relações com o regime populista. Aproximou-se discretamente de Vargas durante o processo da sucessão de Dutra, apoiou entusiasticamente os esforços do primeiro em atrair investimentos externos para setores vitais para o prosseguimento da industrialização, afastou-se dele à medida que as pressões sobre Vargas condenavam sua política ao fracasso e passou, finalmente, ao conflito aberto com ele quando a mobilização operária tornou-se cada vez mais importante para a montagem do esquema de sustentação do regime. Em outros termos, aquela fração de classe passou de um momento no qual a identidade era o aspecto principal de sua relação com o regime a outro no qual predominaria a contradição entre ambos.

Para os setores agro-mercantis, assim como para os "novos estrategistas" da Escola Superior de Guerra, a questão era mais definida. Os primeiros, ao combaterem a "estatização", lutavam contra uma política que lhes era cada vez mais nociva (o confisco cambial, a proibição de importar uma gama crescente de bens manufaturados, etc.). Por sua vez, os "novos estrategistas" não se entusiasmavam com o fortalecimento da capacidade de intervenção de um

Estado cuja política mostrava-se rebelde a um alinhamento incondicional com os Estados Unidos. E movimentos como a "campanha do petróleo", com uma razoável participação de massa, apenas confirmavam, a seus olhos, a existência e a atividade do "inimigo interno". Um dos efeitos da "campanha do petróleo" seria, aliás, o de soldar a aliança desses dois setores contra o regime populista, en tão encarnado na pessoa de Vargas.

É importante notar que, no que se refere especificamente à questão do petróleo, que seria um dos principais detonadores da crise política de meados dos anos 50, a querela "estatização"-"privatização" não se revestia de uma importância crucial nem para Vargas, aqui em conflito com os setores mais radicalizados da burocracia nacionalista, nem, tampouco, para os industriais. Para ambos, independentemente da questão da propriedade jurídica, a produção de petróleo no Brasil teria efeitos positivos sobre o processo de industrialização, seja por reduzir a pressão sobre o balanço de pagamentos, seja pelas importantes economias externas que acarretaria, seja, principalmente, pela inserção do setor petrolífero no interior de um processo de acumulação industrial.

Dessa forma, a questão da "privatização" deste ou daquele ramo do setor petrolífero não apresentava, do ponto de vista econômico, grandes implicações estratégicas para a burguesia industrial, uma vez que, de qualquer modo, investimentos estatais importantes eram vistos como requisitos para um novo salto do processo de industrialização. A questão era, sobretudo, política: tratava-se de, embora recorrendo à intervenção do Estado, impedir que ele se apoderasse de todos os novos setores e ramos econômicos e, ao mesmo tempo, usar, com relativa prudência, a questão do petróleo como moeda de troca na renegociação da dependência. Assim, os industriais, embora opusessem restrições ao caráter "socialistóide" e xenófobo" adquirido pela campanha do petróleo, abstiveram-se de assumir posição explícita nessa controvérsia, ao mesmo tempo em

que manifestavam vivo interesse por uma série de contatos que se faziam de modo muito mais discreto, no interior do aparelho de Estado, visando atrair possíveis investidores estrangeiros para novos ramos industriais.

Por seu turno, Vargas também tentou encontrar uma solução que, ao mesmo tempo em que não eliminasse as possibilidades de acordo com os Estados Unidos e seus aliados internos, não implicasse, tampouco, em abandonar a bandeira do nacionalismo.

Já para os E. U. A., a exploração do petróleo no Brasil não implicava necessariamente a alteração do padrão de investimentos neste país de modo a aprofundar o processo de industrialização. O crescente interesse norte-americano era sobretudo de ordem estratégica. Tratava-se de, num período de agravamento da "guerra fria", assegurar-se do controle sobre o máximo de reservas petrolíferas existentes no hemisfério ocidental.

Criava-se, portanto, um problema espinhoso para os setores empenhados em renegociar a dependência. Numa fase em que o campo imperialista permanecia solidamente alinhado sob a hegemonia dos E. U. A., setores mais radicalizados do nacionalismo fustigavam, em pontos considerados sensíveis, a política do mesmo Estado do qual era esperada uma participação decisiva no processo de desenvolvimento, em novos termos, do capitalismo brasileiro.

Frente ao aprofundamento dessa contradição, a burguesia industrial tendia a seguir um caminho oposto ao trilhado por Vargas. Este era obrigado a assegurar o controle sobre suas bases de apoio no interior do aparelho do Estado (inclusive no sindicato oficial), sem as quais não poderia levar adiante o esforço de desenvolvimento capitalista ou sequer sobreviver politicamente. Como veremos na próxima sessão, Vargas teria de efetuar um jogo muito mais complexo, onde a estratégia de acordo com vistas à renegociação da dependência era pontilhada de virulentos ataques às velhas formas de inserção do capital estrangeiro na economia brasileira,

contribuindo, portanto, para revestir de uma forma política o conflito com esse aspecto do imperialismo.

Todavia, se a própria existência política de Vargas era indissolavelmente ligada à do regime do qual ele constituía o símbolo maior, o mesmo não ocorria com os empresários industriais. Estes manteriam como prioritária a defesa de seus interesses corporativos, tornando-se extremamente "sensíveis" a quaisquer concessões ao movimento operário, particularmente aquelas que implicassem em acréscimos na folha de pagamento das empresas, e crescentemente agressivos ao reivindicarem licenças de importação para insumos indispensáveis à continuidade da produção industrial. Numa fase em que o movimento operário - em momento de ascensão - tornava-se importante base de apoio para a política de Vargas e em que aumentavam as dificuldades do balanço de pagamentos, essas duas questões contribuiriam para deteriorar as relações entre Vargas e a burguesia industrial. A primeira delas, aliás, levaria a relação entre ambos ao ponto de ruptura.

Já no que se refere à política mais ampla de desenvolvimento capitalista, os industriais adotaram a postura de jamais recorrer ao conflito aberto com o imperialismo, em particular o norte-americano. Se, à medida em que se intensificava a crise do populismo de meados dos anos 50, o corporativismo dos industriais os impelia a politizar seus conflitos com o movimento operário e com o regime populista, eles manteriam sempre os sinais trocados em relação ao imperialismo: politizavam o acordo e procuravam despolitizar os pontos de atrito.

Neste particular, a posição da burguesia industrial era, portanto, claramente definida: apoio integral aos esforços positivos do governo brasileiro no sentido de buscar investimentos externos para atividades que favorecessem o processo de industrialização e, ao mesmo tempo, distanciar-se de todas as iniciativas de politização dos conflitos com o capital imperialista.

Assim, os industriais aplaudiam entusiasticamente as gestões de Vargas quando este, imbuído do "melhor patriotismo e isento de jacobinismo", procurava atrair o capital estrangeiro (206). O mesmo espírito patriótico levou os empresários industriais a apoiarem a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (208), a se entusiasmarem com quaisquer indícios de que empresas norte-americanas se preparavam para fabricar veículos no Brasil (209), a se deslocarem pessoalmente para os E. U. A., tentando se entender diretamente com os capitalistas e o governo daquele país (210) e a combaterem aspectos da política cambial do Estado brasileiro que pudessem prejudicar as inversões estrangeiras tidas como valiosas para o desenvolvimento industrial do Brasil (211).

Por outro lado, a burguesia industrial não dispensava a mesma acolhida aos produtos manufaturados estrangeiros. Ao contrário, reivindicava constantemente uma política cambial que selecionasse rigorosamente as importações, aplicando as divisas na aquisição de bens de capital não produzidos no país. Segundo os industriais, o ingresso de manufaturados estrangeiros era, em qualquer hipótese, nocivo à indústria e à industrialização nacionais. Quando houvesse similar brasileiro, aqueles produtos importados prejudicariam o mercado das empresas já existentes no país. E mesmo quando não existisse o similar, eles inibiriam os planos de expansão da produção industrial, inclusive os investimentos estrangeiros na indústria (212).

Se a acolhida ao capital imperialista era mais calorosa, a reação ao desinteresse do convidado era menos tonitroante que a da burocracia nacionalista. Em tal situação, os industriais emitiam um discurso onde a crítica contundente era substituída pela perplexidade. Por exemplo, após mencionar os resultados nulos, em termos de investimentos norte-americanos, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o editorialista da FIESP concluiu seu relato com a indagação: "por que esta estranha atitude dos E. U. A., país tradici

onalmente amigo do Brasil?" (213).

O mesmo cuidado em não matar a galinha dos ovos de ouro caracterizou o discurso de Euvaldo Lodi durante uma de suas vistas aos E. U. A., em 1953, ano em que a campanha do petróleo atingiria o clímax. O então presidente da C. N. I. reafirmou o "interesse brasileiro" em inversões estrangeiras, mas observou que a saída de capital do Brasil tem sido maior que a entrada. Pediu, então, a colaboração do governo e empresas norte-americanos para que essa tendência se invertesse (214).

Observe-se que Vargas, discursando sobre o mesmo assunto, havia feito referência à "voragem de dilapidação do patrimônio nacional", que "graves consequências" acarretara ao país (215).

A burguesia industrial assumia, à sua maneira, a estratégia do nacionalismo populista: tratava-se de redefinir a dependência, o que implicava em lutar, embora de forma diferente e com algumas inflexões ideológicas específicas, contra um tipo de capital imperialista, ao mesmo tempo em que se cortejava outro. O nacionalismo dos industriais e o da burocracia de Estado eram variantes distintas e contraditórias de uma única matriz ideológica.

Embora o nacionalismo populista se expressasse de forma mais evidente e acabada em sua variante burocrática, era na burguesia industrial que ele deitava suas mais profundas raízes de classe. Isso se devia não somente à razão fundamental de que eram sobretudo os seus interesses que aquela ideologia expressava e, ao tempo, ocultava, mas também porque era nessa fração de classe que residiam as potencialidades - e os limites - de eficácia social do nacionalismo populista.

E, mais uma vez, Vargas aprenderia que, com a burguesia industrial, o barco populista, às vezes fazendo água, avançava. Sem ela, iria rapidamente ao fundo.

2 - O nacionalismo burocrático

Com o objetivo de recompor o leque de forças capaz de sustentar uma política de prosseguimento da industrialização, Vargas foi obrigado a enfrentar uma situação muito mais complexa (e adversa) do que aquela com a qual se deparava na fase anterior do regime populista.

A necessidade de mobilizar os setores populares urbanos, em particular os trabalhadores, levou Getúlio não somente a imprimir um tom mais contundente ao seu ataque às forças antiindustrializantes como também a recorrer a novas temáticas que tornassem o nacionalismo populista mais "adequado" às aspirações políticas daqueles setores. Houve, portanto, uma maior "radicalização" no discurso e na prática política varguista.

Nesse sentido, para neutralizar as tentativas efetuadas pelos comunistas de, finalmente, construir entidades sindicais independentes do controle do Estado e, ao mesmo tempo, transformar o sindicalismo oficial em um instrumento de mobilização em apoio à sua política, Vargas suspendeu a aplicação do atestado de ideologia, abrindo as portas desse aparelho de Estado para o ingresso dos setores mais combativos do movimento operário. Ao nível do discurso, o "pai dos pobres" apresentava-se aos trabalhadores como aquele que o povo havia conduzido ao governo "não para pescar sardinhas, mas para fisgar tubarões" (216) e denunciou "a trama criminosa" das remessas de lucros exagerados que ocorreram durante o governo de seu predecessor (217).

Essas efusões verbais de Vargas provocavam a cólera dos setores agro-exportadores, dos militares da "cruzada democrática", de amplos setores das classes médias tradicionais e, na ocorrência, não atenuavam os ataques do P. C. B. a um governo que era visto como agente do imperialismo. Entretanto, estavam longe de deixar indiferentes amplos setores das classes populares urbanas, que ainda viam nas palavras de Getúlio a esperança de melhores dias.

Existem inúmeras explicações para esse apoio popular a Vargas. Uma faz referência à manipulação, outras às características estruturais da classe operária e a seus efeitos ao nível da consciência do proletariado brasileiro. Neste último caso, enquanto umas enfatizam as origens rurais recentes do operariado, outras se referem a um "atraso" mais amplo: o estágio primário das relações de classes no período populista.

Evidentemente, não pretendemos discutir aqui todas essas explicações. Mesmo assim, supomos não fazer uma simplificação demasiado grosseira ao afirmar que elas partem do suposto de que essa audiência de Vargas expressava uma certa "debilidade" da consciência política das classes populares. E sugerimos que, no que tange a essa fase do populismo, o referido suposto, ainda que possua um aspecto de verdade, é unilateral.

Nesse sentido, acreditamos que, a fim de apreender as relações entre Vargas e os setores populares, (o que é essencial para compreender as rearticulações no interior da ideologia nacionalista na primeira metade dos anos 50) é necessário considerar as condições em que Vargas retornou ao governo do país.

Levando-se em conta que boa parte da burguesia industrial, diante dos impasses sofridos pelo processo de industrialização, já havia tomado suas distâncias em relação aos setores antipopulistas encastelados no governo anterior, é necessário considerar que Vargas se lançara candidato contra uma coligação de caráter ainda mais antipopular do que o leque de forças em que se apoiara o governo Dutra. E, por sua vez, ao tentarem recorrer a um golpe de Estado para impedir a candidatura e, em seguida, a posse de Vargas (que seria, aliás, o primeiro candidato de oposição eleito presidente na história do país), seus adversários contribuíram objetivamente para que o apoio a Vargas adquirisse o caráter de uma "defesa da democracia", assim como para criar a ilusão de que o chefe do Estado não possuía nenhum vínculo com as classes dominadas.

Em tais condições, Vargas apresentar-se-ia como um governante comprometido com os interesses dos trabalhadores, de cujo apoio dependia, inclusive, para se manter na chefia do Estado.

Em primeiro de maio de 51, ele afirmou, por exemplo, que "o governo ainda está desarmado de leis e de elementos concretos de ação imediata para a defesa da economia do povo" e que era "nas classes trabalhadoras organizadas, participando realmente do governo através dos sindicatos, cooperando diretamente com ele" que Vargas poderia achar o "sistema de defesa" de que precisava (218). No ano seguinte, Getúlio acenou com a "participação direta do proletariado na orientação da máquina governamental" (219).

Por outro lado, apesar do que supõem aqueles que se aprazem com as delícias do folclore populista, Vargas manteve, ao longo de seus ziguezagues políticos, uma fidelidade irrepreensível a seu projeto de desenvolvimento capitalista. Mesmo em seus momentos de maior "radicalização", Getúlio sempre fez uma referência acolhedora aos capitalistas industriais daqui e d'alhures. Em 31 de dezembro de 51, ele deixou claro que não se deve pescar em certas águas, pois "o equilíbrio entre os valores do capital e os valores do trabalho é um imperativo da recuperação nacional" (220). E a xenofobia que seus adversários lhe atribuíam não o impedia de proclamar que "a transferência, já iniciada, de várias empresas estrangeiras para o Brasil, trazendo o capital, a técnica e o trabalho especializado, é um crédito de confiança no futuro do país e, por certo, provocará novo e rápido impulso de progresso" (221).

E não se tratava apenas de palavras. Vargas tomaria sempre a iniciativa de atrair a participação de capitais estrangeiros para a nova etapa do processo de industrialização. A criação do B. N. D. E., em 1952, foi feita ao final de inúmeros contatos com o EXIBANK, em particular através da Comissão Mista-Brasil-Estados Unidos. Contatos que, como os que seriam feitos com empresas norte-americanas para a instalação da indústria automobilística no Bra-

sil, em grande parte, fracassaram (222).

No sentido de reverter essa tendência, Vargas tentou criar, junto aos trabalhadores, um ambiente propício aos investimentos industriais. "Vossa prosperidade", diria ele, em 19 de maio de 52, "depende também, essencialmente, do desenvolvimento industrial do país ... Mais produção e mais indústrias significam trabalho mais abundante e mais bem remunerado, mais empregos para todos, melhores salários e melhores padrões de vida" (223).

Assim, também ele se preocupava em não matar a galinha dos ovos de ouro do processo de industrialização. Em 31 de dezembro de 1951, o "pai dos pobres", após haver explicado que "a elevação do custo de vida e a crise de abastecimento são hoje fenômenos universais, que atingem até mesmo as nações mais abastadas ...", também teve uma mensagem especial para seus filhos diletos: "No que toca ao Brasil, esse desequilíbrio poderá ser corrigido, ou, pelo menos reduzido, se trabalharmos e produzirmos cada vez mais, numa conjugação dos esforços de cada um com a ação estimuladora do governo. Precisamos contar, para isso, com a colaboração espontânea e decidida do proletariado. Cada minuto que se subtrai ao trabalho da produção é prejudicial à economia de todo o país. A paralisação, ainda que momentânea, do trabalho, as greves que se prolongam por dias, ou por horas, são forças vitalizantes que se perdem, é mais um atraso na consecução dos nossos objetivos" (224).

Entretanto, a apologia dos empreendimentos industriais, inclusive as realizados por meio de investimentos estrangeiros, não significava que a referência aos tubarões fosse um simples artifício de retórica. A leitura dos discursos de Vargas mostra que ele, mesmo em seus momentos de maior virulência verbal, estava longe de ser um franco-atirador.

Em suas cargas contra os que se enriqueciam com a miséria do povo, Vargas revelava uma significativa fixação em termos como "especuladores", "mercado", "traficantes", etc. Assim, ele diria que "o

governo vai intervir diretamente no mercado" ou que "vai destruir a máquina montada pelos especuladores audaciosos" (225). No discurso de 19 de maio de 1951, ele havia afirmado que "o que a lei não protege nem tolera é o abuso, a especulação desenfreada, a usura, o crime, a iniquidade; a ganância de todas as castas de favoritos e de todos os tipos de traficantes, que corvejam sobre a miséria a lheia, mercadejam com a fome de seus semelhantes ... O que é insuportável é que dentro da sociedade, onde tudo deve ser harmonia, e quidade e cooperação para o bem comum, uns reservem para si todos os benefícios e outros carreguem apenas o fardo das privações e dos sofrimentos. Queiram ou não queiram ouvir-me os inimigos do po vo, continuarei proclamando em voz alta que não é possível manter a sociedade dividida em zonas de miséria e zonas de abundância ... em que uns padecem de fome e outros especulam com a fome" (226).

Neste mesmo discurso, ao prometer divulgar as irregularidades nas caixas de aposentadorias e pensões, Vargas afirmou ser esta a sua resposta "aos sabotadores e traficantes".

Evidentemente, esses ataques contra os "traficantes" apresentavam extraordinária vantagem de deslocar o objeto da atenção para fora do núcleo das relações de produção capitalistas, numa fase em que, para citar apenas um exemplo, parte dos recursos da previdência social seria utilizada como capital do B. N. D. E.. Nesse sentido, eles eram muito mais eficazes do que o expediente, igualmente utilizado mas infinitamente mais contraditório (em uma conjuntura em que o governo e os empresários industriais apelavam para os investimentos estrangeiros) que consistia em exorcizar o con flito de classes por meio de referência a um inimigo exterior à na ção.

De qualquer modo, é preciso não exagerar a ênfase no aspecto manipulação. Segundo Vargas, a luta era principalmente interna e o inimigo tinha posto seus pés no interior da nação. Assim, Vargas não se limitava a criar fantasmas para desviar o povo de seus ini-

migos reais. Vargas tentava, com maior ou menor sucesso, mobilizar as classes populares urbanas contra os adversários reais da política de aprofundamento da industrialização. E estes não eram, como já vimos, exatamente os amigos do povo.

No que se refere aos que diziam pretender organizar o povo de um modo independente, Vargas não podia fazer grande coisa. Diante dos ataques crescentes dos setores agro-mercantis e de uma parte da burocracia de Estado (onde, aliás, os nacionalistas teriam uma nova e séria derrota com a perda da direção do Clube Militar) e considerado com reticências cada vez maiores pela burguesia industrial, Vargas não podia simplesmente reprimir as "esquerdas". Ele deveria disputar com elas a posição de defensor de classes e camadas que era preciso mobilizar a fim de que se tornassem a base de apoio mais sólida à política de desenvolvimento do capitalismo industrial.

A nova crise do regime populista atrelava Vargas a uma dinâmica infernal, na medida em que a mobilização popular, embora arregimentando a base de apoio mais importante à política de industrialização, afugentava os principais beneficiários desse processo.

No apogeu da campanha do petróleo, a General Motors recusou-se a investir na fabricação de veículos no Brasil enquanto o governo não se restringisse a "garantir a segurança do país e a estabilidade do regime" (227). Os empresários industriais nativos, embora reivindicando a proibição das importações de auto-peças similares às que fabricavam no país, tampouco se dispunham a investir na instalação de uma indústria automobilística nacional. Vargas, quando da greve de março-abril de 1953 ("greve dos 300.000") anunciara a proibição da importação de veículos montados. Todavia, desde a greve vitoriosa dos têxteis do Rio de Janeiro (janeiro de 1953) as Associações Industriais faziam coro com as Associações Comerciais contra "a política demagógica do governo" (229).

A restrição à entrada de peças similares e de veículos monta-

dos provocavam a reação das empresas norte-americanas e da burguesia comercial. Uma grande campanha contra a "mã qualidade" dos produtos da indústria nacional foi feita na imprensa.

No mesmo ano (1953) em que o preço do café no mercado internacional caiu 9% e a pressão sobre o balanço de pagamentos tornou-se insustentável, os financiamentos do Banco Mundial foram reduzidos a uma soma quase simbólica e os setores agro-mercantis intensificaram a luta contra o confisco cambial.

Nesse contexto, eclodiu a greve dos 300.000, com a ativa participação dos comunistas. Setores do próprio Ministério do Trabalho declararam que a greve era uma consequência da "política de liberalização sindical" aplicada por Vargas e exigiram o retorno do atestado de ideologia para os dirigentes sindicais. O jornal "O Estado de São Paulo" conclamou as "classes conservadoras" a reagirem antes que fosse muito tarde e acusou, uma vez mais, Vargas de haver preparado a greve com o objetivo de dar um golpe de Estado (229).

Por sua vez, Vargas procurava não deixar escapar o controle do movimento operário. Em julho de 1953, ele promoveu uma reforma ministerial e novo Ministro do Trabalho, João Goulart, anunciou, no início não oficialmente, um próximo aumento de 100% do salário mínimo.

A expressiva reação exprimida pelo "Manifesto dos Coronéis" a esta "subversão da hierarquia salarial" prenunciou a sequência dos acontecimentos. O processo de desenvolvimento capitalista prosseguiria, mas sem Vargas, fundado em outras bases políticas e com uma outra configuração do nacionalismo populista.

VI - O nacionalismo triunfante

1 - O nacionalismo da burguesia industrial

O governo de Juscelino Kubistcheck expressou essa nova rearticulação. Realizou-se um salto para uma nova fase da industrialização, constituindo-se de modo acelerado um setor de bens de produção pesados e um setor de bens de consumo duráveis.

Nesse processo, houve uma estreita colaboração entre o setor estatal, o grande capital monopolista estrangeiro e o capital privado nacional (230). O primeiro encarregou-se dos investimentos de infraestrutura e agiu como empresário onde os setores de bens de produção não interessavam ao capital privado, seja em razão da baixa rentabilidade, seja devido ao lento retorno dos investimentos. O segundo ocupou o setor de grande capitalização e alta rentabilidade. Este "novo" capital estrangeiro interveio sob a forma de investimentos produtivos diretos no setor industrial, ao contrário do "velho" capital estrangeiro, que aqui chegara sob a forma de empréstimos ou de investimentos diretos mais voltados para o setor de exportação.

Para a participação de capitais estrangeiros nesse processo de aprofundamento da industrialização foram decisivas as alterações em curso no interior do sistema imperialista que, embora ainda firmemente alinhado, do ponto de vista político, sob a hegemonia dos E. U. A., já dava, do ponto de vista econômico, os primeiros sinais de relativa abertura. Os maciços investimentos de capitais norte-americanos na Europa tiveram o efeito de impulsionar os capitalistas europeus, fustigados em seu próprio terreno, a procurar outras áreas para a aplicação de seus excedentes de capitais. A Alemanha Ocidental, por exemplo, destinou ao Brasil, no período 51-61, a maior parcela de seus investimentos externos, grande parte durante o governo de Juscelino Kubistcheck (231). Essa nova inflexão ao movimento de capitais, ao mesmo tempo em que fortalece-

ria a capacidade de resistência ao capital imperialista oposto à industrialização, aumentado o poder de barganha dos setores nacionalistas frente ao Estado norte-americano, terminaria, igualmente, por ser um dos fatores de atração de franjas importantes do próprio capitalismo dos Estados Unidos, obrigadas a investir no Brasil para não perderem sua hegemonia (232).

Por sua vez, o capital privado nacional já instalado no setor de bens de consumo para assalariados beneficiou-se do crescimento da massa de salários resultante do crescimento da economia. Por outro lado, o crescimento dos setores de bens de produção e de bens de consumo duráveis criou uma demanda derivada (por exemplo, de peças para a indústria automobilística) onde os empresários nacionais investiram, frequentemente pela via da associação com grandes empresas estrangeiras.

Ao nível da estrutura da burguesia industrial, ocorreu, portanto, à medida em que se aprofundava o processo de industrialização dependente, uma crescente diversificação interna daquela fração de classe. Criou-se uma espécie de "continuum" que se estendia desde o administrador de filiais de empresas estrangeiras, passando por empresários com distintos graus e formas de associação com o capital imperialista, até os grandes ou médios industriais cujos setores de atividades os colocavam numa posição que, em certas conjunturas, revelava-se contraditória em relação ao imperialismo.

Do ponto de vista político e ideológico, montou-se, na segunda metade dos anos cinquenta, um amplo leque industrializante, que se estendia desde setores do capital imperialista até o Partido Comunista Brasileiro. Constituiu-se, no dizer dos próprios industriais, uma "maioria esclarecida" contra a qual resistiam, isolados, os "renitentes defensores do agrarismo".

Com a roda da história girando celeremente a seu favor, os industriais participariam alegremente da nova fase do processo de desenvolvimento capitalista dependente. Por algum tempo, a burguesia

industrial adotou uma postura claramente ofensiva, dispondo-se a "romper o monólogo daqueles que não compreendem o papel estratégico da industrialização no processo de desenvolvimento econômico" (233).

Essa foi a fase do período populista em que mais claramente se expressou a variante burguesa "civil" do nacionalismo brasileiro.

Segundo essa fração de classe, o mundo era dividido entre países subdesenvolvidos e países industriais. Logo, desenvolver-se era industrializar-se.

Dessa forma, a industrialização não se restringia ao interesse corporativo de uma classe social qualquer. Ao contrário, era uma aspiração das massas das regiões subdesenvolvidas. Afinal, a "prática das instituições democráticas, a difusão do rádio, cinema e jornal, operaram espantosa mudança cultural ao difundir por todos os quadrantes o conhecimento dos frutos esplêndidos que a tecnologia moderna é capaz de produzir". Observava-se, assim, "o processo social expandir-se à procura de uma nova afirmação do homem na comunidade internacional, mediante abertura de oportunidades para o desenvolvimento econômico, outrora desconhecida" (234).

Frente ao reclamo universal das massas, as elites não poderiam fugir ao seu papel: "intensifica-se o empenho das mais responsáveis elites na formulação acabada de um conjunto consistente de diretrizes econômicas, em bases democráticas, que se traduzam em realizar os anseios das mais diversas coletividades nacionais" (235).

Que não se pensasse, igualmente, que a tarefa de desenvolvimento econômico fosse desprovida de quaisquer valores humanísticos. Ao contrário, a problemática da alienação não era exclusiva aos "intelectuais ativos" do período. Assim, "a expansão de nossas forças produtivas" não era um fim em si mesma, mas "meta interme-

diária em relação a objetivos mais amplos", que consistiam em "atribuir dimensões mais humanas a maiores parcelas da população" (236). Afinal, "o florescimento vertical e horizontal da educação e da cultura de uma comunidade requer, além de outros ingredientes, aço, trigo, petróleo, cimento e transportes. Reconhecer certo grau de interdependência entre essas duas ordens de bens é característica do humanismo de nosso tempo. A transição para a maturidade cultural demanda a implantação de estrutura econômica adequada. Eis a razão de desenvolvimento econômico" (237).

Todavia, diziam os empresários, "o grande problema dos países subdesenvolvidos" residia na taxa de poupança. Se esta aumentasse, seriam "maiores e mais flexíveis as possibilidades de desenvolvimento". Logo, sempre frisando que "não é possível abordar o capital estrangeiro como um bloco uniforme", os industriais não tinham maiores pruridos em acolher os que viessem contribuir para a elevação da taxa geral de poupança do país. "Se as poupanças geradas no exterior se dispõem a complementar o montante de nossas economias, não há porque negar essa preciosa contribuição" (238).

Montava-se, portanto, a cadeia de argumentos do nacionalismo dependente: a nação aspira à superação do subdesenvolvimento; para superar o subdesenvolvimento é preciso industrializar; para industrializar é preciso poupança, independentemente de sua origem; logo, "a voz unânime da nação tem efetivo interesse na cooperação do capital internacional, privado e público" (239).

Se pouco interessava a procedência desses investimentos, o seu modo de inserção na economia brasileira despertava viva atenção entre os empresários. A esse respeito, algumas questões foram exaustivamente abordadas ao longo da fase que ora estudamos.

A mais importante dessas questões referia-se à seleção dos investimentos estrangeiros. Segundo a III Reunião Plenária da Indústria (agosto de 1957), existia uma "gradação preferencial" que, "ressalvadas as circunstâncias ocasionais", fundamentava a adoção

dos seguintes critérios. Em primeiro lugar, "aplicação em atividade econômica (produção, transporte) de preferência à aplicação em atividade financeira (bancos, seguro, etc.) ou comercial; em seguida, "a aplicação com formação de patrimônio estável de preferência à prestação de serviços ocasionais": em terceiro lugar, "a aplicação produtiva de capital estrangeiro, de preferência no aproveitamento de matéria-prima nacional e na destinação a indústrias básicas"; finalmente, "a aplicação que contribua substancialmente ao processo de expansão da economia nacional e que reduza a saída de cambiais deve determinar a prioridade de entrada dos mesmos capitais" (240).

Uma outra questão que mobilizou o interesse dos industriais foi a da remessa de lucros. Se, por um lado, reconheciam ser "justo proclamar o direito do país aplicador de repatriar os proventos do capital investido", também consideravam "irrecusável o reconhecimento do direito que cabe ao país receptor de defender-se de eventual perda de substância, exigindo que esse repatriamento observe as possibilidades da economia nacional" (241). Nesse sentido, os industriais reivindicavam uma legislação mais rigorosa sobre a remessa de lucros, juros e amortizações dos capitais estrangeiros (242).

Já se havia tornado uma tradição no discurso da burguesia industrial a formulação de que o capital nacional e o estrangeiro deviam receber tratamento equitativo por parte da política do Estado brasileiro. Esse discurso possuía a grande vantagem de preencher, de acordo com as circunstâncias, uma ou outra função: seja a de marcar posição de defesa do capital estrangeiro frente aos setores nacionalistas mais radicais, seja a de defender o empresário do nativo contra possíveis "privilégios" concedidos ao capital imperialista. É interessante notar que, numa fase em que nenhuma força política ponderável opunha-se efetivamente à participação do capital imperialista no desenvolvimento industrial, aquela fração de

classe esgrimiou o discurso "igualitarista" predominantemente com segundo objetivo.

Em outros termos, seu nacionalismo consistia, no essencial, em reivindicar uma política de desenvolvimento nacional acelerado (ou seja, uma política de industrialização) e, ao mesmo tempo, resguardar sua capacidade de participação nesse processo, de modo a não ser totalmente absorvida pelo capital imperialista. Nesse sentido, os empresários industriais criticaram constantemente a Instrução 113 da SUMOC (243), protestaram contra a implantação de empresas estrangeiras em certos setores onde elas já se haviam instalado (244), recomendaram a concessão de créditos por bancos estatais e paraestatais apenas às empresas que tivessem, no máximo, 50% de capital estrangeiro (245) e reivindicaram a participação de suas entidades corporativas (juntamente, se fosse o caso, com as dos proprietários agrícolas) nos estudos dos pedidos de autorização para novos investimentos externos (246).

A mesma flexibilidade dos industriais frente aos investimentos estrangeiros produtivos não era dedicada aos manufaturados procedentes do exterior. Estes continuavam sendo um ponto sensível para a burguesia industrial e as reivindicações permaneciam as mesmas desde os anos 30. Elas visavam, no essencial, uma política tarifária que, além de possuir uma função fiscal, objetivasse proteger "o trabalho nacional", ou seja, as unidades de produção capitalistas aqui instaladas (ou passíveis de sê-lo). A diferença é que, nessa fase de nacional-desenvolvimentismo, o tom era muito mais ufanista. Frequentemente, "Desenvolvimento & Conjuntura" trazia a seguinte chamada: "Está comprovado que o produto nacional é absolutamente similar ao estrangeiro. Preferi-lo, portanto, é contribuir para a rápida e completa emancipação econômica de nossa Pátria".

Para o nacionalismo populista, o caminho natural da emancipação nacional era o capitalismo dependente. O nacionalismo triunfante da segunda metade dos anos 50 pretendeu transformar esse cami-

inho numa passarela a ser percorrida alegremente pelo conjunto da nação, em animado carnaval industrializante. Já sabemos quem patrocinou a escola e sugeriu o enredo. Vejamos, em seguida, quem se dispôs a compor o samba e a montar o cenário.

2 - O nacionalismo burocrático

O novo salto para a industrialização apoiou-se em bases políticas relativamente sólidas. A eleição e a posse de Kubistchek foram apoiadas por todas as forças que haviam sido objeto da ofensiva anti-Vargas: a burocracia nacionalista, os petebistas e os comunistas. O apoio desses últimos, assim como a presença de Goulart na vice-presidência da República (aí fazendo um extraordinário esforço para tornar-se aceitável pelos setores anti-populistas) significava que, do lado do movimento operário e sindical, Kubistchek, pelo menos a curto prazo, não teria grandes problemas. Os comunistas, ao contrário do que haviam feito em 1950, quando, abertamente hostis à candidatura de Vargas, tinham proposto o voto em branco, apresentaram o apoio a Kubistchek como uma defesa do regime democrático.

Portanto, é preciso considerar que, em primeiro lugar, Kubistchek recebeu o apoio decisivo das forças que tinham demonstrado possuir, no período Vargas, uma grande capacidade de mobilização popular. Assim, ao contrário de Vargas, que se encontrava fustigado, à esquerda, por essas forças e, sendo obrigado a disputar com elas a direção do movimento nacionalista, provocaria a deterioração de suas bases de apoio à direita, Kubistchek desfrutaria, do lado do movimento popular e nacionalista, de uma situação relativamente tranquila para negociar com os setores anti-populistas.

Em segundo lugar, tratava-se de setores que haviam demonstrado ser mobilizáveis e mobilizadores, de um modo ou de outro, para a industrialização. Assim, a medida que este governo se revelava

capaz de conduzir a política de desenvolvimento capitalista, crescia a sua credibilidade diante dos setores populares dotados de certo grau de organização.

Ao mesmo tempo, o modo de prosseguimento da industrialização arregimentava o crescente apoio das classes dominantes. Ocorreria a Kubistcheck o contrário do que havia acontecido com Vargas, cuja política, em particular a partir de 1953, provocava sérias restrições da parte da burguesia industrial.

Também ao nível internacional, Kubistcheck desfrutou de uma posição mais confortável. Com o reerguimento das economias capitalistas européias, o sistema imperialista dava os primeiros sinais de uma efetiva diversificação, criando-se condições mais propícias à atração de investimentos estrangeiros no Brasil. O apoio interno relativamente amplo de que gozava Kubistcheck era uma garantia de tranquilidade para os investimentos estrangeiros que foram, como já vimos, um dos pilares da política de desenvolvimento capitalista na segunda metade dos anos 50. Por outro lado, esse apoio proporcionava-lhe a retaguarda necessária para superar os obstáculos a esta política no plano internacional.

Isso se revelou claramente durante o conflito entre o governo Kubistcheck e o F. M. I. a respeito da política de estabilização financeira.

Como já vimos, a participação do setor estatal foi decisiva para a constituição do modelo de desenvolvimento associado. Ora, as elevadas taxas de investimento estatal exerciam uma grande pressão inflacionária, na medida em que se apoiavam em grandes deficits orçamentários. Numa conjuntura de queda vertical, em volume e valor, das exportações de café, o resultado foi um crescente deficit do balanço de pagamentos, a crise de divisas e a consequente dificuldade de importar, ponto sensível do modelo capitalista associado. Por outro lado, a espiral inflacionária corroía os lucros das empresas estrangeiras, criando-se um efeito de bola de neve,

pois elas, ao fazerem vultosas remessas para o exterior, contribuíam para aumentar o desequilíbrio do balanço de pagamentos (247).

Frente a tal situação, aumentaram as pressões internas e externas pela adoção de uma política de estabilização monetária que, se adotada, comprometeria seriamente o processo de industrialização.

Ao nível internacional, era principalmente do F. M. I. que partiam as pressões para que o governo Kubistcheck adotasse um rigido programa antiinflacionário. Essa instituição tinha um peso muito importante, não exatamente devido aos empréstimos que concedia, mas porque sua aprovação era condição indispensável para os novos empréstimos fornecidos pelos principais credores do Brasil (bancos europeus e norte-americanos e governo dos E. U. A.). O conflito, desencadeado com o pedido de empréstimo de 300 milhões de dólares ao governo dos E. U. A., chegou ao clímax em julho de 1959, quando Kubistcheck rompeu as negociações com o F. M. I.

Em todas as faces do espectro industrializante, de empresários industriais aos comunistas, o apoio a Kubistcheck não se fez esperar. A C. N. I. já havia elaborado um amplo estudo a respeito dos efeitos nocivos da política de estabilização monetária sobre a indústria e a FIESP manifestaria sua concordância com a decisão do governo. Da mesma forma, o alto comando militar firmemente alinhado contra as pressões do F. M. I.

No mesmo mês, discursando no Clube Militar, Kubistcheck afirmou que "o Brasil já se tornou adulto. Não somos mais os parentes pobres, relegados à cozinha e proibidos de entrar na sala de visitas. Só pedimos a colaboração de outras nações. Através de maiores sacrifícios, poderemos obter a independência política e, principalmente, a econômica, sem ajuda de outros" (248).

As forças que se apresentavam como mais identificadas com o movimento popular também estiveram presentes a este momento de u-

nião nacional. Ao lado de membros da Frente Parlamentar Nacionalista, dirigentes sindicais e estudantis já haviam marchado até o palácio do Catete para prestar apoio a Kubistcheck. Em resposta, este acusaria o F. M. I. e "os inimigos do Brasil independente de tentarem uma capitulação nacional, a fim de que a indústria caísse em mãos forasteiras" (249).

Portanto, se do lado dos militares nacionalistas havia um amplo apoio a quem se apresentava como o defensor intransigente da soberania nacional, tampouco haveria maiores desentendimentos com as forças que se pretendiam portadoras de um enfoque mais "social" sobre a questão. A esse respeito, a posição de Josué de Castro expressou-se em termos bastante próximos aos que Kubistcheck utilizou no Clube Militar. Apoiando a decisão do governo brasileiro, o autor de "Geografia da Fome" afirmou ser preferível passar fome do que ceder às exigências do F. M. I., pois a libertação econômica exige sofrimento (250). Por seu turno, o P. C. B. interpretou os acontecimentos como a expressão do reforço do campo socialista e do enfraquecimento do campo imperialista (251).

Tratava-se, assim, de uma fase bastante distinta daquela em que Vargas, ao mesmo tempo em que era classificado pelos comunistas como agente do imperialismo, via-se obrigado a dizer aos trabalhadores que "não nos causam inveja as nações que alicerçam sua prosperidade às custas dos sacrifícios e da miséria do povo".

O pacto político que sustentava o governo Kubistcheck tornara possível a ocorrência, ao nível ideológico, de uma rearticulação do nacionalismo populista por meio da qual se explicitava a identificção entre industrialização dependente e emancipação nacional.

Foi a primeira vez, na história do populismo brasileiro, que o ramo militar do aparelho do Estado não desempenhou o papel de vanguarda na estruturação ideológica. Esse papel caberia principalmente a uma agência estatal, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) (252), que se engajaria em um amplo esforço intellectual

al com o objetivo de sistematizar e difundir um discurso sobre a realidade nacional que fosse capaz de expressar um largo consenso entre as diversas forças que sustentavam o regime. Em outros termos, ao contrário do aspecto abertamente autoritário do nacionalismo militar do primeiro período do populismo ou do caráter mobilizador e internamente mais conflituoso do último governo Vargas, a tendência dominante do nacionalismo da segunda metade dos anos 50 exprimia um esforço para criar um amplo consenso em relação à política do Estado junto aos setores politicamente dinâmicos passíveis de se aglutinarem em torno do projeto de industrialização dependente.

A idéia de uma nação inacabada e do papel do Estado enquanto entidade racionalizadora capaz de realizar a nação foi essencial ao pensamento isebiano nesta fase. Um de seus autores mais eminentes, Vieira Pinto, partindo da premissa de que "a alienação foi o traço específico de nossa sociedade até o presente" (253), reservaria "ao poder público a faculdade de planejar o desenvolvimento, pois, como é claro, nenhuma outra entidade está melhor aparelhada para isso, por dispor dos meios de conseguir a informação total, e da natural potestade de comando ..." (254).

A via para a redenção nacional era a industrialização e, com esta perspectiva, Jaguaribe formularia um verdadeiro programa em torno do "modelo econômico adequado ao Brasil". Tratava-se, segundo ele, de "tirar o máximo partido da especialização do país, nos quadros da divisão internacional do trabalho, compatível com o máximo desenvolvimento de sua produtividade, por meio da transformação mais acelerada possível de sua estrutura econômica e social, à taxa de acumulação capitalista mais alta possível" (255).

No que tange aos meios para a realização desse modelo, Jaguaribe propunha: "a) a utilização ótima da capacidade de exportar... b) a seleção das importações ... c) a valorização máxima dos recursos naturais existentes ... d) a máxima redução do consumo, em par

particular do consumo supérfluo, por meio de uma política realista de salários e de tarifas e de uma política fiscal adequada; e) a máxima utilização da capacidade nacional de investimento, inclusive do capital estrangeiro que possa ser absorvido pelo país, e o desenvolvimento máximo de nossa taxa de acumulação de capital ..." (256).

Tratava-se, portanto, no fundamental, de um programa de desenvolvimento capitalista associado idêntico, em suas propostas, ao assumido, naquela fase, pela burguesia industrial. Todavia, como conciliar o papel privilegiado do Estado com as reivindicações das massas populares? Esta era, no essencial, a problemática política em torno da qual girava a produção intelectual isebiana.

Seja em sua versão "de esquerda", seja em sua vertente mais "pragmática", a busca de uma solução se dirigia no sentido de uma ideologia nacionalista para cuja elaboração os funcionários do Estado, recorrendo ao conhecimento científico e se comprometendo apenas com o bem comum, seriam os mais credenciados.

O elo que unificaria Estado e massas seria, portanto, soldado com o saber científico. Esta idéia-força desempenharia, no nacionalismo neodependentista dos isebianos, um papel homólogo ao que fora cumprido anteriormente pela idéia de "segurança nacional".

Mesmo para os isebianos que atribuíam às massas o papel de fonte de legitimidade dos governantes ("são estariam credenciados para promover o desenvolvimento nacional aqueles que forem escolhidos pelas massas", diria Vieira Pinto (257), o Estado aparecia como a entidade capaz de interpretar corretamente as aspirações das massas, elaborar sua ideologia e, ao mesmo tempo, conduzir todos os grupos sociais independentemente de seus reflexos particularistas, rumo ao desenvolvimento nacional.

Jaguaribe, ao mesmo tempo em que operava a doutoral distinção entre "nacionalismo dos meios" e "nacionalismo dos fins", traçava o diagnóstico: "promoção do desenvolvimento é o objetivo ideológico

co mais representativo de todas as classes brasileiras" (258). E Vieira Pinto, embora lembrando que as massas não são incultas (elas são prê-cultas, dizia ele), chegava, science oblige, ao mesmo diagnóstico: a única alternativa para a "estrada do pauperismo, que nos conduzirá à condição das grandes massas asiáticas" era "tomarmos o rumo do desenvolvimento, o que se (daria) na medida que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica a serviço de uma ideologia do progresso" (259).

Nesta reconciliação entre Estado e massas, aquele edificaria uma ideologia capaz de se difundir na consciência das massas "a ponto de identificar-se com ela e representar-lhe as reivindicações mais profundas" (260).

Quais seriam essas reivindicações?

Evidentemente, quando o Estado se erige em depositário do saber científico, o salto da aparência à essência pode tomar direções inesperadas. Segundo Vieira Pinto, "o conjunto das manifestações sociais que se denominam, de modo geral, reivindicações populares - direitos, salários, condições de vida, etc. - apresenta-se fenomenalmente sob a forma de pressão exercida sobre as classes dirigentes, mas, em verdade, é apenas expressão da exigência de desenvolvimento. Essas reivindicações exprimem a desconformidade entre a representação consciente que as massas fazem do seu estado vital e as condições econômicas e sociais do meio onde habitam" (261).

A produção ligeiramente triunfalista do ISEB só adquire sentido à luz das expectativas criadas por uma constelação de forças políticas efetivamente engajadas no esforço de consumação da passagem para o capitalismo dependente no Brasil. Todavia, a insistente referência ao Estado já revelava o calcanhar de Aquiles desse "projeto de hegemonia". A primeira crise do novo modo de acumulação, o movimento das "massas" introduziria novas mediações na luta política e ideológica que nenhuma fenomenologia isebiana seria ca-

paz de tornar digerível para as "classes dirigentes". Restaria, então, aos isebianos devolver a tribuna a outros "intelectuais ativos" das classes dominantes, dotados de argumentos de maior calibre.

VII - O nacionalismo reformista

1 - O ascenso do nacionalismo popular

No início dos anos 60, havia no Brasil um parque industrial bastante diversificado, que atendia a 90% das atividades do mercado interno, fornecendo 90% dos bens de consumo, 90% dos bens intermediários e cerca de 80% dos bens de produção. Durante o governo de Kubistcheck, havia se constituído o departamento I da economia e tinha sido posto em marcha um modelo de acumulação tipicamente capitalista. Nesse processo foi decisiva a importação de capitais, que passou de 302,7 milhões de dólares em 1956, a 484,9 milhões em 1957, 501,6 milhões em 1958 e 599,8 milhões em 1959 (262).

Um tal esforço de acumulação teve por consequência uma redução do consumo ou, pelo menos, uma taxa de crescimento do consumo maior do que a taxa de crescimento do produto. Sob esse aspecto, o desenvolvimento não tinha feito senão contribuir para aperfeiçoar um processo de exploração da força de trabalho (263).

Do ponto de vista político, a grande especificidade dessa fase foi a politização do movimento operário e popular e o consequente esfacelamento do leque de forças industrializante que se constituíra durante o governo de Juscelino Kubistcheck.

Desde o final da fase anterior que diversas greves haviam eclodido, fundamentalmente devido a questões de política salarial. Todavia, a participação de alguns setores do movimento sindical na luta pela posse de Goulart na presidência da república, contribuiu para um desfecho relativamente favorável à burocracia naciona-

lista, deu um novo impulso ao movimento operário e popular no Brasil, levando-o a imprimir um conteúdo predominantemente político às suas lutas. E, ao fazê-lo, tomaria como referencial ideológico predominante o nacionalismo populista.

Isso não significa que anteriormente o nacionalismo não tenha exercido influência sobre os setores populares no Brasil. Pelo contrário, em diversas conjunturas, eles sofriam, diretamente ou não, o peso dessa ideologia. Todavia, o termo "sofriam" não é ocasional. A relação entre o movimento operário e o nacionalismo havia sido predominantemente uma relação de exterioridade, no sentido de que o primeiro era quase sempre um "objeto" da ação de setores (burocracia nacionalista, P. C. B.) que, recorrendo ao interesse nacional, agiam sobre aquele movimento. Por exemplo, no período de redemocratização, o nacionalismo do P. C. B. contrapôs-se às lutas operárias e populares, voltadas para objetivos de caráter econômico, assim como, em certos momentos da campanha do petróleo, o nacionalismo populista, que contava com a adesão mais efetiva de setores das classes médias, se sobreporia ao movimento operário, que embora mobilizado de modo difuso para a luta por objetivos nacionais, dirigia-se, ainda, predominantemente, para as lutas econômicas específicas.

Já na fase final do período populista, o movimento operário assumiu positivamente o nacionalismo no sentido de que passaria a lutar por objetivos políticos cujo sentido adquiriria inteligibilidade à luz daquela ideologia, chegando, inclusive, a associar os alvos políticos do movimento nacionalista à luta por seus interesses fundamentais. Finalmente, nos estertores do regime, o movimento operário, junto aos de outros setores populares, tornou-se gradativamente, a principal base de apoio do movimento nacionalista. Constituiu-se, portanto, em toda a sua plenitude, uma variante popular do nacionalismo populista.

Todavia, tal processo, embora original, já estava presente,

como potencialidade, nas próprias estruturas do regime populista, como um efeito da dupla decapitação (sindical e política) do movimento operário.

Com a consolidação do sindicalismo de Estado, cujos pilares são a unicidade sindical, a carta sindical e o imposto sindical (264), os trabalhadores brasileiros foram despojados dos meios de organizar e conduzir suas lutas independentemente do controle direto pelo aparelho estatal. Este controla as finanças dos sindicatos, seleciona seus quadros dirigentes, arrecada, distribui e controla a aplicação dos recursos, determina o ritmo e as formas de luta a serem adotadas, intervém nos sindicatos, substituindo as diretorias eleitas por interventores nomeados diretamente pelo Ministério do Trabalho, e pode, inclusive, cassar o direito de existência legal de qualquer sindicato já constituído.

Em outros termos, com a implantação do sindicato corporativista, as direções do movimento sindical foram constituídas em membros do aparelho do Estado, o que acarretou uma série de implicações no sentido de despojar os trabalhadores de suas organizações de luta econômica.

Em primeiro lugar, a própria inserção das entidades sindicais no interior do aparelho estatal, do qual elas nutrem a legitimidade ideológica e os suportes materiais, distanciou-as não somente do controle, mas inclusive, da participação da maioria dos trabalhadores.

Em segundo lugar, a estrutura sindical bloqueava o desenvolvimento, no seu interior, de um sindicalismo revolucionário, tornando as lutas sindicais dependentes, no fundamental, do estímulo direto (ou pelo menos da aquiescência) advindo do interior do aparelho do Estado. Em outros termos, para que a máquina sindical pudesse entrar em movimento, era necessário que algum setor da burocracia de Estado estivesse interessado em que isso ocorresse. Assim, a ativação das lutas por meio do sindicato corporativista dependia muito

mais da correlação de forças interna ao aparelho de Estado do que da iniciativa da massa dos trabalhadores.

Em terceiro lugar, ao nível ideológico, a atividade sindical aparecia como uma questão de Estado, no sentido de que este se apresentava aos trabalhadores não apenas como o guardião de seus interesses, mas também como a entidade a quem cabia organizar suas lutas.

Todavia, se a ação estatal foi decisiva para a consolidação a vassaladora do sindicalismo corporativista, a compreensão desse processo requer uma referência à ideologia e à prática da organização que, pretensamente, deveria se contrapor, a partir dos interesses fundamentais dos trabalhadores, ao principal aparelho da dominação que sobre eles se exercia.

Ocorre que, também ao nível político, os trabalhadores sofreram uma outra "decapitação". Não se trata aqui somente da proibição do funcionamento legal do partido comunista. O fato de que, ao longo do período populista, a existência jurídica desse partido te nha se limitado a dois anos possui uma importância inegável. Mas, por outro lado, não se deve ignorar que, efetivamente, tal partido existiu e participou ativamente das lutas do período, chegando, em certas conjunturas, a exercer grande influência sobre o movimento operário e popular. A questão principal não é, portanto, a da ilegalidade do partido, mas da linha política que ele adotou. E nas duas últimas fases do nacionalismo populista, ela se caracterizou pela crescente adesão à estrutura sindical e pelo aprofundamento de sua integração ao movimento nacionalista.

Vejamos, particularmente no que se refere a esses dois aspectos, que perspectivas o P. C. B. apontava para os trabalhadores no início dos anos 60.

Segundo a "Resolução Política" de seu V Congresso (1960), os comunistas consideravam que o desenvolvimento capitalista no Brasil tinha um caráter progressista. Entretanto, tal desenvolvimento

chocava-se com dois tipos de entraves, estreitamente ligados: a penetração imperialista e o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários pré-capitalistas (265).

É importante notar que, em sua apreciação do imperialismo, o P. C. B. levava em consideração as distintas modalidades de capital imperialista, inclusive a importância adquirida pelos, naquele momento, investimentos estrangeiros diretos no setor industrial, com ou sem associação com empresários locais. Já no início da "Resolução Política", era afirmado que "o Brasil sofre a exploração do capital monopolista estrangeiro através do comércio exterior, dos empréstimos financeiros e das inversões diretas de capital, inclusive em ramos fundamentais da indústria. A partir da Segunda Guerra Mundial, os monopólios norte-americanos alcançaram o predomínio absoluto sobre os seus competidores de outros países imperialistas e passaram a atrair para os seus empreendimentos capitais brasileiros, com os quais, em vários casos, se associam diretamente" (266).

Todavia, essa análise não impediu que o P. C. B. afirmasse no mesmo parágrafo, que "a opressão imperialista faz sentir seus efeitos sobre todas as camadas da população". Poderia parecer, à primeira vista, que o P. C. B. não tirava as consequências de sua própria análise.

Hã, entretanto, um elemento que unifica o discurso (e a prãtica) desse partido: a industrialização, sejam quais forem as relações sociais em que se apoie, era tida como um valor absoluto. Assim, "a economia brasileira tem sofrido ... importantes modificações que resultam do desenvolvimento do capitalismo. Este desenvolvimento se processa dentro dos marcos da dependência ao imperialismo e da manutenção do monopólio da terra, não segue um curso independente e está sujeito a graves deformações. Entretanto, contrapondo-se a tais fatores adversos, o desenvolvimento capitalista nacional, que se manifesta particularmente na industrialização, im-

pulsiona as forças produtivas e constitui elemento objetivamente progressista" (267).

Esse corte entre a industrialização concebida como um processo neutro e os efeitos negativos da dependência em relação ao imperialismo tinha funções bem precisas na ideologia do P. C. B.

Em primeiro lugar, ao fazer abstração das relações sociais existentes na própria constituição da "economia brasileira", o P. C. B. estabelecia uma relação de identidade entre esta economia e os interesses nacionais e populares. O que lhe permitia concluir que "um outro curso de desenvolvimento ... é reclamado pelas necessidades objetivas do país e corresponde aos interesses nacionais e populares" (268).

Essa representação do imperialismo enquanto elemento externo que deforma o processo brasileiro de industrialização (e não como um elemento constitutivo dele) possibilitava ao P. C. B. obscurecer os efeitos desse processo ao nível das relações sociais, ao mesmo tempo em que fundava a caracterização da burguesia industrial brasileira como uma força antiimperialista. Os capitalistas brasileiros, "em sua grande maioria, em virtude de seus próprios interesses de classe", seriam impelidos a se chocarem com "o capital monopolista estrangeiro, que representa obstáculo à expansão de seus negócios" (269).

Em segundo lugar, o corte a que nos referimos permitia que o P. C. B., não considerando a possibilidade de um desenvolvimento capitalista que não rompesse com o imperialismo e seus aliados internos, afirmasse que "o movimento nacionalista" era a forma mais importante da frente única antiimperialista (270).

Nessa perspectiva, o P. C. B. conclamava "todas as forças antiimperialistas e democráticas a lutar por um programa de desenvolvimento econômico que (objetivasse) a industrialização do País com base, principalmente, nos recursos internos" (271).

De acordo com esse programa, o governo brasileiro só deveria a

ceitar a "ajuda econômica estrangeira", sob a modalidade de financiamentos, "de governo a governo, em condições favoráveis a nosso país e sem concessões políticas". Várias medidas eram propostas para "abolir os privilégios concedidos ao capital imperialista", tais como a restrição à remessa de lucros, royalties e juros, restrições ao "retorno de capital estrangeiro", a encampação das subsidiárias de empresas estrangeiras de serviços públicos, a "extensão do monopólio estatal à distribuição, em grosso, dos derivados de petróleo"; a proibição de bancos estrangeiros "receberem depósitos no país" e de capitais estrangeiros atuarem no setor de seguros, e a encampação de frigoríficos estrangeiros; a defesa dos minérios nacionais. Mantinham-se, portanto, as linhas de força do nacionalismo populista, fustigando-se os segmentos do capital imperialista mais refratários ao prosseguimento, em novos termos, do processo de industrialização, ao mesmo tempo em que sequer se mencionava, por exemplo, a hipótese de expropriação do capital imperialista engajado neste processo.

No programa do P. C. B., um papel fundamental era atribuído aos empreendimentos econômicos do Estado, a cujo cargo estariam os setores básicos da economia, incluindo-se aí a siderurgia, o petróleo, a eletricidade, a indústria química, a energia atômica e o setor de transportes. Também caberia ao Estado o monopólio do câmbio, "em benefício exclusivo dos empreendimentos nacionais", e o controle da aplicação das divisas, que deveriam ser dispendidas prioritariamente nas "importações essenciais" (272).

Se era clara a opção pelo capitalismo de Estado, nenhuma menção era feita à mudança das estruturas políticas ou à constituição de quaisquer instâncias de poder popular que pudesse exercer algum tipo de controle sobre os novos rumos a serem trilhados pelo desenvolvimento da industrialização. Ao contrário, mesmo os efeitos desse processo sobre o nível de vida das massas eram vistos estritamente da ótica da política do Estado. A este caberia, a fim de evi

tar que o desenvolvimento econômico continuasse se realizando "por meio do agravamento da exploração das massas", adotar uma série de medidas que, aliás, diversos setores da burguesia industrial reclamavam em nome de seus próprios interesses corporativos, sem quaisquer preocupações de caráter "social". Entre estas medidas, destacavam-se o combate à inflação, o fim das emissões de papel-moeda para finalidades improdutivas, a seleção do crédito, de modo a favorecer as atividades produtivas essenciais, o estímulo ao desenvolvimento econômico das regiões Norte e Nordeste (investimentos estatais nos setores básicos, crédito a "empreendimentos progressistas", facilidades cambiais e "medidas de reforma agrária"), com o objetivo de ampliar o mercado interno e elevar o padrão de vida das massas rurais (273).

Com vistas à aplicação desse programa, o objetivo tático central definido pelos comunistas era a constituição de um governo nacionalista e democrático, o qual, segundo a "Resolução Política", poderia ser criado "dentro dos quadros do atual regime". Tratar-se-ia de, por meio da pressão das massas trabalhadoras e populares e das correntes antiimperialistas e democráticas, mudar a composição do governo, "fortalecendo e ampliando o setor nacionalista nele existente" (274).

Tal objetivo também poderia ser atingido, segundo o P. C. B., por intermédio da mobilização das massas para alcançar a vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais" (275).

Uma terceira possibilidade seria a de, frente a um ofensiva dos "setores reacionários e entreguistas", constituir-se um governo nacionalista e democrático a partir da ação das massas populares, "unidas aos setores nacionalistas das forças armadas, do Parlamento e do governo, com o objetivo de impor ou restabelecer pela força os direitos do povo" (276).

Fechava-se, assim, o círculo da ideologia nacional-populista;

prioridade absoluta ao prosseguimento da industrialização, por meio de inflexões operadas na política estatal, o que implicava em contínuas alterações da correlação de forças no interior da burocracia de Estado.

Segundo o P. C. B., a medida que o governo nacionalista fosse aplicando o seu programa, teria de enfrentar "a oposição do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos". Com isso haveria a necessidade de "defender as conquistas já alcançadas e prosseguir num caminho independente e democrático", o que abriria um processo de radicalização da política e da composição daquele governo. Caberia, então, às "forças mais firmes e consequentes da frente única", por intermédio da "pressão das massas", sobrepujar as "tendências conciliadoras" e impulsionar o governo rumo a medidas mais radicais contra o imperialismo e seus agentes internos (277).

Os comunistas tomavam o cuidado de esclarecer que a constituição desse governo nacionalista e democrático "não significava ainda a solução completa das tarefas fundamentais da atual etapa da revolução". Tal objetivo somente seria atingido com a eliminação radical da exploração do capital imperialista e do monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários, o que implicaria em "transformações econômico-sociais de profundo conteúdo revolucionário", a partir da constituição de "um governo das forças antiimperialistas e antifeudais, onde o proletariado, como a força revolucionária mais consequente (deveria) ter o papel dirigente" (278).

Todavia, o caminho que o P. C. B. apontava para a constituição desse novo poder encarregado de conduzir a revolução agrária e antiimperialista era o mesmo proposto para a formação do governo nacionalista: a pressão das massas no sentido de "modificar a correlação de forças e afastar do Governo os elementos conciliadores" (279). Em suma, o P. C. B. pretendia que a revolução social se realizasse por meio de sucessivas alterações na composição interna da

burocracia estatal, o que redundaria, por sua vez, em sucessivas modificações na política do Estado. Mobilizar as massas para alterar a correlação no interior do aparelho estatal com vistas ao fortalecimento da política de industrialização - eis o sentido profundo da política do P. C. B. no início dos anos 60.

No que se refere à mobilização das massas populares, a diferença entre a ideologia do P. C. B. e as variantes burguesas do nacionalismo populista consistia em que, no caso da burguesia industrial, evitava-se o apelo direto, ao passo que, para a burocracia nacionalista, tratava-se, nos momentos de exacerbação ideológica, de mobilizá-las a partir "de cima", ou seja, do próprio aparelho de Estado, sem nenhum aceno e possibilidade de transformação do poder de Estado, mas de garantir a este Estado os meios de cumprir a sua verdadeira finalidade. Já no caso do P. C. B., dada a posição simbólica em que tal partido se colocava (vanguarda do proletariado), o discurso se apresentava não como emitido "do alto", mas como fundado no interesse das massas em realizar a transformação revolucionária da sociedade. Em outros termos, impelia-se o movimento de massas a se introduzir no interior do aparelho do Estado burguês, ao mesmo tempo em que se apresentava tal introdução como um passo necessário para a futura conquista do poder de Estado. Nesse sentido, a ideologia do P. C. B. teria um papel importante para a constituição de uma variante específica do nacionalismo populista.

Uma vez que toda a linha política do P. C. B. visava canalizar o movimento popular para o interior do aparelho de Estado, não faria sentido romper com o sindicato oficial. Tratava-se, ao contrário, de fortalecê-lo e, ao mesmo tempo, aperfeiçoá-lo. Definia-se, portanto, o objetivo de "coordenar melhor o movimento operário dentro de sua estrutura sindical legal".

Para isso, os comunistas afirmavam ser necessário "aperfeiçoar a forma vertical de organização" e instituir legalmente "a forma horizontal", incorporando aos organismos corporativistas as

então chamadas "organizações paralelas" (p. 36). Finalmente, em seu esforço de aperfeiçoar o sindicalismo populista, propunham a sua extensão ao campo, ou seja, "a luta pelo reconhecimento dos sindicatos dos trabalhadores agrícolas pelo Ministério do Trabalho" (280).

Assim, embora afirmassem defender a "completa libertação dos sindicatos da tutela do Ministério do Trabalho" (281), os comunistas não questionavam os fundamentos da estrutura sindical corporativista: usufruíam do imposto sindical, sequer mencionavam a carta sindical e defendiam a unicidade sindical.

Nessas condições, não apenas as estruturas sindicais e políticas do regime populista, mas também a orientação do principal partido "de esquerda" no Brasil contribuiria decisivamente para que as lutas dos trabalhadores, ao adquirirem um sentido diretamente político, fossem direcionadas para o interior do aparelho estatal.

Todavia, ao contrário do que o P. C. B. esperava, o movimento popular, ao ser dirigido para o interior do Estado populista, não fortificaria a unidade do movimento nacionalista. Segundo certos setores desse movimento, a questão principal não era a do nacionalismo, mas a do próprio movimento popular. Em suma, as diversas variantes do nacionalismo expressavam o movimento de forças cuja contradição tenderia a se manifestar de forma cada vez mais intensa.

Isso pode ser demonstrado por uma análise dos efeitos, no interior do Estado populista, da radicalização do movimento popular. Neste trabalho, limitaremos-nos a esboçar as linhas principais desse processo, utilizando, como ponto de referência central, a greve de 5 de julho de 1962, que é considerada a principal greve política de toda a história do populismo brasileiro.

O objetivo da greve era pressionar o Congresso Nacional para que aprovasse a constituição de um gabinete favorável às "reformas de base", num momento em que a primeira proposta de Goulart havia sido rejeitada pela maioria dos deputados, os quais tentavam impor

ao presidente um ministério chefiado pelo deputado conservador Moura Andrade.

Tres semanas antes, diversas organizações sindicais já haviam ameaçado desencadear a greve. Finalmente, esta começaria um pouco antes da notícia de que Moura Andrade, pressionado por Goulart, renunciara a suas pretensões de se tornar primeiro-ministro. A greve se desencadeara contra a vontade do próprio Goulart, que estava seguro de solucionar a crise ministerial sem a interferência do movimento operário (282).

Frente ao fato consumado, Goulart ainda tentaria reverter a situação, enviando emissários, entre os quais o general Osvino Alves, comandante do I Exército, para conseguir, junto ao presidente da C. N. T. I. (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) a suspensão da greve. Este respondeu que estava do lado de Goulart, "mas não sob seu comando" e que, se a greve não se realizasse, os dirigentes sindicais ficariam "desmoralizados" (283).

A greve durou 24 horas e sua efetividade foi diferente segundo as regiões e os setores da economia. Foi mais ampla na região do Rio Grande, onde, em particular nas cidades de Caxias, São Gonçalo e Austin, os acontecimentos escapariam totalmente ao controle dos dirigentes sindicais e do governo federal. Já a 6 de julho, o jornal "O Estado de São Paulo", com um tom nitidamente alarmista, fazia o balanço de 35 mortos, 120 feridos graves, 125 lojas saqueadas, incendiadas ou apedrejadas e 300 feridos leves. Segundo o mesmo jornal, "milhares de pessoas apedrejavam, invadiam, saqueavam e destruíam as lojas ..." (284).

No mesmo dia, uma comissão de representantes sindicais foi a Brasília, onde Goulart os convenceu a se decidirem pelo encerramento da greve.

O fato de que alguns setores já estavam em greve devido a reivindicações salariais contribuiu para a amplitude do movimento. Foi o caso, em particular, dos trabalhadores do setor de transpor-

tes, cuja greve, aliás, se prolongaria por vários dias após o 5 de julho. Ainda no dia 11, todo o setor permanecia paralizado no Grande Rio, o sindicato realizava uma assembléia-geral e cerca de 90 piquetes haviam sido organizados desde o amanhecer (285).

Ao longo desses acontecimentos, a comissão de trabalhadores permanecia em Brasília, em contato com Goulart, e com ele discutia a designação do novo ministério.

Quase todo o contingente da polícia do Estado da Guanabara foi mobilizada para reprimir a greve dos trabalhadores de transportes e várias prisões foram feitas, inclusive a do presidente do sindicato. Em 11 de julho, a Comissão Executiva do Comando Geral da Greve, reunida na sede da C. N. T. I., convocava, em nota oficial, os sindicatos para uma assembléia com o objetivo de "examinar as perseguições pelo governador do Estado (Lacerda) aos trabalhadores que lutam por suas reivindicações e direitos", ao mesmo tempo que, por intermédio da comissão que estava em Brasília, ela exigia providências do governo federal para a libertação dos presos (286).

Isso nos leva a tecer algumas considerações sobre as relações entre os sindicatos e os demais ramos do aparelho estatal.

A direção da C. N. T. I. havia sido eleita com o auxílio de uma formidável pressão do presidente Goulart sobre os dirigentes sindicais. Com este objetivo, Goulart havia se deslocado pessoalmente para o Rio, onde, em dezembro de 1961, realizava-se o congresso da C. N. T. I. (287).

Em um sistema onde os sindicatos são diretamente subordinados ao Ministério do Trabalho e onde as direções são desprovidas de vínculos mais estreitos com a massa dos trabalhadores, a existência política dos dirigentes sindicais depende, em grande parte, de suas relações com o governo federal.

Em consequência, o movimento sindical tendia a marchar principalmente na cúpula e não na base. Salvo em certas categorias onde

se dependia da sindicalização para obter o emprego (portuários, ma rítimos) ou naquelas mais politizadas, a maioria dos trabalhadores não se associava aos sindicatos (288). Além disso, a participação dos sindicalizados era muito fraca, só aumentando na época das cam panhas salariais, que, de resto, se faziam (e se fazem) segundo um calendário estabelecido pelo governo. O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, que, teoricamente, era o maior da América Latina e representava cerca de 200.000 trabalhadores, realizava frequentemente assembléias com 200 a 500 participantes (289).

Esta dependência dos sindicatos em relação ao Estado, assim como em seus frágeis vínculos com a massa dos trabalhadores, também repercutiria sobre o peso extraordinário que as empresas estatais tiveram para o sucesso de um movimento como a greve do 5 de julho. Uma vez que o Ministério do Trabalho não considerasse a gre ve como ilegal, tais empresas não demitiriam seus empregados, nem bloqueariam seus salários. Assim, a greve do 5 de julho, embora ob tendo sucesso nas empresas estatais, teve fraquíssima repercussão na maior parte das empresas juridicamente privadas (290).

Portanto a dependência do movimento sindical em relação ao Es tado não se efetivava apenas ao nível da própria estrutura sindical, mas também ao nível das empresas. Em outros termos, mesmo ao nível das empresas onde mais se desenvolvia, o movimento sindical estava enredado nas malhas do Estado populista.

Uma das consequências desse embaraçamento era o caráter - po de-se dizer - estratégico da posição ocupada pelos diretores das empresas estatais no que se refere ao sucesso da mobilização sindi cal. Assim, os trabalhadores dessas empresas eram tanto mobilizados como desmobilizados, dependendo da posição política desses diretores (que eram, aliás, seus patrões). Se considerarmos que a ace itação de um diretor dependia da sua classificação como "nacional lista" segundo os critérios não muito precisos de uma estratêgia que, ao considerar o movimento nacionalista como a encarnação da

frente única com a burguesia nacional, abandonava a luta pela hegemonia no interior deste movimento, é fácil imaginar os efeitos políticos e ideológicos que essas reviravoltas infligiam à massa dos trabalhadores.

A esse respeito, um livro publicado no período, intitulado "Como são feitas as greves no Brasil", é bastante significativo (291). No capítulo denominado "As causas das greves", o autor assegura que "na empresa estatal a diretoria está mais exposta às exigências dos trabalhadores" (292), ao mesmo tempo em que associa as mudanças de diretoria à participação dos trabalhadores na direção de uma empresa que, "por ser estatal, também é deles" (293).

Portanto, nada mais natural que os trabalhadores condicionassem suas lutas aos interesses da empresa que "também era deles". Assim, não vendo "nada de novo" no fato de os trabalhadores lutarem "exclusivamente para seus interesses como trabalhadores desta empresa", o autor não deixaria de expressar seu entusiasmo por uma nova característica assumida pelas greves nas empresas estatais. "O que há de novo - dizia o autor - é o fato de os trabalhadores defenderem a empresa, entrarem em greve no interesse da empresa. Isso só tem ocorrido nas empresas estatais, e só ocorre porque os trabalhadores se sentem também responsáveis por essas empresas". E, a título de exemplo, o autor citaria a greve ocorrida na Petrobrás, em janeiro de 1962, que não teve outro objetivo "senão o de defender a empresa, exigindo que fosse indicado para sua presidência um homem identificado com o movimento nacionalista ..." (294).

Da mesma forma, o mesmo interesse da empresa que, em alguns casos, impele os trabalhadores à greve, em outros, "os impede de fazê-la". Pelo menos é o que ocorria, segundo o autor, na Petrobrás, "a empresa estatal mais defendida pelos trabalhadores, pois foram eles que mais lutaram pela sua criação e se empenham pelo seu progresso". Logo, nada mais natural do que os trabalhadores, frente a quaisquer conflitos com a direção de empresas desse tipo,

"somente em caso extremo (recorrerem) à greve" (295).

Assim, essa dinamização de movimento sindical para a luta no interior do aparelho de Estado, segundo as conveniências de uma hipotética frente única com a burguesia nacional, ao mesmo tempo que limitava as possibilidades de um sindicalismo relativamente autônomo e dotado de uma participação mais ampla dos trabalhadores, era apresentada como a expressão de uma relação privilegiada dos trabalhadores com o Estado. Evidentemente, tal procedimento não contribuía para a compreensão do papel desempenhado pelo Estado e, em particular, pelas empresas estatais, no aprofundamento das formas da dominação capitalista no Brasil, aliás em estreita ligação com o capital imperialista.

Além disso, esta posição do movimento sindical deixava-o submetido a uma dinâmica onde a relação de forças no interior do aparelho de Estado tinha prioridade sobre as relações entre os sindicatos e os trabalhadores no que concerne às condições de sucesso de qualquer movimento grevista, principalmente quando seu caráter político era predominante. Tal aspecto também se evidenciaria na greve do 5 de julho, para cuja realização e desfecho foi decisivo o papel desempenhado pelo exército (296).

Por outro lado, é inegável que o próprio fato do crescimento do papel do aparelho sindical no interior do Estado exprimia uma ascensão real do movimento popular. Neste sentido, é preciso levar a sério a declaração do presidente da C. N. T. I. de que, caso a greve fosse suspensa, os dirigentes sindicais ficariam desmoralizados. Aliás, vinte e quatro horas após o seu término, a falsa notícia de uma outra greve paralisaria novamente o Rio de Janeiro e os dirigentes sindicais tiveram de reconhecer que não dispunham de meios para deter o movimento (297).

Reafirmava-se, portanto, que nenhuma das forças políticas organizadas tinha condições para, uma vez desencadeado o movimento, dirigí-lo. Tratava-se, assim, de uma relação difícil entre um movi

mento popular que, embora ascendente, permanecia difuso e incapaz de encontrar formas políticas, ideológicas e organizacionais próprias e, por outro lado, uma direção que, sempre tentando conduzi-lo para a luta no interior do aparelho de Estado, não dispunha de meios para enquadrá-lo segundo seus objetivos. De qualquer forma, seria esta direção que colheria (e o futuro mostraria que não por muito tempo) os frutos imediatos dessa ascensão do movimento popular.

A greve foi considerada um sucesso. De fato, seu principal objetivo fora atingido: o Congresso elegeu um gabinete mais favorável às "reformas de base", ao mesmo tempo em que os dirigentes sindicais negociaram a escolha do novo Ministro do Trabalho (298). Mas o mais importante ocorreria em agosto de 1962, quando eles transformariam o antigo C. G. G. (Comando Geral da Greve) no C. G. T. (Comando Geral dos Trabalhadores), ou seja, numa central sindical nacional cuja existência se chocava com a legislação sindical corporativista.

Analisando a greve, dirigentes sindicais afirmaram que ela "foi a melhor resposta que se poderia dar aos pronunciamentos golpistas, antidemocráticos e antipopulares dos conhecidos agentes do latifúndio e do capital estrangeiro em nossa terra". Logo em seguida, referiam-se às "amplas perspectivas da formação do governo democrático e nacionalista que reclama a Nação". Tal governo deveria ser capaz de "realizar as reformas indispensáveis ao País e, de imediato, adotar medidas práticas e eficazes contra os sonegadores dos gêneros alimentícios e a fome que atinge os lares brasileiros" (299).

A respeito das medidas que um governo democrático e nacionalista deveria adotar, importantes organizações sindicais haviam apresentado ao governo federal, treze dias antes, um programa de 18 pontos, no qual reivindicavam:

- 1) "Luta concreta e eficaz contra a inflação e a carestia."

2) Reforma agrária radical e imediato reconhecimento oficial dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

3) "Reforma urbana como única solução para o problema da casa própria."

4) "Reforma bancária, com a nacionalização dos depósitos."

5) "Reforma eleitoral, com direito de voto aos analfabetos, aos cabos e soldados ... e a instituição da cédula única para as e eleições de 7 de outubro."

6) Reforma universitária.

7) "Ampliação da atual política externa do Brasil, pela conquista de novos mercados, em defesa da paz, do desarmamento total e da autodeterminação dos povos."

8) Repúdio e desmascaramento da política financeira do Fundo Monetário Internacional."

9) Aprovação de lei que assegure o direito de greve.

10) "Encampação ... de todas as empresas estrangeiras que exploram os serviços públicos."

11) Controle dos investimentos estrangeiros e limitação às remessas de lucros.

12) "Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas."

13) Revogação dos acordos lesivos ao interesse nacional.

14) "Fortalecimento da Petrobrás: com o monopólio estatal da importação de óleo bruto, da distribuição de derivados a granel, da indústria petroquímica e a encampação das refinarias particula res."

15) "Medidas concretas e eficazes para o funcionamento da Eletrobrás."

16) "Criação da Aerobrás, instituindo o monopólio estatal da a viação comercial."

17) "Manutenção das atuais autarquias que exploram o transporte marítimo, assegurando-se-lhes o percentual de 50% das cargas transportadas ... as empresas nacionais."

18) "Aprovação da Lei que institui o pagamento do 13º mes de salário." (300).

É importante notar que, neste programa, mesmo as reivindicações de caráter democrático e popular estão enquadradas pela ideologia nacional-populista, a cujos pontos básicos se justapõem reivindicações econômicas específicas dos setores populares (13º salário, medidas contra a carestia, participação nos lucros das empresas).

É o que ocorre, por exemplo, com a luta pela liberdade política. A este respeito, reivindica-se o direito de voto ao analfabeto, o que possibilitaria incorporar as massas rurais ao esquema de mobilização das forças nacional-populistas. Com isso, seriam engrossadas as fileiras do movimento nacionalista e, simultaneamente, se assestaria um duro golpe nos setores classificados como "agentes internos" do imperialismo.

Neste particular, o círculo da mobilização-repressão do nacionalismo populista fechava-se com a reivindicação do enquadramento dos movimentos rurais pelo sindicato de Estado. Em outros termos, a luta democrática, ao ser enquadrada nos estreitos limites do movimento nacionalista, restringia-se ao aspecto eleitoral, silenciando totalmente acerca da liberdade de organização sindical e partidária. Tudo se passava como se coubesse ao Estado cuidar diretamente da organização das classes populares.

A mesma subordinação à ideologia nacionalista expressava-se no que se refere às propostas de alterações de caráter antiimperialista na estrutura econômica. Aqui, as reivindicações antiimperialistas são dirigidas para o aumento da capacidade do Estado em impulsionar o processo de industrialização, redefinindo a posição da formação social no interior do sistema imperialista. Reproduzem-se assim as constantes do nacionalismo populista, tais como a defesa da encampação de empresas vinculadas ao "velho" capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que se silencia sobre a encampação de empre-

sas imperialistas que atuavam em inúmeros setores "dinâmicos" da economia brasileira. Em relação a estas, o que se pretende é que a profundem a sua inserção no processo de desenvolvimento capitalista do país, aqui investindo e reinvestindo efetivamente os seus capitais e se engajando no esforço de superação das dificuldades crescentes do balanço de pagamentos. O antiimperialismo e o antimonopolismo eram, assim, redefinidos e voltados contra os setores vistos como obstaculizadores do desenvolvimento capitalista.

Mas, a esse respeito, o grande silêncio refere-se às formas de gestão das empresas a serem estatizadas. Mais uma vez, tudo se passava como se o Estado, o guardião dos interesses nacionais e, logo, dos interesses do proletariado, ao assumir a propriedade jurídica de determinadas empresas, imprimisse-lhes uma estruturação e uma dinâmica correspondentes aos interesses dos trabalhadores. A ideologia nacional-populista operava o corte radical entre anticapitalismo e antiimperialismo, canalizando o movimento popular em direção ao capitalismo de Estado.

Subordinação das organizações sindicais a um Estado cuja política ocasionava uma intensa exploração dos trabalhadores; subordinação do movimento operário a uma ideologia que escamoteava sua compreensão da realidade; frágeis laços entre a massa dos trabalhadores e suas direções; eis algumas características da greve de 5 de julho de 1962. Neste sentido, ela foi um movimento típico da última fase do nacionalismo populista no Brasil

Todavia, esta mesma greve exprimiu e aprofundou uma nova dimensão do nacionalismo brasileiro.

A esse respeito, é preciso observar, em primeiro lugar, que os trabalhadores estavam mobilizados por objetivos abertamente políticos, independentemente da convocação direta de qualquer outro setor do aparelho do Estado além das diretorias sindicais e haviam demonstrado uma certa capacidade de intervenção no sentido de alterar a correlação de forças no interior do regime.

Em segundo lugar, os setores organizados do movimento operário e popular apresentavam-se em condições de difundir, em uma conjuntura de crise do regime, um programa que, de um modo ou de outro, proporcionava às massas populares um instrumento de crítica do conjunto da organização social.

Finalmente, ao nível organizacional, criara-se uma central sindical que revelaria certa capacidade de intensificar os efeitos, no interior do aparelho do Estado, do ascenso do movimento popular. Apesar da ausência de sólidos laços com a massa dos trabalhadores, e de estar, por meio dos sindicatos, federações e confederações oficiais, alicerçado na estrutura corporativista, a existência do C. G. T. representava uma certa brecha nesta mesma estrutura. Como seus vínculos com o aparelho estatal eram um pouco mais mediatizados, seus dirigentes lograriam obter uma certa autonomia de ação que lhes permitiria, por exemplo, resistir às tentativas, encetadas por Goulart, de mantê-los sob controle direto (301).

Assim, o C. G. T. tornar-se-ia o alvo privilegiado dos ataques das forças mais conservadoras da sociedade brasileira.

Para aqueles que estavam habituados a descarregar sobre os trabalhadores o ônus do "desenvolvimento", não era muito reconfortante assistir, em um momento de acuidade da crise econômica e de profunda instabilidade do regime, ao nascimento de uma central sindical ilegal, no bojo de um movimento de caráter político no qual o povo saqueava estabelecimentos comerciais e exigia o congelamento dos preços e a ampliação do direito de greve.

O programa nacionalista, ao ser assumido pelo movimento popular, tornava-se, de um modo ou de outro, a expressão de conflitos reais e o futuro imediato mostraria que essa "torção" do nacionalismo, embora fosse insuficiente para resolver a situação dos trabalhadores, acabaria por impedir que, nos quadros do regime populista, as classes dominantes superassem, uma vez mais, os seus próprios impasses.

Por exemplo, quando o governo tentou aplicar, por intermédio do Plano Trienal, um programa de recuperação econômica que implicava a "estabilização" dos salários, tal programa foi combatido e inviabilizado em grande parte por uma resistência popular cujo referencial ideológico foi o nacionalismo.

Por outro lado, ao se incorporar ao movimento popular, o nacionalismo se radicalizava em suas formas de luta e, ao se radicalizar, produzia duas consequências inesperadas. Em primeiro lugar, ao invés de atrair, punha em fuga diversas forças consideradas como participantes da frente única. Em segundo lugar, escapava ao comando de todas as forças políticas organizadas.

2 - A burguesia industrial abandona o populismo

Um documento de importância fundamental para a compreensão dos rumos - nem sempre convergentes - seguidos pelos empresários industriais é um longo memorial que a FIESP enviou sigilosamente ao presidente da república em fins de 1961. Esse trabalho, significativamente denominado "Medidas para reduzir o impacto inflacionário do salário-mínimo" (302), fora redigido por uma comissão presidida por José Ermírio de Moraes, talvez o mais destacado membro da chamada "burguesia nacional" brasileira. Verdadeiro programa de governo, o documento abordava questões relativas à política orçamentária e tributária, de abastecimento, de crédito, cambial e de investimentos.

No fundamental, os autores propunham uma política de austeridade, com a drástica redução do "deficit" público, sem, todavia, penalizar o setor industrial. Isso implicaria, evidentemente, em transferir o ônus da superação da crise para outros setores, e, a esse respeito, o título do documento não deixava dúvidas quanto ao principal eleito para o patriótico sacrifício.

Assim, no que se refere à política salarial, o primeiro item

do documento, os autores recomendavam que o governo se abstinhasse de "promover qualquer novo aumento, direto ou indireto, de salário ou de privilégio para determinadas classes", a fim de não provocar novo impacto inflacionário. Da mesma forma, o governo não deveria adotar nenhuma medida que pudesse "elevar ainda mais o já tremendamente elevado gasto com encargos sociais" e, finalmente, deveria procurar "aumentar e não reduzir o número de dias de trabalho em cada ano, tanto do funcionalismo público como do operariado em geral" (303).

Mas não somente os trabalhadores eram escolhidos para pagarem o preço da crise. Ao mesmo tempo em que se propunham medidas para o amparo decidido ao capital produtivo, os efeitos da política de austeridade "respingavam" sobre outros setores das classes dominantes.

A esse respeito, as propostas relativas à política de crédito eram reveladoras. Os autores do documento reivindicavam que se efetivasse a criação do Banco Central, que deveria atuar como "seletor e orientador do crédito, por meio de taxas variáveis de desconto", ao mesmo tempo em que já antecipavam alguns critérios que deveriam nortear a atuação do governo no setor. Nesse sentido, reivindicavam a revisão, "exclusivamente para atender necessidades da produção", dos limites de crédito concedidos a particulares pelo Banco do Brasil"; o estabelecimento, pela SUMOC, de taxas de cobrança e comissões a serem rigorosamente obedecidas pelo sistema bancário; a fiscalização, também pela SUMOC, junto aos bancos comerciais, para impedir que estes cobrassem "taxas de juros superiores às legais"; a restrição dos financiamentos do governo federal a empreendimentos de curto prazo ou que se destinassem "à melhoria imediata da produtividade em empresa já em produção" (304).

No que se refere à política cambial, as principais reivindicações contidas no documento dirigiam-se para o estrito controle das divisas disponíveis, que deveriam ser aplicadas prioritariamente

no setor produtivo. Assim, os autores apelavam para que o governo controlasse diretamente a taxa de câmbio, reprimisse "o contrabando e o descaminho" que, juntamente com a "sonegação de impostos de consumo e venda mercantis" eram a causa de enorme dispêndio de divisas estrangeiras, e criasse uma sobretaxa de 30% para moedas estrangeiras utilizadas em viagens de turismo. Por outro lado, o governo deveria reduzir os impostos sobre as exportações de manufaturados (305).

Tais medidas, ao contemplarem diversos setores sociais com a sua cota de sacrifício, bastariam para, pelo simples fato de serem sugeridas, desencadear reações políticas de vulto, embora, em princípio, mantivessem uma relativa unidade entre os capitalistas voltados predominantemente para as atividades industriais. Todavia, o mesmo não se poderia afirmar em relação a um outro elenco de propostas contidas no mesmo documento: as relativas aos investimentos estrangeiros. Aqui se revelaria o quanto a diversificação estrutural dos empresários industriais tornaria frágil qualquer tentativa de confronto, mesmo secundário, desses empresários com o capital imperialista.

Ao justificarem suas propostas relativas à política de investimentos, os autores do memorial não deixariam de reafirmar a necessidade de crescentes investimentos estrangeiros "na atual fase de desenvolvimento econômico do país". O argumento fundava-se numa premissa mil vezes repetida: a de que a poupança nacional era insuficiente para atender "as exigências de um rápido desenvolvimento industrial". Todavia, também repetiam os industriais, deveria prevalecer, em relação ao capital estrangeiro, "o princípio da igualdade de tratamento" vis a vis o capital nacional (306).

Definidos os princípios, os autores do documento elegiam os investimentos estrangeiros com cobertura cambial como o "mais aconselhável", pois eliminavam, segundo eles, qualquer discriminação. Todavia, era evitada uma atitude mais radical quanto a essa ques-

tão. Afinal, se havia aspectos negativos nos investimentos efetuados de acordo com o figurino da instrução 113, também não se poderia ignorar que, em determinados casos, apresentavam "benefícios i negáveis". Eles eram perniciosos quando se dirigiam para "setores já abrangidos, mesmo parcialmente, por investimentos nacionais", o que provocava uma competição desigual ou uma "substituição sem real utilidade para o país". Por outro lado, aquela modalidade de investimento trazia benefícios quando significava "um real fomento da economia nacional, especialmente dos setores considerados básicos ou de infra-estrutura" (307).

Portanto, segundo os autores do memorial, o problema não consistia na forma do investimento em si, mas no fato de que a legislação vigente discriminava contra o investidor nacional. Para resolvê-los, aqueles industriais propunham a criação urgente de uma Comissão de Seleção de Investimentos, no Ministério da Indústria e Comércio, "com representantes da Indústria", para julgar as propostas de ingresso desses capitais estrangeiros sem cobertura cambial. Já no documento eram antecipados alguns critérios em torno dos quais a Comissão deveria ser "irredutível". Não deveriam ser permitidos os ingressos de capitais sem cobertura cambial que visassem a produção de bens de consumo; a extração de minérios com a finalidade de exportá-los "in natura"; os setores produtivos onde já existissem investimentos nacionais; e o investimento em bens de capital, sem uma parcela destinada ao capital de giro (308).

Todavia, ao procurarem ajustar os capitais estrangeiros às suas expectativas em relação ao desenvolvimento industrial do Brasil, os autores do documento enviado a Goulart não se limitavam aos investimentos baseados na instrução 113. Ao contrário, solicitavam ao governo federal a proibição de quaisquer ingressos de capitais estrangeiros destinados à produção de bens supérfluos ou de luxo; a setores já suficientes da indústria nacional; e a setores da indústria de base que controlassem matérias-primas nacio-

nais (309).

Uma outra questão aventada pelos industriais dizia respeito ao excessivo liberalismo governamental frente ao registro de patentes e, em decorrência, ao pagamento de "royalties". Segundo eles, a morosidade do processo de registro de patentes fazia com que o prazo de validade efetiva de uma invenção ultrapassasse de muito o período legal. Também protestavam contra a exploração, por empresas estrangeiras, de patentes cujos prazos de validade já se haviam esgotado no país de origem. E, finalmente, apontavam a necessidade de impedir que invenções realizadas no Brasil, por funcionários de empresas estrangeiras, fossem patenteadas no exterior e exploradas aqui mediante o pagamento de "royalties". (310).

Frente a esses problemas, os autores do memorial propunham a reforma do Código de Propriedade Industrial e a criação, em substituição ao Departamento Nacional de Propriedade Industrial, de uma autarquia suficientemente aparelhada para exercer um controle mais rigoroso sobre o registro de patentes e a remessa de "royalties" para o exterior (311).

O problema do pagamento de "royalties" inseria-se no interior de um debate mais amplo, que, em diferentes conjunturas do período populista, impregnaria o discurso político de distintas forças sociais em relação ao imperialismo. Tratava-se de definir se, efetivamente, a participação de empresas estrangeiras na economia nacional implicava um aporte de divisas para o país, ou se, pelo contrário, tais empresas se implantavam na economia brasileira graças à poupança gerada aqui mesmo, funcionando, para usar uma expressão cara ao brizolismo, como verdadeiras "bombas de sucção". Frente a essa questão, comumente designada de "remessa de lucros", os autores do memorial não deixaram de tomar partido: encerraram o item relativo aos investimentos estrangeiros com a reivindicação de que o governo federal adotasse urgentemente medidas para "evitar a evasão de divisas para o exterior" (312).

A trajetória do memorial enviado pela FIESP foi bastante sinuosa. Redigido num momento em que a discussão sobre a "remessa de lucros" se acirrava no Congresso, o documento acabaria exercendo certa influência para a aprovação, na Câmara, do substitutivo do Deputado Celso Brant, considerado demasiadamente hostil ao capital estrangeiro e, portanto, objeto de uma verdadeira cruzada por parte dos grupos mais comprometidos com a dominação imperialista, inclusive amplos segmentos do empresariado industrial. Das gavetas ministeriais, o documento "confidencial" vazou para a imprensa que, com grande estardalhaço, divulgou sua existência e, frente aos desmentidos da FIESP, publicou trechos dele (313). Não restou à FIESP senão assumir a responsabilidade pelo memorial e também publicá-lo em seu Boletim Informativo, redigindo uma pequena nota em que o apresentava como de autoria de um grupo de trabalho chefiado pelo "destacado líder industrial Dr. José Ermírio de Moraes". Sutilmente, a diretoria da FIESP desvencilhava-se das consequências práticas do memorial e, na semana seguinte, retomava, decididamente, a campanha contra o substitutivo Celso Brant que, de resto, também seria desaprovado pelo próprio José Ermírio de Moraes (314).

É importante notar que as posições expressadas no memorial seriam, pouco depois, emitidas de forma muito mais contundente, no relatório anual da diretoria da Sociedade Anônima Indústrias Votorantim, cujo diretor-presidente era o próprio José Ermírio de Moraes (315).

Após afirmarem que "as empresas brasileiras se ressentem, cada vez mais, de dificuldades de toda espécie" e que "somente aqueles que têm uma força de vontade inquebrantável" podem vencê-las, a menos que "gozem de facilidades no exterior que lhes permitam levar a bom termo e com rapidez os seus programas", os diretores da Votorantim afirmavam que "é essa situação de desigualdade que nos faz perseverar no nosso ponto de vista ... de que não devemos conceder favores exagerados a empreendimentos alienígenas, deixando-os entrar

no País com as atuais facilidades, o que bem poucos países admitem" (316).

Todavia, os representantes da "burguesia nacional" acharam de bom alvitre insistir que não eram contra o capital estrangeiro. Chegaram mesmo a especificar, num tom moralista, que não eram contra "aqueles que demandam a nossa terra, desejando colaborar sinceramente conosco dentro de um espírito de retidão, imbuídos de princípios adequados ao atual estágio de civilização e de uma ética profissional elevada".

À parte o estilo triunfalista e demagógico, a diferença entre o relatório da Votorantim e o memorial da FIESP, do qual o primeiro reproduz e desenvolve todas as teses, consiste na especificação de alguns temas vinculados mais diretamente aos interesses específicos daquele complexo industrial. Enquanto a FIESP tinha de aglutinar uma gama variada de interesses de empresários de diferentes setores, com distintos graus de independência e/ou associação com o capital imperialista, o grupo empresarial liderado por Ermírio de Moraes, voltado fundamentalmente para a extração de minérios e setor de bens de produção, tinha uma posição mais delimitada em relação à política de investimentos estrangeiros. Neste particular, as atividades do grupo Votorantim colocavam-no em choque, ao mesmo tempo, com o "velho" capital estrangeiro (fornecimento de energia elétrica em larga escala e a baixo custo, disputas pelo direito de exploração de jazidas minerais) e com segmentos do capital imperialista dirigido para a produção industrial (317). Tal situação não deixaria de favorecer uma definição mais clara daquele grupo empresarial em relação a questões candentes na época, tais como a da encampação de empresas estrangeiras de serviços públicos e a da remessa de lucros.

Quanto às empresas de serviços públicos, o grupo Votorantim, além de reivindicar "uma sadia fiscalização" por parte do governo, considerava que, caso elas não cumprissem "seus deveres contratu-

ais", deveriam ser desapropriadas, mediante pagamento a longo prazo, independentemente do fato de serem nacionais ou estrangeiras. Frente a estas últimas, segundo os diretores da Votorantim, não deveria haver temor de "eventuais represálias", uma vez que, "acima de tudo, está o interesse nacional" (318). Tratava-se, portanto, de uma posição distinta da expressada no documento da FIESP, que sequer mencionava a possibilidade de desapropriação daquelas empresas.

Da mesma forma, em relação à "evasão de divisas", os diretores da Votorantim, após desfiarem os mesmos argumentos contidos no memorial da FIESP, afirmavam ser necessária "uma lei disciplinando a remessa de lucros para o exterior, assim como os investimentos estrangeiros no país" (319).

É importante notar que não se tratava de uma posição puramente individual. Em outubro de 1962, a revista "Desenvolvimento & Conjuntura", da C. N. I., ao se referir à anunciada visita do presidente Kennedy ao Brasil, também bateria nessas e em outras teclas da cantilena nacional-populista. Após ressaltar a "inequívoca disposição" em receber qualquer auxílio para a "expansão de nossa atividade econômica", o articulista considerava a visita do presidente dos E. U. A. uma excelente oportunidade para que algumas dúvidas das "classes produtoras brasileiras" fossem dirimidas. A principal delas, sobre a qual o autor teceria longas considerações, referia-se à apreensão dos industriais, "principalmente os do ramo das indústrias de bens de produção" em relação às consequências da aplicação, no país, de recursos da Aliança para o Progresso. Esses empresários temeriam que tais recursos, ao impedirem "um aumento da taxa cambial proporcional aos preços internos", diminuíssem a competitividade dos bens de produção aqui fabricados e se convertessem, portanto em "um incentivo a mais para que seus concorrentes alienígenas se (voltassem) para a conquista irrefreável de nossos mercados" (320). Segundo a revista, a melhor maneira

de resolver a questão seria criar "um fundo da Aliança para o Progresso, junto ao B. N. D. E., destinado a financiar as vendas de e quipamentos produzidos no Brasil" (321).

Este não era, todavia, o único ponto sugerido para as conversações com o presidente norte-americano. A se julgar pela matéria de Desenvolvimento & Conjuntura, convinha aproveitar a vinda do ilustre visitante para propor uma verdadeira renegociação da dependência. "Por que não aproveitar a ocasião", indagava o articulista, "para se examinar a questão da defesa dos preços dos nossos produtos primários nos mercados internacionais?" Da mesma forma, se deveria obter de Kennedy uma intervenção positiva contra "a ação dis criminatória do Mercado Comum Europeu" e também no sentido de "modificar e atualizar as normas do Fundo Monetário Internacional" (322).

Finalmente, manifestando estar ciente de que a redefinição da dependência passava pela alteração de relações internas à sociedade brasileira, o articulista achava de bom alvitre explicar ao vi sitante que "o Brasil está exigindo grandes reformas na sua atual estrutura econômico-social", o que implicaria em introduzir modifi cações "em nossa política econômica". Entre estas, eram citadas, "o disciplinamento das inversões estrangeiras, a regulamentação da remessa de lucros, encampações de empresas de serviços públicos" e a reforma agrária (323).

O nacionalismo desses típicos representantes da "burguesia na cional" não os colocava em posição antagônica ao capital imperialista. Ao contrário, seja no caso das reivindicações de caráter mais nitidamente "corporativo" (setorial) do grupo Votorantim, seja nas perspectivas mais abrangentes de "Desenvolvimento & Conjuntura", tratava-se de chegar, em termos mais satisfatórios, a uma a comodação com aquele capital. Nesse sentido, o discurso dos empresários da Votorantim era cuidadosamente elaborado no sentido de de monstrar que, lá como cá, bons e maus capitalistas existiam e que,

portanto, a questão residia em saber escolhê-los e distribuí-los de acordo com os elevados interesses nacionais. Por sua vez, o próprio diretor de "Desenvolvimento & Conjuntura", sem papas na língua, recorrendo à conceituação de Perroux, elegeria para o Brasil o caminho do "entrainement", ou seja, da industrialização dependente (324).

Por outro lado, não se deve ignorar que as relações entre os segmentos industriais mais suscetíveis à ideologia nacionalista e o capitalismo internacional envolviam aspectos efetivamente contraditórios. Mesmo esse nacionalismo "mitigado" provocaria reações coléricas dos setores (inclusive industriais) mais comprometidos com a penetração do capital imperialista.

Foi o caso, entre outros, da posição de Glycon de Paiva frente à aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei de remessa de lucros. Em virulento artigo publicado na revista "Digesto Econômico", órgão da Associação Comercial de São Paulo, o ex-presidente do B. N. D. E., ao mesmo tempo em que considerava a decisão da Câmara "uma autêntica lei de traição nacional", atribuía a aprovação do projeto às artimanhas dos "industriais de São Paulo". Estes, segundo o articulista, não pretenderiam, na verdade, disciplinar a remessa de lucros, mas impedir que empresas estrangeiras viessem "com seus capitais e suas técnicas, concorrer com eles no mercado interno, obrigando-os a uma competição que lhes exigiria um desenvolvimento (e conseqüentemente maior mercado de trabalho); aperfeiçoamento (e conseqüentemente melhor qualidade técnica) e concorrência (e conseqüentemente preços mais baixos)" (325).

Referindo-se ao artigo 35 do projeto de lei, que proibia "a instalação de empresas nos setores ou regiões onde as empresas nacionais (estivessem) atendendo plenamente às necessidades regionais", Glycon de Paiva afirmava tratar-se de um mesquinho corporativismo que apenas visava "manter um certo número de industriais, principalmente paulistas, que, de repente, se escondem sob o manto

protetor de um aparente nacionalismo, para gozarem a solidariedade da opinião pública, enquanto consolidam e protegem seus monopólios" (326).

Após examinar outros artigos do projeto de lei, Glycon de Paiva fazia a clássica pergunta: "a quem beneficia o substitutivo?" A resposta era clara. Em primeiro lugar, ao comunismo, que "impede o desenvolvimento do Brasil enquanto não puder apossar-se do Governo, porque tanto mais o Poder lhe fugirá da perspectiva quanto mais o País estiver fortalecido pelo desenvolvimento". Em segundo lugar, aos "industriais brasileiros tradicionais", que construíram suas indústrias em base familiar e se dedicam ao mecanismo do enriquecimento da família com o mínimo de consideração pelo consumidor". Esses empresários é que teriam criado o "conceito de nacionalismo industrial", o qual permitiria "a exploração do consumidor brasileiro com a cooperação deste, dispensando esforços incômodos da competição e da melhoria tecnológica" (327).

Todavia, segundo o articulista, esses industriais viam-se ameaçados com o "sucesso incrível" das empresas estrangeiras que se haviam estabelecido no Brasil durante o governo de Kubistcheck, forçando-os a um esforço de modernização para o qual não se encontrariam "mentalmente preparados nem ideologicamente dispostos" (328).

Para comprovar a influência dos "industriais paulistas" na aprovação do projeto, Glycon de Paiva citava o memorial que a FIESP endereçara ao governo e destacava, naquele documento, duas idéias que lhe pareciam mais nocivas ao interesse nacional: a da necessidade de criar uma Comissão de Seleção de Investimentos e a que priorizava os investimentos externos com cobertura cambial. Segundo o autor, os industriais, com a seleção dos investimentos, queriam decidir "com quem se poderia casar o investimento estrangeiro, contanto que fosse com um número determinado de Marias". Por outro lado, a prioridade conferida aos investimentos efetuados mediante co

bertura cambial destinar-se-ia a "afugentar o capital estrangeiro, uma vez que não se pode pretender atrair investidores de fora sem oferecer-lhes vantagens" (329).

O pior é que, de acordo com Glycon de Paiva, o egoísmo dos industriais redundava em "ameaça à segurança nacional". Afinal, dizia ele, "todos os que fazem o Curso da Escola Superior de Guerra estudam a hipótese de guerra com a Argentina" e, enquanto no Brasil se repelia o capital estrangeiro, o governo do país vizinho esmerava-se em atrair a participação de investimentos externos para seu esforço de desenvolvimento (330). Além disso, ao criar para o Brasil "a fama de área perigosa para a poupança externa", o projeto de lei cooperaria para "o programa de guerra fria que o Oriente mantém com o Ocidente" (331).

Abordando mais detalhadamente este último aspecto da questão, Glycon de Paiva tecia grandes elogios à Aliança para o Progresso, um "outro Plano Marshall", com a qual a América Latina venceria "os últimos obstáculos para ganhar o desenvolvimento", desaparecendo completamente "a oportunidade de vicejamento da ideologia vermelha". Dessa forma, o projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, sob pressão dos industriais paulistas, ao criar "um ressentimento junto ao contribuinte americano", acabaria tendo implicações políticas desastrosas para a América Latina e para o "mundo livre" (332).

Curiosamente, esse mesmo projeto também seria alvo da mais ferrenha oposição de grande parte dos industriais, inclusive "paulistas".

Já no auge dos debates na Câmara dos Deputados sobre a questão da remessa de lucros, em fins de 1961, a FIESP deixara claro que se, por um lado não se alinhava com a "corrente ultra-liberal", que defendia plena liberdade para o capital estrangeiro, tão pouco estava de acordo com "a corrente de legisladores e técnicos" que, ao se bater pela criação de restrições a esse capital, vedava

a estrangeiros "a participação em diferentes tipos de empresa, a aquisição de terras além de certa área, a limitação da remessa de lucros, e 'royalties', etc."

Segundo o editorial da FIESP, nenhuma das posições correspondia exatamente "aos interesses profundos e perenes da nação brasileira".

Todavia, embora afirmando que, "mais uma vez, a virtude estará no meio termo", o editorial tomava distância principalmente em relação às propostas restritivas aos investimentos externos. Segundo a FIESP, era preciso "afirmar com coragem ... que o Brasil carece de capitais, que a taxa de formação de capitais nacionais é reduzida e, portanto, devemos incrementá-la com recursos de fora". É verdade que esses recursos deveriam ser, preferencialmente, "de origem oficial", mas isso não implicava em exclusividade. Afinal, caso os países subdesenvolvidos levantassem barreiras contra os investimentos privados estrangeiros, "nenhuma das grandes nações do mundo" se disporia a emprestar-lhes capitais governamentais.

Segundo o editorial da FIESP, era perfeitamente desejável e possível que a formação e a acumulação de capitais fosse feita "nas mãos de brasileiros". A questão era como fazê-lo e, para isso, só havia duas soluções: a que implicaria em sacrificar, por meio da brutal redução do consumo, as gerações atuais, ou o recurso aos capitais estrangeiros, "cuja função seria permitir-nos explorar hoje o que, se contássemos apenas com capitais indígenas, só poderíamos explorar num amanhã incerto e talvez longínquo". (333).

Em 14 de dezembro de 1961, o Senado criou uma comissão mista de deputados e senadores para rever o projeto. Nesse período, quando o projeto Celso Brant contava com a oposição crescente do próprio gabinete ministerial, grande parte dos empresários industriais ainda apostava em uma política de entendimento com o governo Goulart, no sentido de frear o ímpeto dos setores mais radica-

lizados da burocracia de Estado. Em abril de 1962, por exemplo, a FIESP elogiou o discurso que o presidente havia pronunciado na Câmara Americana de Comércio. Para os dirigentes da entidade paulista, Goulart mostrara claramente "onde estava o interesse da nação no tocante a investimentos estrangeiros e remessas de lucros o qual não exclui, antes atrai, o capital estrangeiro que deseja colaborar conosco na obra de desenvolvimento econômico do país ..."
(334).

Após seis meses de árduas negociações, a comissão mista elaborou um substitutivo que, tendo obtido a aprovação do Senado, foi enviado à Câmara. Esta, em agosto de 1962, aprovou o projeto, incorporando-lhe, entretanto, emenda, apresentada pelo mesmo Celso Brant, que introduzia novas restrições aos investimentos externos.

Reabriu-se, portanto, o conflito, agora em termos bem mais virulentos. Tratava-se, então, para grande parte do empresariado, de impedir que o projeto fosse sancionado pelo presidente da república. Este, sofrendo pressões de todos os lados, preferiu não se definir claramente, devolvendo, em 3 de setembro de 1962, o projeto à Câmara, a fim de que, encerrado o prazo constitucional, ele fosse aprovado pela mesa do Congresso.

A nova vitória da burocracia nacionalista constituiu um importante ponto de ruptura entre grande parte da burguesia industrial brasileira e o regime populista. O presidente da C. N. I. afirmou que as modificações introduzidas pela Câmara "ratificaram os defeitos do projeto Celso Brant, que tantos males já causou ao país" (335) e Raphael Noschese, eleito, no mês seguinte, presidente da FIESP, deixou claro, já no discurso de posse, sua disposição para endurecer o jogo.

Para o industrial paulista, chegara a hora de "enfrentar, nos seus redutos, as forças que estão maliciosamente elaborando o processo de decomposição da nossa sociedade livre" (336). Que forças eram essas? Para Noschese, tratava-se tanto daqueles "que se dizem

apenas 'nacionalistas' sem se confessarem esquerdistas, como também (dos) esquerdistas que se dizem nacionalistas" (337). Tratava-se, portanto de optar entre dois modelos de sociedade antagônicos: o democrático e capitalista ou o comunista e o totalitário. Em outros termos, tratava-se de defender a propriedade privada, "que é a instituição legal mais importante do nosso sistema econômico" (338).

Nessa luta, os empresários, nacionais ou estrangeiros, encontravam-se em trincheiras opostas às das forças que, "para mascarar seus reais interesses, se ocultam sob a denominação de um nacionalismo que seduz o espírito patriótico dos brasileiros, tentam hoje transformar o regime da iniciativa privada pelo da tirania estatal, em que há um só partido político. Forças que, apelando para as imensas reservas de boa fé do nosso povo, querem induzi-lo a acreditar que é patriótico e contra os seus interesses investir contra os proprietários e dirigentes de empresas, sejam nacionais, sejam estrangeiros" (339).

Ao nosso ver, a consideração de tres aspectos da fase em questão é indispensável para a compreensão da amplitude e da virulência da reação dos empresários industriais ao projeto de lei sobre remessa de lucros.

A diversificação interna da burguesia industrial - processo que se intensificara a partir da segunda metade dos anos 50 - foi um desses aspectos. Tal diferenciação tornava, por si só, bastante difícil a elaboração de uma plataforma antiimperialista que não implicasse em fissuras consideráveis no interior daquela fração de classe. Isso implicaria, para os grupos que assumissem tal projeto, em pagar o ônus do confronto direto com os setores mais comprometidos com a dominação imperialista e, em decorrência, em buscarem, no nível político, algum tipo de aliança com os setores populares, assim como, em termos econômicos, em apostarem na viabilidade de uma dramática redefinição do perfil do desenvolvimento capi-

talista no Brasil. Como se sabe, isso não ocorreu.

Ocorreu justamente o contrário. Os setores mais representativos da burguesia industrial optaram por manter sua aliança estratégica com o imperialismo norte-americano, procurando resolver a primeira crise do capitalismo industrial brasileiro pela via burguesa "tout court". Nesses termos, cabiam protestos tópicos contra esta ou aquela medida de política econômica que beneficiasse o capital imperialista, mas sem por em cheque a existência do setor fustigado. Resguardava-se firmemente, portanto, o princípio da propriedade privada, cabendo a cada setor da sociedade, de acordo com a sua capacidade "econômica", suportar os efeitos da competição que a crise aguçava.

Todavia, se, à medida em que se aprofundava a crise do capitalismo dependente, o grosso da burguesia industrial optaria por resolver, acima de tudo e à sua moda, a crise do capitalismo, setores mais radicalizados da burocracia nacionalista pretendiam solucionar, ao mesmo tempo, a crise do capitalismo e a crise da dependência. E, ao buscarem esse objetivo, entrariam fatalmente em choque com parcelas crescentes do empresariado industrial.

Por outro lado, nem todos os setores daquela fração de classe abandonaram o nacional-populismo com o mesmo ritmo e a mesma radicalidade. Por exemplo, as propostas do Plano Trienal despertariam, ainda em 1963, algum entusiasmo em certos setores do capital industrial (340). Em contrapartida, a resistência popular às "medidas de austeridade" propugnadas no mesmo plano aprofundariam a ruptura entre as classes dominantes e o regime.

Chegamos, assim, ao fator decisivo para a opção do conjunto da burguesia industrial pelo abandono do nacional-populismo: a ascensão do movimento operário e popular.

Em julho de 1963, a revista da C. N. I. alertava o governo para o aprofundamento da crise que, segundo o editorialista, era "de natureza fundamentalmente sócio-política" (341).

Após afirmar que países como o Brasil reuniam condições excepcionalmente favoráveis para o desenvolvimento econômico, "Desenvolvimento & Conjuntura", referindo-se implicitamente ao governo de Kubistcheck, descrevia o "mecanismo" que tornara possível um "elevado dinamismo", obtido "a curto prazo e sem sacrifícios indispensáveis". Era preciso, em primeiro lugar, uma elevação do produto nacional que proporcionasse, "imediatamente, certas melhoras no padrão de vida da população" e gerassem "a convicção de que as aspirações mais amplas (poderiam) ser atendidas a prazo não muito longo". Mas, para que esta convicção se firmasse, era indispensável que o povo tivesse "confiança nas elites empresariais e governantes, que têm a seu cargo levar a bom termo o processo de desenvolvimento" (342).

Nostalgicamente, o editorialista afirmava que, "no Brasil, até recentemente o mecanismo ... funcionou a contento. As reivindicações salariais, as greves", que, segundo a isebiana formulação da C. N. I., eram "manifestações de um desejo de padrões de vida mais elevado", haviam permanecido "dentro de limites razoáveis". A final, "os próprios partidos de esquerda apoiaram o desenvolvimento tal como vinha sendo levado adiante pelo governo e grupos empresariais. Apoiavam a 'burguesia nacional' que, ao promover o desenvolvimento, estaria libertando o Brasil do 'jugo imperialista'" (343).

O articulista lamentava que, desde o surto de "desconfiança na elite dirigente", provocado pela renúncia de Jânio Quadros, o mecanismo tenha começado a falhar. E "a manifestação mais expressiva e perigosa desse novo estado de coisas (estava) no fato de que as esquerdas brasileiras romperam seu compromisso com o desenvolvimento, e largaram-se em campanhas reivindicatórias, ou de simples agitação", sem que houvesse razões objetivas para tanto.

Prenunciava-se, portanto, um futuro não muito risonho: "daqui por diante, o que se pode esperar é a manifestação aberta e cada

vez mais virulenta, da insatisfação da massa com a sua atual situação. Teremos reivindicações salariais e tomadas de posição sobre temas políticos, tudo isso apoiado em greves e agitações de toda ordem". O resultado seria a estagnação que, por sua vez, provocaria o aumento da "tendência reivindicatória", e assim sucessivamente" (344).

Mas nem tudo estava perdido, desde que o governo se entendesse com "os grupos empresariais que comandam o processo de desenvolvimento". Afinal, "o apoio dos homens da iniciativa privada não pode ... ser gratuito ou unilateral" (345).

Quais seriam as bases desse patriótico entendimento?

A proposta da C. N. I. revelava com toda a clareza que, para os segmentos nacionalistas da burguesia industrial, os limites do bom nacionalismo eram estreitos demais para que nele coubesse o movimento popular. Segundo o articulista, o importante era "reconstruir no país uma liderança firme e esclarecida, que (coibisse) as agitações da esquerda e (neutralizasse) a resistência de grupos menos esclarecidos às chamadas reformas de base" (346).

A FIESP, por sua vez, teria uma linha de atuação ainda mais comprometida com a denúncia sistemática do movimento operário e popular. Já em 1961, por ocasião da XI Convenção dos Industriais do Interior, Antônio Devisate - então presidente da entidade - escolheu como tema de seu discurso "a crise da autoridade". Aludindo às greves que então ocorriam, Devisate afirmou que sua preocupação maior não era com o "prejuízo econômico" que tais movimentos causavam "tanto para o empregador como para o operário e o Estado". O que mais preocupava Devisate era o que significavam "como instrumentos de solapamento do princípio da autoridade e da ordem jurídica do país".

Dois anos depois, XII Convenção, ele voltaria ao assunto, agora em tons mais dramáticos. Segundo Devisate, já havia sido atingido "o ponto crítico" e ultrapassá-lo seria "conduzir o país a dias

incertos e confusos, clima ideal para a sublevação e a desordem, ardentemente desejadas pelos que não desfalecem no esforço incessante de destruir a nossa democracia e os princípios morais que informam nossa concepção de vida" (347).

O mesmo enfoque estaria presente em todas as posições que a FIESP assumiu frente ao movimento operário e popular na última fase do populismo: solidarizou-se com o governo federal, quando este manifestou a intenção de reprimir as "greves ilegais" (348); qualificou de criminosas as greves dos portuários de Santos e dos trabalhadores de transportes coletivos em São Paulo (349); taxou de impatriótica a greve dos funcionários do Banco do Brasil (350); e exigiu e, em seguida, solidarizou-se com a repressão à greve de Santos, em fins de 1963, movimento insuflado por "elementos extremistas" e comandado pelo "ilegal e espúrio denominado Forum Sindical" (351).

Como se vê, o apego à democracia não levava a burguesia industrial a questionar a estrutura sindical corporativista. Pelo contrário, frente à mobilização crescente dos trabalhadores, a FIESP revelaria um extremo apego ao sindicalismo oficial, vendo nele um excelente instrumento de manutenção - para usar uma expressão cara à FIESP - da "Lei e da Ordem".

Assim, em novembro de 1963, época de campanhas salariais, a FIESP recusou-se a atender à convocação da D. R. T. para participar de uma mesa-redonda com representantes de diversas categorias de trabalhadores, alegando o fato de que a C. N. T. I. estaria presente. A FIESP justificou sua recusa nos termos do art. 857 da C. L. T., que determina que a representação deve ser dos sindicatos, só cabendo o comparecimento da confederação se alguma categoria não possui representação sindical, o que não era o caso.

Instruindo os industriais quanto à postura a ser adotada, Nogchese explicou que, frente à praxe dos empresários em "reajustar os salários de entidade para entidade", os sindicatos, "agrupados

no Pacto de Ação Conjunta", adotaram uma atitude de intransigência, exigindo que os aumentos fossem procedidos dentro de um acordo geral único". Finalmente, quanto à hipótese de ocorrência de greve, tranquilizou os industriais: já havia obtido o apoio do governador do Estado (352).

A estrutura sindical interessava aos empresários industriais enquanto mantinham os trabalhadores enquadrados na lei e na ordem necessárias ao desenvolvimento capitalista dependente no Brasil. O problema era que, buscando aprofundar esse processo de desenvolvimento, o regime populista, em certas fases, possibilitava a dinamização daquela estrutura, por meio das organizações "paralelas": a escolha "democrática" da burguesia industrial foi clara: recorrer à estrutura sindical para recolocar os trabalhadores em seu devido lugar.

Chegamos, assim, ao fator decisivo para a opção do conjunto da burguesia industrial pelo abandono do populismo: a ascensão do movimento operário e popular.

Ao abrir as portas do festival nacionalista para os setores populares, o nacional-populismo provocou a saída indignada da burguesia industrial. Como disse um conferencista da FIESP, em janeiro de 1964, já era tempo de abandonar "qualquer preconceito irracional contra a empresa estrangeira, pois no fundo é preconceito contra a empresa privada". E arrematou afirmando que nacionalismo bom foi o da "Alemanha dos Junkers" e o do "Japão dos Samurais" (353).

3 - A exacerbação do nacionalismo burocrático

Já afirmamos que, frente à crise do capitalismo dependente brasileiro do início dos anos 60, a burocracia nacionalista tentaria resolver simultaneamente a crise do capitalismo e a crise da dependência, tendendo os seus setores mais radicalizados a encarar, cada vez mais, a primeira como um efeito da segunda.

Tratava-se, a rigor, de duas facetas do mesmo processo, mas esta não era exatamente a representação ideológica dominante no período. Ao contrário, tendia-se a considerar que os aspectos positivos do desenvolvimento industrial deviam-se fundamentalmente ao capitalismo e que os aspectos negativos (deterioração dos termos de troca, inflação, sufoco do balanço de pagamentos, queda da taxa de investimento, pequena dimensão do mercado interno) deviam-se à dependência, inclusive - e principalmente - no que esta obstaculizava o desenvolvimento do próprio capitalismo. O suposto implícito era que, eliminada a dependência, abrir-se-ia uma era de desenvolvimento capitalista contínuo e harmônico, que beneficiaria o conjunto da nação.

Isso não significa que nenhum segmento da burocracia nacionalista estivesse desprovido de propostas específicas para a resolução da crise do capitalismo brasileiro em termos mais convencionais. A esse respeito o Plano Trienal, com a proposta de uma política de "austeridade" voltada para o crescimento do setor secundário da economia, contaria, como já vimos, com o aplauso de amplos setores da burguesia industrial. Todavia, como já afirmamos, a própria impossibilidade objetiva da execução desse plano, apontava o estreitamento do espaço, no interior do campo nacionalista, para propostas que sacrificariam diretamente o movimento operário e popular. Ao mesmo tempo, reforçava-se a percepção de que a única saída para a crise passava pela superação da dependência.

Frente à crise da dependência, havia, no início da fase em questão, um amplo consenso, no interior da burocracia nacionalista, quanto à necessidade de uma política estatal voltada para a redefinição das relações com o imperialismo e das relações internas à própria formação social, de modo a prosseguir o processo de industrialização.

Entre os principais pontos dessa política, podemos citar, em primeiro lugar, o controle dos investimentos estrangeiros. Os capi

tais externos deveriam ser selecionados tanto no que se refere à modalidade dos investimentos (empréstimos de governo a governo, investimentos diretos com ou sem cobertura cambial), como à sua alocação (regional e setorial), o que colocava, inclusive a questão da encampação de empresas já operadas, em certos setores, pelo capital estrangeiro. Por outro lado, visava-se estabelecer controles não somente sobre a entrada, mas também sobre a saída desses capitais. Lembremo-nos de que um dos pratos de resistência do nacionalismo populista sempre fora a tese de que países como o Brasil eram, de fato, exportadores de capitais, uma vez que os recursos que aqui ingressavam, a título de investimentos, eram mínimos se comparados ao montante das remessas de lucros, pagamentos de royalties, sub e superfaturamentos e outros mecanismos que, aliados à deterioração dos termos de intercâmbio, operavam como verdadeiras "bombas de sucção" de suas economias.

Um segundo ponto referia-se ao conjunto de reformas internas (reforma agrária, bancária, tributária, eleitoral, etc.) que possibilitassem a superação de obstáculos econômicos, políticos e sociais, existentes na própria formação social brasileira, ao desenvolvimento do capitalismo nacional e o tornassem menos dependente dos estímulos provenientes do sistema imperialista.

Tais medidas, por um lado, eram vistas como constitutivas de uma política estatal e, por outro lado, convergiriam para o aumento da capacidade de intervenção do Estado, que estaria, finalmente, dotado dos meios institucionais e da sustentação política que o tornariam apto a, seja pela regulamentação, seja pela participação direta na atividade econômica, domesticar o capital imperialista, tornando-o uma mola propulsora - e não um parasita - do desenvolvimento capitalista, agora voltado para o interesse da nação, interesse que se traduzia, fundamentalmente, na consumação do processo de transição para o capitalismo industrial.

O terceiro ponto era, de certa forma, o corolário dos dois an

teriores. Investido, de fato, dos poderes que lhe eram inerentes, o Estado brasileiro poderia, enfim, realizar uma política externa que fosse a expressão de sua soberania. Isso implicaria numa certa equidistância entre os dois blocos hegemônicos ao nível internacional e o estabelecimento de relações políticas e comerciais com quaisquer países, obedecendo-se exclusivamente aos ditames do interesse nacional. Em suma, o terceiro ponto era a realização do que, no discurso dominante da época, se chamava de política externa independente.

Ressalte-se que a situação internacional era bastante propícia a esses arroubos independentistas. O campo imperialista hegemônico, liderado pelos E. U. A. apresentava grande diversificação, o que, como já vimos, repercutia ao nível da participação dos capitalismo europeus e japonês no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. O movimento de emancipação colonial prosseguia, gerando uma relativa instabilidade nas relações internacionais. Entre os novos Estados que surgiam, muitos eram chefiados por governos nacionalistas dos mais variados matizes que, procurando tirar proveito da rivalidade entre as duas potências hegemônicas, iam engrossar as fileiras do movimento dos países "não-alinhados", em cuja linha de frente estavam o titoísmo e o nasserismo. No próprio continente americano, o exemplo da revolução cubana não impressionara apenas os setores populares, mas parecia apontar, em certas áreas da burocracia estatal, para uma época de maior independência dos Estados latino-americanos frente aos E. U. A..

Embora, a rigor, o conjunto da burguesia industrial privilegiasse a solução da crise capitalista "tout court", as propostas relativas à superação da crise de dependência, sejam tomadas em seu conjunto, sejam, sobretudo, tomadas individualmente, não deixaria de contar com a receptividade, em certas conjunturas, de parcelas do empresariado industrial. Todavia, justamente quando tais propostas ocuparam o centro dos debates políticos, elas sofreriam

a oposição crescente do conjunto das classes dominantes brasileiras.

Ocorre que tais propostas eram sujeitas a apropriações distintas pelas diferentes forças sociais. E na raiz desse deslocamento da burguesia industrial estava, como já afirmamos, a incorporação do nacionalismo pelo movimento operário e popular, simultaneamente em ascensão e enquadrado nos limites do Estado populista.

A contradição entre essas duas variantes do nacionalismo repercutiria diretamente sobre a burocracia nacionalista de Estado, gerando uma política estatal errática e colocando em cheque a própria forma de dominação de classe.

Vejamos como se manifestavam, no seio da burocracia de Estado, diferentes formas de apropriação ideológica do nacionalismo populista.

Para amplos segmentos da burocracia nacionalista, a participação do capital imperialista no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro era considerada (e explicitada como) fundamental. O próprio Goulart afirmaria, em discurso no Congresso dos E. U. A., em abril de 1962, "a importância da contribuição estrangeira no processo de nosso desenvolvimento" (354). Segundo ele, um país como o Brasil, que atravessava "fase de plena expansão", proporcionava grandes perspectivas à "iniciativa privada estrangeira" que tivesse interesse em cooperar lealmente "para o seu desenvolvimento" (355).

Mantinha-se, todavia, a tradicional distinção entre as modalidades de capital imperialista vistas como úteis ou nocivas do desenvolvimento da economia nacional. No mesmo discurso, Goulart também afirmaria que, no tocante aos serviços de utilidade pública, havia "certas áreas de atrito" a serem eliminadas.

Mesmo nos estertores de seu mandato, quando seu isolamento em relação ao conjunto das classes dominantes era flagrante, Goulart ainda insistiria em explicitar essa distinção entre o "bom" e o

"mau" capital imperialista. Em seu discurso feito na solenidade da promulgação da lei de remessa de lucros (17 de janeiro de 1964), Goulart afirmaria que os capitais estrangeiros estavam divididos em dois tipos, "um, colonizador e imperialista; o outro, colaborador e desenvolvimentista". O primeiro, sobrevivência do século XIX, ignoraria as "profundas e radicais" transformações ocorridas no mundo. Já ao segundo, que se dispunha a participar da "recuperação econômica dos países onde é investido", estava reservada uma importante missão: a de associar-se aos esforços desenvolvidos pelas nações pobres para "superar e vencer, de uma vez por todas, as barreiras do subdesenvolvimento" (356).

Que investimentos estrangeiros Goulart enquadrava no primeiro tipo? Recorrendo a um "criterioso estudo" elaborado pela O. N. U., Goulart afirmava que até a segunda guerra mundial, os capitais estrangeiros eram investidos principalmente na área de serviços públicos, em regime de concessão, e na produção de matérias-primas destinadas à exportação para os países industrializados, circunstância que lhes permitia "a manipulação dos preços nos mercados internacionais". Com isso, deterioravam-se os preços dos produtos primários, "cuja exportação constitui a fonte quase exclusiva dos recursos de que dispõem as nações subdesenvolvidas".

Todavia, afirmava Goulart, no que se refere ao Brasil, essa realidade estava superada e a construção da Usina de Volta Redonda fora o primeiro sintoma de uma profunda "mudança de mentalidade", contra a qual ainda resistiam "os espíritos ainda afeitos à visão dos proveitos colonialistas". Segunda a nova mentalidade, os serviços públicos de transporte e energia, "considerados como infra-estrutura da economia nacional" e "tradicionalmente preferidos pelos investimentos estrangeiros", estavam fadados a caminhar rumo à "indispensável tutela do poder público".

Não se tratava, segundo Goulart, de nenhuma forma de estatismo. O que se pretendia era que o Estado mantivesse o controle dos

"instrumentos essenciais ao estímulo, à ordenação e ao comando do desenvolvimento nacional, de forma a resguardar os interesses de nossa própria soberania".

O Brasil se industrializava, passando a transformar dentro de suas próprias fronteiras as matérias-primas que antes se limitava a exportar "para uso e benefício de países estrangeiros". E, frente a essa nova realidade da economia nacional, inúmeras empresas estrangeiras "responderam ao apelo que lhes foi dirigido e vieram colaborar no desenvolvimento do Brasil sob a égide de nossas tradicionais garantias jurídicas". Segundo Goulart, não havia como desconhecer que tal participação do capital estrangeiro era "estimulante positiva". Logo, cumpria ao governo dar-lhe "condições tranquilas de expansão, dentro do prisma de nossos interesses comuns".

Se compararmos a posição de Goulart frente ao "velho" capital estrangeiro, veremos que ela sofreu uma certa "radicalização". Afinal, dois anos antes, ao visitar os E. U. A., referindo-se à questão das empresas de serviços públicos, ao invés de tecer considerações sobre a nova fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, se preocupava em justificar a eliminação das "áreas de atrito" por meio da referência a uma natural incompreensão entre "poder concedente e concessionários", que muitas vezes gerava equívocos entre "países amigos" (357). Goulart referia-se, então, a uma das questões que mais envenenavam as relações entre os governos do Brasil e dos E. U. A.: a desapropriação, pelo governador Leonel Brizola, com indenização puramente contábil, dos bens das subsidiárias de serviços públicos no Rio Grande do Sul. Tais medidas contaram com grande apoio popular e, diante do precedente que criavam, o Congresso dos E. U. A. aprovou a emenda Hickenlooper, segundo o qual seria suspensa qualquer "ajuda" aos países onde houvesse desapropriação de empresas norte-americanas sem "justa intervenção".

Todavia, é preciso qualificar com um certo cuidado a "radicalização" efetuada por Goulart em 1964.

Em primeiro lugar, não se mencionava, nem antes nem agora, de que modo as empresas estrangeiras de serviços públicos passariam para a tutela do Estado (com ou sem indenização e, neste último caso, quais os critérios para defini-la), nem, muito menos, em que consistiria a referida tutela. Nesse sentido, o aceno feito por Goulart, em 1962, com a possibilidade de indenizar as empresas encampadas por Brizola, as quais transfeririam seus capitais para outros setores mais "dinâmicos" da economia brasileira, não pode ser totalmente desconsiderado.

Em segundo lugar, é importante notar que, em sua justificativa da lei de remessa de lucros, no auge da exacerbação do nacionalismo burocrático, a virulência de Goulart contra os capitais estrangeiros investidos nos setores de serviços públicos e de exportação de matérias-primas tinha, como contrapartida, a ausência de quaisquer críticas às empresas estrangeiras voltadas para a produção industrial em território brasileiro. Com esse silêncio, Goulart se descomprometia em relação ao principal objetivo da lei de remessa de lucros, para cuja aprovação, aliás, ele não se empenhara.

Segundo os setores mais radicalizados da burocracia nacionalista, o objetivo principal da lei de remessa de lucros não se restringia às empresas operadas pelo "velho" capital estrangeiro. No que se refere a elas, a solução era muito mais simples: a encampação "tout court".

A exacerbação do nacionalismo em certos segmentos da burocracia de Estado contribuiria para que se produzisse uma outra inflexão ao discurso nacional-populista, que passava, então, a se aproximar de uma oposição genérica ao capital imperialista.

Examinemos, por exemplo, a defesa que o dep. Sérgio Magalhães fazia da lei de remessa de lucros. Segundo aquele dirigente da

Frente Parlamentar Nacionalista, mais da metade (58,70%) das empresas de capital estrangeiro (filiais e sucursais ou firmas organizadas segundo a lei das sociedades anônimas) existentes no Brasil atuavam em setores que nada acrescentavam à riqueza do país: comércio de exportação e importação, sociedades de financiamento, companhias de seguros, agências de notícias, empresas de serviços públicos, hotéis, locações de toalhas, etc. (358).

Outra parcela (14,15%) das empresas estrangeiras atuava, segundo Sérgio Magalhães, em "ramos secundários da indústria". Era o caso, por exemplo, das indústrias de tecidos, alimentos, perfumaria e cosméticos, louças e azulejos, cigarros, sorvetes, calçados, móveis, creme de barbear, etc.

Portanto, dizia o deputado, "72% das empresas de capitais estrangeiros investidos no País (ocupavam) simplesmente um lugar que poderia perfeitamente ser preenchido pelo capital nacional, já que não requerem o emprego de processo tecnológico ainda não assimilado pelos empresários brasileiros". Tais investimentos representariam as chamadas "bombas de sucção", pois, sem nada deixarem no país, recolhiam "uma parcela ponderável da poupança nacional, canalizando-a para o exterior". Na prática, elas tinham como função "agravar as dificuldades de nosso balanço de pagamentos", carreando para os seus países rendimentos que não provinham de "nenhum desembolso de capital", mas sim de "parte dos lucros aqui obtidos, erroneamente conceituados como capitais estrangeiros".

Finalmente, havia o grupo das empresas de capital estrangeiro instaladas nas indústrias químicas e farmacêutica, siderúrgica, mecânica e de material elétrico, automobilística, de plástico, cimento, mineração, etc.. Tais empresas constituíam 26,67% do total e poderiam existir, entre elas, algumas que contribuíssem para "o processo de industrialização em curso". Todavia, o deputado Sérgio Magalhães dizia estar seguro de que mesmo estas últimas poderiam, na sua maior parte, "ser substituídas por empresários nacionais se

a estes se oferecessem os privilégios que o País proporciona aos investimentos alienígenas".

Dessa forma, a avaliação que Sérgio Magalhães fazia dos capitais estrangeiros investidos no Brasil era bem menos otimista do que a efetuada por Goulart. Para aquele, "a nota predominante dos estabelecimentos estrangeiros aqui radicados (era) o parasitismo e a busca do lucro fácil", inexistindo qualquer preocupação em "incorporar ao patrimônio do País os processos tecnológicos de alta rentabilidade que estão sendo aplicados em seus países de origem". Havia, segundo Sérgio Magalhães, "empresas importantes", mas seu número era reduzidíssimo.

O deputado concluía que se havia criado no Brasil uma "situação anômala", pois um pequeno número de empresas de capitais externos, que crescem por meio dos reinvestimentos de lucros aqui obtidos, "exercem influência preponderante no País, através do monopólio do comércio de exportação de produtos fundamentais como o café, de posições-chave em certos ramos ligados ao abastecimento, como na indústria moageira, ou ao funcionamento da indústria, como na produção de energia elétrica, bem como através dos múltiplos tentáculos de seus bancos, sociedades de financiamento e companhias de seguros". Fazia-se necessário, portanto, segundo o deputado, coibir esse "poder ilegítimo".

Isso não significava, todavia, que, para os segmentos mais radicalizados do nacionalismo burocrático, se apagasse a linha divisória entre as modalidades de capital imperialista. Se considerarmos Goulart e Sérgio Magalhães como dois expoentes das distintas vertentes do nacionalismo daquela categoria social, veremos que, no que se refere ao capital estrangeiro, a principal diferença consistia em que, para o primeiro, isolava-se os investimentos mais diretamente comprometidos com o velho esquema de dependência e se adotava uma postura mais receptiva em relação às empresas industriais como um todo. Já o segundo cortava mais fino, operando uma dis

tinção no interior dos próprios capitais imperialistas inseridos no novo esquema de dependência em fase de consolidação. Tratava-se, no fundo, de definir precisamente, quais investimentos imperialistas eram mais adequados ao prosseguimento do processo de industrialização.

Assim, o próprio Sérgio Magalhães seria taxativo ao reconhecer que, "efetivamente, para coroar o processo de industrialização, carecemos de importar técnica estrangeira". Entretanto, argumentava o deputado, seria um erro conceder indiscriminadamente privilégios às empresas estrangeiras, sem considerar as suas características, pois tal política só poderia levar o país a uma crescente descapitalização "e nunca ao impulsionamento da indústria de base". Era necessário, portanto, uma legislação que estabelecesse a "distinção entre os diversos investimentos estrangeiros, procurando estimular os que realmente incorporam à produção brasileira a técnica de que carecemos, ao mesmo tempo que (criasse) obstáculos e desestímulos ao parasitismo dos empreendimentos que constituem a grande maioria dentre as empresas estrangeiras em funcionamento no País" (359).

Na raiz da oposição do empresariado industrial à lei de remessa de lucros, finalmente aprovada pelo Congresso em 17 de agosto de 1962, estava a presença, em vários artigos daquele documento, de dispositivos que expressavam esse enfoque mais apurado (e, logo, mais polêmico) em relação ao capital estrangeiro. Por exemplo, na medida em que, segundo a ótica do segmento mais radicalizado da burocracia nacionalista, era reduzidíssima a parcela do capital estrangeiro que efetivamente contribuía para o progresso da industrialização, não haveria porque revelar grandes constrangimentos ao limitar de maneira idêntica, ou seja, com o mesmo percentual de 10% sobre os investimentos registrados (art. 31), todos os capitais estrangeiros existentes no Brasil (360). Além disso, uma série de dispositivos visava garantir que os lucros remetidos corres

pondessem a investimentos efetivamente provenientes do exterior, e vitando assim, que, por intermédio seja da remessa de lucros, do pagamento de royalties ou juros, as empresas estrangeiras carreassem para seus países de origem quantias superiores às que investiram aqui. Nesse sentido, o art. 7º considerava como reinvestimento, para efeito de registro de capitais, somente "as quantias que poderiam ter sido legalmente remetidas para o Exterior a título de rendimentos e não o foram ..." Por outro lado, segundo o art. 32, as remessas que ultrapassassem o limite de 10% do valor do investimento registrado seriam consideradas retorno de capital "e deduzidas do registro correspondente para efeito das futuras remessas de lucro para o exterior". Finalmente, os lucros excedentes ao percentual estabelecido para remessas seriam, de acordo com o artigo 33, "registrados à parte, como capital suplementar e não (dariam) direito à remessa de lucros futuros".

Note-se, por outro lado, que não se tratava, para os segmentos mais radicalizados da burocracia nacionalista, de romper com o capital imperialista, mas de, pelo contrário, instrumentalizar o Estado brasileiro para que aquele capital fosse efetivamente investido no país, incorporando-se, de modo positivo, no esforço de industrialização, sem usufruir de "favores" ou "privilégios" acima dos concedidos ao capital nacional. Tratava-se, no essencial, de depurar as relações com o imperialismo de quaisquer resíduos de desigualdade, corrupção, etc., em suma, de reduzi-la à sua forma mais pura. O que, convenhamos, não questionava a essência do imperialismo.

A mesma convergência "funcional" existia em relação às reformas estruturais, embora aqui também o discurso ideológico operasse algumas inflexões. Em primeiro lugar, todos os segmentos da burocracia nacionalista apresentavam-nas, de um modo ou de outro, como requisitos do desenvolvimento do capitalismo e, especificamente, da elevação do padrão de vida dos milhões de trabalhadores rurais.

A mais polêmica de todas elas, a reforma agrária, era apresentada como "um importante esforço exigido contra o arcaísmo de nossas estruturas e que representa ao mesmo tempo a possibilidade de liber-tar do marasmo milhões de homens que vivem no campo a fim de transformá-los, pela elevação de seu nível de vida, em consumidores da produção do parque industrial em expansão incontível" (361).

Um outro objetivo a ser cumprido pela reforma agrária seria o de, aliviando as "tensões sociais" no campo, evitar o acirramento da luta de classe e suas implicações ao nível da transformação social. No dizer de Goulart, somente as reformas seriam "capazes de aliviar as pressões sociais que agravam a crise que estamos vivendo e só elas, por isso mesmo, poderão afastar do nosso povo a solução pela violência que nenhum sincero patriota pode desejar" (362). A seu ver, a nação enfrentava "um único e verdadeiro dilema, já definido pelo jovem e grande estadista John Kennedy: 'o dilema é reforma ou revolução'" (363).

A mesma formulação poderia ser encontrada na vertente mais radicalizada da burocracia de Estado. Brizola, por exemplo, afirmava situar-se "entre aqueles que desejam abominar corajosamente, decididamente, os males do capitalismo" (364). Mas, por outro lado, preocupava-se em advertir para o risco de "sermos todos, juntamente, conduzidos, arrastados pelas correntes extremadas da esquerda revolucionária ou da direita ..." Não havia dúvida quanto à necessidade de combater o comunismo. A questão era de como fazê-lo. "A grande diferença entre nós e os que nos acusam - dizia Brizola - está em que eles querem combater o comunismo com a polícia, com a ilegalidade, com o desrespeito à Constituição e, portanto, com o terrorismo e com a mentira (...) E nós entendemos que a melhor maneira de combater o comunismo está em resolver os problemas que nos afligem" (365).

É interessante notar que, para ambos os segmentos, as reformas estruturais eram vistas como, ao invés de um questionamento do

capitalismo, a única maneira não somente de desenvolver esse sistema, mas também de, ao eliminar as suas impurezas, o que ele tinha de "resquícios" de outros modos de produção, instaurá-lo em sua plenitude e legitimá-lo ideologicamente aos olhos das massas populares.

Goulart insistiria, a esse propósito, que "a maioria dos brasileiros já não se (conformava) com a ordem social imperfeita, injusta e desumana. Os milhões que nada têm impacientam-se com a demora, já agora quase insuportável, em receber os dividendos de um progresso tão duramente construído, mas construído também com o esforço dos trabalhadores e o sacrifício dos humildes" (366). Frente a isso, a saída não era, repetimos, transformar, mas desenvolver, reformando, o sistema. A saída era "continuar lutando pela construção de novas usinas, pela abertura de novas estradas, pela implantação de mais fábricas, de novas escolas, de hospitais para o povo sofredor; mas sabemos, trabalhadores, que nada disso terá sentido profundo se ao homem não for assegurado direito ao trabalho e a uma mais justa participação no desenvolvimento nacional". Nesse sentido, "o caminho das reformas (era) o caminho da paz social" (367). Brizola, por sua vez, afirmaria que somente após as reformas "o humilde trabalhador, modesto e simples, que esteja movimentando nossas máquinas ou mesmo cuidando da terra, terá a certeza de que o fruto de seu trabalho, a riqueza que está criando é nossa, é do Brasil, é dos brasileiros" (368).

A diferença, no que se refere ao tema que abordamos, é que os segmentos mais radicalizados da burocracia nacionalista estabeleciam um vínculo muito mais preciso entre as estruturas da formação social e suas relações com o sistema imperialista. Nesse sentido, o povo não era sofredor apenas porque vivia subordinado a uma ordem social injusta, mas também porque essa ordem social injusta era determinada por fatores que transcendiam os limites da nação.

Era inegável, portanto, segundo Brizola, que a estrutura in-

ção aos Estados Unidos da América e às demais potências ocidentais, não sofrerão alterações", expressava-se a aprovação pelo "esforço que (vinha) sendo realizado pelo Governo dos Estados Unidos para dar expressão e resultado prático à política de cooperação econômica internacional, notadamente em sua recente formulação, à Aliança para o Progresso ..." (371). Por outro lado, chamava-se a atenção para as possíveis "áreas de atrito" constituídas por "organizações privadas" cuja influência poderia "desnaturar os propósitos enunciados, pelo Governo norte-americano, frustrando, desse modo, os próprios objetivos da ação internacional (372).

Já para os segmentos mais radicalizados da burocracia nacionalista, havia, ao contrário, uma íntima relação entre os interesses das organizações privadas e a política do Estado norte-americano. Segundo Brizola, "a federação de Jefferson e Hamilton, em lugar de ser hoje, uma federação política, é mais na prática uma federação de corporações econômicas e financeiras" (373). Assim, as reformas estruturais de que o país necessitava para superar o subdesenvolvimento dependiam de "uma questão essencial", que consistia na "revisão profunda dos termos de nossas relações com os Estados Unidos" (374), sem a qual era impossível falar em autodeterminação. E, se os Estados Unidos desejassem colaborar com esse esforço, o que não era considerado provável, seus governantes deveriam, em primeiro lugar, "deixar de dar cobertura à ação dos interesses privados, dos trustes e monopólios americanos" (375).

Reciprocamente, se a luta por reformas estruturais era uma luta contra os interesses do imperialismo norte-americano, confrontar-se com este último implicava lutar, internamente, contra as forças comprometidas com a manutenção da ordem social que se buscava redefinir. Logo, não havia como fazer reformas "sem mudar o poder político", pois aqueles que teriam os privilégios atingidos pelas reformas seriam "os que dispõem do poder político, como instrumento de defesa de seus interesses" (376).

Respondendo ao avanço do movimento operário e popular, por um lado, e, por outro, às dificuldades crescentes em manter setores importantes do empresariado industrial e do próprio pessoal do Estado alinhados com o regime populista, os segmentos mais radicalizados da burocracia nacionalista chegaram a elaborar, portanto, uma análise que se pretendia global da estrutura social brasileira, inclusive de suas determinações externas.

Em tal análise havia elementos dotados de certa carga crítica, na medida em que aludiam aos vínculos existentes entre a estrutura da formação social e a dependência ao sistema imperialista; ao vínculo entre o capital e a política de Estado das formações sociais imperialistas; entre os interesses de frações das classes dominantes nas formações dependentes e frações do capital imperialista; e, finalmente, entre a exploração dos trabalhadores dos países dependentes e o imperialismo.

Todavia, paradoxalmente, a força alusiva do nacionalismo exacerbado da burocracia estatal era diretamente proporcional ao caráter mistificador dessa variante do nacionalismo populista.

A mistificação consistia, no essencial, em identificar nacionalismo e antiimperialismo. E, ao se apresentar a luta pela redefinição das relações de dependência como se fosse uma luta para eliminar a própria dependência, incorria-se em certos silêncios e mal entendidos estratégicos, seja do ponto de vista ideológico propriamente dito, seja ao nível da prática política efetiva.

Tanto num caso como no outro, ocultava-se o cerne da exploração de classe constitutiva da sociedade que se pretendia instaurar em sua forma mais pura. Afinal, se, como afirmava Sérgio Magalhães, o capital privado estrangeiro não agia "na base do interesse nacional, mas de seus Grupos", por que isso não ocorreria também com o capital "privado nacional"? Devido ao controle do Estado nacionalista? Mas, se, como o próprio Brizola afirmava, havia uma distância imensa entre as empresas norte-americanas (e o Estado

norte-americano) e o povo dos Estados Unidos, porque, novamente, o mesmo não poderia ocorrer em um Brasil "emancipado economicamente", ou seja, com o capitalismo plenamente desenvolvido? Bastaria mudar a política do Estado para transformar seu caráter de classe?

Quanto mais próximo dessas questões, mais ambíguas e evasivas eram as formulações do nacionalismo populista, particularmente na vertente ideológica mais exacerbada da burocracia estatal. Pois, aqui, dadas as premissas de que partia na montagem de seu discurso, não havia como não se referir à "mudança do poder político". Mas o preço era deixar impreciso quem, contra quem e com que meios efetivaria tal mudança, chegando-se, quase sempre, a distinções de caráter puramente ético do tipo "brasileiros descomprometidos" x "brasileiros comprometidos" (377).

As imprecisões e ambiguidades do discurso nacionalista exacerbado concentravam-se em um termo pelo qual tinham uma espécie de fascínio: exploração. Com ele procuravam explicar, identificando, as relações de classe e as relações entre nações. E utilizando-o, "O Semanário" citaria, levando a sério, uma frase de Alexandre Gnocchi que exprime, com deliciosa ambiguidade, o caráter ao mesmo tempo alusivo e mistificador do nacionalismo populista em sua versão mais radicalizada: "explorar no Brasil, a justo título, sim; não explorar o Brasil" (378).

Ao nível dos efeitos políticos, a exacerbação do nacionalismo burocrático contribuiria para aprofundar o fosso entre o conjunto das classes dominantes, que arrastaria consigo a maior parte da burocracia estatal, inclusive os segmentos nacionalistas não radicalizados. No interior do aparelho estatal, o ponto de ruptura seria assinalado pela chegada do movimento popular às casernas.

Ao se radicalizar, o movimento nacionalista voltava-se contra as estruturas do Estado, tornando-se, assim, incompatível com o nacionalismo burguês.

A posição do exército contra a greve de Santos, que ameaçava

radicalizar-se num momento em que eclodia a "revolta dos sargentos", indicava um limite estrutural do nacionalismo populista e anunciava, de um certo modo, o final de um ciclo. No interior do Estado, "o interesse nacional" desembaraçava-se de qualquer referência popular e se entrincheirava, evidentemente em outro contexto, em sua formulação primeira: a da "segurança nacional".

VIII - Conclusão

Neste trabalho, tentamos apreender a ideologia nacionalista a partir do papel que ela desempenhou ao nível do conjunto da formação social. Isso explica a importância que atribuímos aos aparelhos de Estado, em sua função de homogeneizar, redefinindo, o campo das práticas das diferentes classes. Embora não consideremos que só existam aparelhos de Estado, achamos, por outro lado, que em tais aparelhos as relações de classes inscrevem-se predominantemente como relações de dominação. Assim, o nacionalismo popular, na medida em que se inscreveu nos aparelhos do Estado populista, constituiu-se plenamente em variante do nacionalismo burguês. Tal inserção não se deveu, fundamentalmente, às características intrínsecas ao aparelho estatal, mas a direções políticas e ideológicas determinadas.

Por outro lado, evitamos tomar o discurso dos agentes empíricos da burguesia industrial como a manifestação exclusiva (ou mesmo privilegiada) do discurso nacionalista burguês. Menos universalizante era o discurso do empresariado industrial, maior era a oposição entre esse discurso e o das classes populares. Por sua vez, o discurso emitido a partir de certos ramos do Estado burguês desempenhava um papel importante na ocultação dessa diferença, o que o levava a tomar certa distância em relação ao discurso da burguesia industrial.

Um dos efeitos dessa distinção relativa entre o discurso do

Estado burguês e o discurso da burguesia industrial foi o de reforçar uma ilusão de autonomia absoluta em certos setores do aparelho estatal.

Como assinala Poulantzas (ao abordar o que ele designa como "forma de Estado de exceção") (379), nos momentos de crise ideológica, ao ocorrer uma ruptura dos laços tradicionais entre as classes e frações de classe e seus representantes políticos e ideológicos, o Estado assume um papel mais complexo. Em tal situação, o Estado, no sentido de reorganizar a hegemonia, opera um movimento de ampliação de sua autonomia relativa frente às classes e frações dominantes, efetuando-se a centralização dos ramos do aparelho estatal sob um comando unificado. Daí o aparente paradoxo, já detectado por Marx, ao qual Poulantzas se refere: quanto maior a autonomia relativa do Estado perante a classe ou fração hegemônica, menor é a autonomia dos aparelhos, ou seja, maior a centralização (380).

No caso do populismo brasileiro, onde, a rigor, permaneceu a crise de hegemonia, assistiu-se a um esforço da burocracia nacionalista em não somente efetuar aquele movimento de "contração" do aparelho estatal, mas também em ampliar o seu raio de intervenção. Isso levaria a um acirramento do conflito pelo controle dos ramos do aparelho do Estado que, em cada fase, se tornavam decisivos, assim como a uma salientação da importância daqueles ramos enquanto "secretos" de ideologia. Da mesma forma novos ramos foram incorporados ao aparelho estatal (caso do sindicato corporativista, "conselhos técnicos", etc.) e se imprimiu um caráter de aparelho de Estado (em certa fase, "super-ideologizado") às próprias unidades de produção capitalista que operavam sob a figura jurídica de empresas públicas.

Finalmente, as relações entre as classes e o modo como se refletiam ao nível do Estado, imprimiram diferentes redefinições ao nacionalismo populista.

O nacionalismo militar correspondeu a um momento de combate, nos quadros de um regime abertamente autoritário, aos núcleos de poder dos setores agro-mercantis, por um lado, e às organizações independentes do proletariado, por outro. Ao mesmo tempo em que se operavam esses rearranjos no aparelho estatal, conseguia-se dar passos significativos no sentido de implementar medidas de caráter econômico importantes para o desenvolvimento capitalista. Ao nível internacional, a crise do campo imperialista contribuiu para o sucesso dessa política. O principal centro de articulação ideológica era constituído pelo núcleo do aparelho repressivo e, em termos do discurso, articulava-se predominantemente a industrialização à segurança e à coesão nacionais.

O nacionalismo trabalhista adquire sentido como uma tentativa, em grande parte frustrada, de compor um amplo leque de forças voltado para a superação dos impasses em que se colocava a chamada "industrialização restrita", numa fase de acirramento do conflito entre os dois blocos mundiais e de rígido alinhamento do campo imperialista hegemoneizado pelos E. U. A.. O aparelho "ideológico" predominante ainda é o exército, embora tentativas tenham sido feitas de ativar o nacionalismo no aparelho sindical. O discurso articulava a industrialização ao aumento do nível de vida e da participação política dos trabalhadores.

O nacionalismo triunfante foi a articulação em que mais se evidenciou a variante "empresarial" do nacionalismo populista. Constituiu-se, ao nível político-ideológico, o leque de forças que, na fase anterior se mostrara inviável. Ao nível internacional, a relativa abertura do campo imperialista hegemoneizado pelos E. U. A. contribuiu para o sucesso da política de aprofundamento do processo de desenvolvimento capitalista dependente. Foi a fase em que o ramo principal do aparelho do Estado, tanto ao nível político como ideológico, mais se apresentou coeso e, "paradoxalmente", mais imune aos conflitos ideológicos. Ao nível do discurso, apresentava-se

a industrialização dependente como condição da emancipação nacional.

O nacionalismo reformista expressou a ruptura desse leque de forças, sob o impacto da crise do capitalismo dependente e da incorporação do nacionalismo pelo movimento popular em ascensão. Ao nível internacional, a fase é marcada pela instabilidade do campo imperialista hegemoneizado pelos E. U. A., (sob o efeito dos movimentos de libertação colonial, movimento dos não-alinhados e da revolução cubana) e pelo início da divisão no interior do outro bloco hegemônico. Tal situação contribuiu para alimentar seja a representação de que era possível um desenvolvimento nacional independente nos quadros do sistema imperialista, seja a ilusão de que o movimento popular, enquadrado pelo aparelho estatal, imprimiria ao nacionalismo uma mudança de rota no sentido de uma profunda transformação social.

* * * *

NOTAS

- 1 - Renan, J. E. - "Qu'est-ce qu'une nation?", in Renan, J. E. - "Discours et conférences", Calmann-Lévy, Paris, 1887, p. 286.
- 2 - "O Semanário" de 2/8/62.
- 3 - Ver, por exemplo, Tavares, A. - "Caio Prado e a revolução brasileira", in "Revista Civilização Brasileira", Rio de Janeiro, maio de 1967.
- 4 - Prado Jr., C. - "A revolução brasileira", Editora Brasiliense, São Paulo, 1968.
- 5 - Furtado, C. - "Análise do 'modelo' brasileiro", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976.
- 6 - Ver, por exemplo, Stavenhagen, R. - "Sete teses equivocadas sobre América Latina", in "Política Externa Independente" nº 1, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.
- 7 - Op. cit..
- 8 - Castro, A. B. - "7 ensaios sobre a agricultura brasileira", Forense, Rio de Janeiro, 1969.
- 9 - Oliveira, F. - "A economia brasileira: crítica da razão dualista", in "Estudos CEBRAP" nº 2, São Paulo, CEBRAP, 1972.
- 10 - Weffort, F. - "Estado e massas no Brasil", in "Revista Civilização Brasileira" nº 7, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.
- 11 - Weffort, F. - "Origens de sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)", in "Estudos CEBRAP" nº 4, CEBRAP, São Paulo, 1973.
- 12 - Cohn, G. - "Perspectivas da esquerda", in Ianni et al. - "Política e revolução social no Brasil", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.
- 13 - Ver, a esse respeito, Boito Jr., A. - "O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo", Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.
- 14 - Martins, C. E. - "Brasil - E. U. A.: dos 60 aos 70", CEBRAP,

São Paulo, 1975.

15 - Saes, D. A. J. - "Classe moyenne et systeme politique au Brésil", tese não publicada, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1974.

16 - Silva, S. - "Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil", Editora Alfa-ômega, São Paulo, 1976.

17 - Em relação ao par empirismo-essencialismo (mais precisamente, idealismo da essência/empirismo do sujeito - idealismo do sujeito/empirismo da essência), ver Althusser, L. - "Marxismo y humanismo", in Althusser, L. - "La revolución teorica de Marx", Siglo Veintiuno Editores, México, 1972. Embora não compartilhemos de todas as posições teóricas do autor, encontramos neste seu ensaio indicações preciosas para a análise do tema em questão. Acrescente-se que a citação de um ensaio sobre o humanismo não é incidental. Vertentes importantes do nacionalismo inspiraram-se teoricamente na problemática do humanismo burguês, tornando, inclusive, os conceitos de "homem" e "nação" praticamente intercambiáveis. A esse respeito, para o caso do nacionalismo do I. S. E. B., poderíamos citar a formulação de Vieira Pinto: "... humanismo e nacionalismo são expressões correlatas e homogêneas, ambas significam superar a alienação, num caso a alienação do homem, noutro, a da nação". Vieira Pinto, A. - "Consciência e realidade nacional", ISEB, Rio de Janeiro, 1959, v. 11, ps. 139-140, apud Toledo, C. N. - "ISEB: fábrica de ideologias", Editora Ática, São Paulo, 1977, p. 76.

18 - Stalin, J. - "Le marxisme et la question nationale", Éditions du Centenaire, Paris, 1974.

19 - Stalin, J. - "Fundamentos do Leninismo", Global Editora, São Paulo, s/d.

20 - Stalin, J. - "Le marxisme ...", op. cit., p. 11.

21 - Id., p. 12.

22 - Id., ib..

23 - Id., ib..

- 24 - Id., ib. (grifos do autor).
- 25 - Id., ib. (grifos do autor).
- 26 - Id., p. 13.
- 27 - Id., p. 14 (grifos do autor).
- 28 - Id., ps. 14-15 (grifos do autor).
- 29 - Id., p. 15.
- 30 - Id., ib..
- 31 - Id., p. 21.
- 32 - Id., p. 15.
- 33 - Abdel-Malek, A. - "La dialéctica social", Siglo Veintiuno Editores, México, 1975.
- 34 - Amim, S. - "La nation arabe: nationalisme et luttes de classes", Éditions du Minuit, Paris, 1976, p. 11.
- 35 - Althusser, L. - op. cit., especialmente p. 184.
- 36 - Marx, K. - "Contribuição à crítica da economia política", Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, 1977, p. 219.
- 37 - Marx, K. - "Teses sobre Feuerbach", in Marx, K. e Engels, F. - "A ideologia alemã", Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- 38 - Marx, K. - "Contribuição ...", op. cit., ps. 201-206.
- 39 - Althusser, L. - op. cit., p. 190.
- 40 - Recorremos à conceituação de Poulantzas, N. - "Pouvoir politique et classes sociales", François Maspero, Paris, 1972, v. 2, ps. 34-37.
- 41 - Lenin, V. I. - "Notas críticas sobre la cuestión nacional", in Lenin, V. I. - "Problemas de política nacional e internacionalismo proletário", Akal Editor, Madrid, 1975, p. 24.
- 42 - Id., p. 15.
- 43 - Lenin, V. I. - "Du droit des nation à disposer d'elles-mêmes", in Lenin, V. I. - "Oeuvres choisies", Éditions du Progrés, Moscou, 1971, v. 1, p. 590.
- 44 - Marx, K. - "Contribuição ...", op. cit., p. 201.

- 45 - Marx, K. - "A questão judaica", Editora Laemmert, Rio de Janeiro, 1969, p. 25.
- 46 - Id., ps. 49 4 26, respectivamente.
- 47 - Mackpherson, C. B. - "A teoria política do individualismo pos sessivo", Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979, p. 240.
- 48 - Lenin, V. I. - "Du droit ...", op. cit., p. 590.
- 49 - O conceito é utilizado por Poulantzas, mas com outras conotações teóricas. Ver Poulantzas, N. - "L'État, le pouvoir et le socialisme", Presses Universitaires de France, Paris, 1978, ps. 127-133.
- 50 - Badiou, A. e Balmès, F. - "De l'idéologie", François Maspero, Paris, 1976, p. 120.
- 51 - Id., p. 51.
- 52 - Em relação aos subconjuntos ideológicos, ver Poulantzas, N. - "Pouvoir politique ...", op. cit., vol. 2., p. 31.
- 53 - Rancière, J. - "La leçon d'Althusser", Éditions Gallimard, Paris, 1974, p. 253.
- 54 - Ver, a esse respeito, Silva, S. - op. cit..
- 55 - Idem.
- 56 - Gorender, J. - "A burguesia brasileira", Editora Brasiliense, Sao Paulo, 1982, ps. 59-61.
- 57 - Em relação à estrutura da indústria brasileira durante a República Velha, ver Villela, A. e Suzigan, W. - "Política do governo e crescimento da economia brasileira", IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1973.
- 58 - Carone recolheu excelente documentação a respeito da postura dos empresários industriais de São Paulo a esse respeito. Ver, especialmente, os artigos publicados em "O Estado de São Paulo" de 21/12/23 e no "Jornal do Comércio" de 27/10/25. Por outro lado, houve industriais que, individualmente, adotavam posição alternati va. Ver, a esse respeito, na mesma antologia de Carone, o artigo de Jorge Street, publicado originalmente no "Jornal do Comércio"

- de 13/6/19. Carone, E. - "O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)", DIFEL, São Paulo, 1977.
- 59 - Documentos significativos a esse respeito podem ser encontrados, por exemplo, em Carone, E. - op. cit..
- 60 - Em relação aos vínculos ideológicos e políticos entre a camada superior das classes médias e a burguesia comercial e bancária, ver Saes, D. A. M. - "Classe média e política no Brasil (1930-1964)", in Fausto, B. (org.) - "O Brasil Republicano", DIFEL, São Paulo, 1983, v. 3, especialmente p. 454.
- 61 - Gorender, J. - op. cit., ps. 54-57.
- 62 - Saes, D. A. M. - "Classe moyenne ...", op. cit..
- 63 - Elementos para esta análise serão apresentados no capítulo II deste trabalho.
- 64 - Uma análise das linhas mestras desse "pensamento autoritário" é feita por Lamounier, B. - "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação", in Fausto, B. (org.) - op. cit., v. 2. O trecho citado está na p. 356.
- 65 - Villela, A. e Suzigan, W.-op. cit., p. 180.
- 66 - Id., p. 367.
- 67 - Id., ps. 368-369.
- 68 - Rowland, R. - "Classe operária e Estado de Compromisso (origens estruturais da legislação trabalhista e sindical)", in "Estudos CEBRAP" nº 8, São Paulo, 1974, p. 39.
- 69 - Villela, A. e Suzigan, W. - op. cit., p. 40.
- 70 - Id., p. 217.
- 71 - Id., p. 367.
- 72 - Id., p. 130.
- 73 - Skidmore, T. - "Brasil: de Getúlio a Castelo", Ed. Saga, Rio de Janeiro, 1976, p.67.
- 74 - Elementos para o estudo desse debate podem ser encontrados, por exemplo, em Diniz, E. - "Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945", Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978,

cap. II.

- 75 - Fausto, B. - "A revolução de 1930: historiografia e história", Editora Brasiliense, São Paulo, 1975, p. 44.
- 76 - Vargas, G. D. - "Plataforma da Aliança Liberal", in Vargas, G. D. - "A nova política do Brasil", Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1938, v. 1, p. 39.
- 77 - Id., p. 30.
- 78 - "Legião Revolucionária de São Paulo" - "Programa partidário", in Carone, E. - "O tenentismo", DIFEL, São Paulo, 1975, ps. 451-452.
- 79 - Id., p. 452.
- 80 - Id., ib..
- 81 - "Clube 3 de Outubro" - "Teses aprovadas na Convenção Nacional de outubro de 1932", in Carone, E. - "O tenentismo", op. cit., p. 407.
- 82 - "Legião Revolucionária de São Paulo" - "Programa ...", op. cit., p. 45.
- 83 - "Clube 3 de Outubro" - "Crítica à Assembléia Nacional Constituinte", in Carone, E. - "O tenentismo", op. cit., p. 423.
- 84 - "Brasil Novo: Manifesto-Programa", in Carone, E. - "O tenentismo", op. cit., p. 368.
- 85 - "Clube 3 de Outubro" - "Crítica ...", op. cit., p. 424.
- 86 - Id., ib..
- 87 - Id., ib..
- 88 - Citado por Victor, M. - "A batalha do petróleo brasileiro", Editora Civilização Brasileira, 1970, p. 98.
- 89 - Vargas, G. D. - "A Revolução, as suas origens e o seu programa", in Vargas, G. D. - op. cit., v. 1, p. 85.
- 90 - Vargas, G. D. - "O primeiro ano do governo provisório e suas diretrizes", in Vargas, G. D. - op. cit., v. 1, p. 212.
- 91 - Vargas, G. - "Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação", in Vargas, G. - op. cit.,

v. 3, p. 76.

92 - Vargas, G. D. - "No limiar do ano de 1938", in Vargas, G. D. - op. cit., v. 5, p. 123.

93 - Id., p. 125.

94 - Vargas, G. D. - "Problemas e realizações do Estado Novo", in Vargas, G. D. - op. cit., v. 5., p. 178.

95 - Vargas, G. D. - "O reaparelhamento das forças armadas é obra da vontade nacional orientada pelo governo", in Vargas, G. D. - op. cit., v. 5, p. 195.

96 - Vargas, G. D. - "Problemas ...", op. cit., p. 164.

97 - Vargas, G. D. - "A estrada de rodagem Rio-Bahia", in Vargas, G. D. - op. cit., v. 7, ps. 40-41.

98 - Vargas, G. D. - "A reorganização e o reaparelhamento do Exército no decênio 1930-1940", in Vargas, G. D. - op. cit., v. 8, p. 156.

99 - Vargas, G. D. - "A cultura e a máquina", in Vargas, G. D. - op. cit., v. 8, p. 214.

100 - Vargas, G. D. - "A industrialização do ferro - base da nova estrutura econômica do Brasil", in Vargas, G., op. cit., v. 7, p. 135.

101 - Vargas, G. D. - "A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos", in Vargas, G. D. - op. cit., v. 1, p. 118.

102 - Id., ib..

103 - Id., ib..

104 - Id., p. 122.

105 - Vargas, G. D. - "As classes trabalhadoras e o governo da revolução", in Vargas, G. D. - op. cit., v. 2, ps. 97-98.

106 - Vargas, G. D. - "Necessidade e dever de repressão ao comunismo", in Vargas, G. - op. cit., v. 4, p. 153.

107 - Vargas, G. D. - "As corporações militares, entidades educadoras do povo", in Vargas, G. D. - op. cit., v. 4, p. 226.

108 - Vargas, G. D. - "O Estado Novo e as classes trabalhadoras",

- in Vargas, G. D. - op. cit., v. 5, p. 203.
- 109 - Schilling, P. - "Como se coloca a direita no poder", Global Editora, 1979, v. 1, p. 30.
- 110 - Vargas, G. D. - "Os saldos ouro e o problema siderúrgico", in Vargas, G. D. - op. cit., vol. 1, p. 30.
- 111 - Schilling, P. - op. cit., v. 1, p. 30.
- 112 - Vargas, G. D. - "A reforma ...", op. cit., p. 122.
- 113 - Moura, A. - "Capitais estrangeiros no Brasil", Editora Brasiliense, São Paulo, 1960, p. 62.
- 114 - Bandeira, M. - "Presença dos Estados Unidos no Brasil", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1973, p. 244.
- 115 - Vargas, G. D. - "O primeiro ano do Governo Provisório", in Vargas, G. D. - op. cit., v. 1, ps. 159-160, citado por Rowland, R. - op. cit., p. 27.
- 116 - Vargas, G. D. - "Problemas ...", op. cit., p. 165.
- 117 - Id., p. 166.
- 118 - Id., ib..
- 119 - Bandeira, M. - op. cit., ps. 258-9.
- 120 - Vargas, G. D. - "Problemas ...", op. cit., p. 166.
- 121 - Id., p. 179.
- 122 - Id., ib..
- 123 - Id., ps. 179-180.
- 124 - Bandeira, M. - op. cit., p. 268 (grifos nossos).
- 125 - Vargas, G. D. - "A obra de dez anos de governo", in Vargas, G. D. - op. cit., v. 7, ps. 179-180.
- 126 - Id., p. 180.
- 127 - Id., ib..
- 128 - Id., p. 181.
- 129 - Simonsen, R. - "Aspectos da política econômica nacional", Empresa Gráfica "Revista dos Tribunaes", São Paulo, 1935.
- 130 - Simonsen, R. - "Possibilidades da expansão industrial brasileira" (parecer apresentado ao Conselho Federal de Comércio Exte-

- rior), in Simonsen, R. - "A Indústria em face da economia nacional", Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunaes", São Paulo, 1937.
- 131 - Id. ps. 27-28.
- 132 - Simonsen, R. - "Aspectos ...", op. cit., p. 3.
- 133 - Id., p. 66.
- 134 - Simonsen, R. - "Possibilidades ...", op. cit., p.33
- 135 - Id., p. 28.
- 136 - Id., p. 29.
- 137 - Simonsen, R. - "Aspectos ...", op. cit., p. 6.
- 138 - Simonsen, R. - "Possibilidades ...", op. cit., p. 63.
- 139 - Simonsen, R. - "Aspectos ...", op. cit., p. 7.
- 140 - Simonsen, R. - "Possibilidades ...", op. cit., p. 59.
- 141 - Id., p. 42.
- 142 - Segundo Paulo Assumpção, citado por Leme, M. S. - "A ideologia dos industriais brasileiros: 1919-1945", Editora Vozes, Petrópolis, 1978, ps. 95-96.
- 143 - Simonsen, R. - "Aspectos ...", op. cit., ps. 66-7.
- 144 - Simonsen, R. - "Possibilidades ...", op. cit., p. 49.
- 145 - Simonsen, R. - "Aspectos ...", op. cit., p. 20.
- 146 - Id., p. 18.
- 147 - Simonsen, R. - "Possibilidades ...", op. cit., p. 38.
- 148 - Simonsen, R. - "Aspectos ...", op. cit., p. 35.
- 149 - Simonsen, R. - "Possibilidades ...", op. cit., p. 38.
- 150 - Simonsen, R. - "Aspectos ...", op. cit., p. 8.
- 151 - Id., ib..
- 152 - Simonsen, R. - "Possibilidades ...", op. cit., p. 43.
- 153 - "A Informação", Rio de Janeiro, 26/6/35, citado por Diniz, E. - op. cit., p. 128.
- 154 - Citado por Leme, M. S. - op. cit., p. 95.
- 155 - Simonsen, R. - "Aspectos ...", op. cit., p. 15.
- 156 - Id., p. 46.
- 157 - Id., p. 52.
- 158 - Martins, L. - "Politique et développement économique-structures de pouvoir et système de décisions du Brésil", tese, Uni-

- versité René Descartes, Paris, p. 481.
- 159 - Mello, J. M. C. - "O capitalismo tardio", tese mimeografada, UNICAMP, 1975.
- 160 - Martins, L. - op. cit., p. 482.
- 161 - Mello, J. M. C. - op. cit., p. 124.
- 162 - Simonsen, R. - "Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra", in Simonsen, R.- "Simonsen e a Operação Pan-Americana", Serviços de Publicações FI-ESP e CIESP, São Paulo, 1958, p. 37.
- 163 - Id., p. 33.
- 164 - Id., ib..
- 165 - Carone, E. - "A Terceira República (1937-1945)", DIFEL, 1976, p. 329.
- 166 - Id., p. 330.
- 167 - Id., p. 338.
- 168 - Id., p. 340.
- 169 - Id., p. 343.
- 170 - Id., p. 344.
- 171 - Id., ib..
- 172 - "Luiz Carlos Prestes e a situação no Brasil e no mundo", "O Globo" (15/3/45), reproduzido em Carone, E. - "O P. C. B.", DIFEL, 1982, v. 2, p. 23.
- 173 - Id., ps. 23-24.
- 174 - Prestes, L. C. - "União Nacional para a democracia e o progresso", in Carone, E. - "O P. C. B.", op. cit., v. 2, p. 32.
- 175 - "Luiz ..." - op. cit., p. 23.
- 176 - O manifesto do Movimento Unificador dos Trabalhadores está reproduzido em Carone, E. - "A Terceira ...", op. cit., ps. 532-538. A citação é da p. 535.
- 177 - Prestes, L. C. - "União ...", op. cit., p. 34.
- 178 - Manifesto do Movimento Unificador dos Trabalhadores, op. cit., p. 535.

- 179 - Prestes, L. C. - "União ...", op. cit., p. 35.
- 180 - Id., p. 34.
- 181 - "Luiz ...", op. cit., p. 24.
- 182 - Prestes, L. C. - "União ...", op. cit., p. 34.
- 183 - Id., ib..
- 184 - Id., ib..
- 185 - Ver o longo memorial que os empresários de São Paulo publicaram na imprensa, por ocasião do aniversário de Vargas, em 19/4/42. O documento está reproduzido em Carone, E. - "A Terceira ...", op. cit., ps. 349-357. A expressão citada está na p. 351.
- 186 - Simonsen, R. - "O Plano Marshall e um novo critério nas relações internacionais", in Simonsen, R. - "Simonsen e a Operação ...", op. cit., p. 58.
- 187 - Simonsen, R. - "O Plano Marshall e suas prováveis repercussões na América Latina", in Simonsen, R. - "Simonsen e a Operação ...", op. cit., p. 130. Trata-se de um relatório apresentado (e aprovado por unanimidade) na XXVI Reunião Plenária da Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção", realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 1947.
- 188 - Id., p. 133.
- 189 - Id., ib..
- 190 - Id., ib..
- 191 - Id., ib..
- 192 - Simonsen, R. - "Sugestões para uma política Pan-americana - problemas do desenvolvimento econômico latino-americano", in Simonsen, R. - "Simonsen e a Operação ...", op. cit., p. 65.
- 193 - Simonsen, R. - "O plano Marshall e um novo critério ...", op. cit., p. 58 (grifos dele).
- 194 - Skidmore, T. - op. cit., p. 150.
- 195 - Sodré, N. W. - "História da Burguesia Brasileira", Editora Civilização Brasileira, 1976, ps. 311-313.
- 196 - Bandeira, M. - op. cit., p. 317.

- 197 - Victor, M. - op. cit., p. 201.
- 198 - Id., p. 260.
- 199 - Id., p. 336.
- 200 - Prestes, L. C. - "Como enfrentar os problemas da revolução a grãria e antiimperialista", in Carone, E. - "O P. C. B.", op. cit., v. 2, ps. 76 e ss..
- 201 - Id., p. 75.
- 202 - Id., p. 86.
- 203 - Id., ps. 88-89.
- 204 - Prestes, L. C. - "Informe político ao Comitê Central do P. C. B.", in Carone, E. - "O P. C. B.", op. cit., v. 2, p. 99.
- 205 - Id., p. 101.
- 206 - Prestes, L. C. - "Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação", in Carone, E. - "O P. C. B.", op. cit., v. 2, ps. 109-110.
- 207 - Boletim Informativo da FIESP-CIESP nº 162 (10/1/52).
- 208 - B. I. da FIESP-CIESP nº 177 (23/2/53).
- 209 - B. I. da FIESP-CIESP nº 173 (26/1/53).
- 210 - Ver editorial do B. I. da FIESP-CIESP nº 183 (6/4/53) sobre a visita de Euvaldo Lodi aos E. U. A..
- 211 - B. I. da FIESP-CIESP nº 179 (9/3/53).
- 212 - B. I. da FIESP-CIESP nº 161 (3/11/52).
- 213 - B. I. da FIESP-CIESP nº 194 (22/6/53).
- 214 - B. I. da FIESP-CIESP nº 183 (6/4/53).
- 215 - Vargas, G. D. - "Discurso do Ano Novo em 31/12/51", in Vargas, G. D. - "O governo trabalhista do Brasil", Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1954, v. 2, p. 72.
- 216 - Id., p. 67.
- 217 - Id., p. 68.
- 218 - Vargas, G. D. - "Discurso pronunciado no Estádio do C. R. Vasco da Gama em 1/5/51", in Vargas, G. D. - "O governo ...", op. cit., v. 1, p. 327.

- 219 - Vargas, G. D. - "Discurso pronunciado durante as comemorações do dia do trabalho em 1/5/52", in Vargas, G. D. - "O governo ...", op. cit., v. 2, p. 454.
- 220 - Vargas, G. D. - "Discurso do Ano ...", op. cit., ps. 66-67.
- 221 - Vargas, G. D. - id., p. 77.
- 222 - A esse respeito, ver Martins, L. - op. cit..
- 223 - Vargas, G. D. - "Discurso pronunciado durante as comemorações ...", op. cit., p. 459.
- 224 - Vargas, G. D. - "Discurso do Ano ...", op. cit., ps. 66-67.
- 225 - Id., p. 67.
- 226 - Vargas, G. D. - "Discurso pronunciado no Estádio ...", op. cit., ps. 325-326.
- 227 - Citado por Martins, L. - op. cit., p. 545.
- 228 - Citado por Moisés, J. A. - "1953, a greve dos 300 mil em São Paulo", in Contraponto" nº 1, Centro de Estudos Noel Nutels, Rio de Janeiro, 1976, p. 27.
- 229 - Id., ib..
- 230 - Para uma análise desse processo, ver, entre outros, Mello, J. M. C., op. cit., e Singer, P. - "O 'milagre brasileiro': causas e consequências", CEBRAP, São Paulo, 1972.
- 231 - Bandeira, M. - op. cit., p. 392. A imprensa da época acompanhou atenta e - na maioria das vezes - euforicamente essa onda de inversões estrangeiras. Ver, por exemplo, o "Diário de São Paulo" de 17/2/57 e o "Correio Paulistano" de 23/7/60.
- 232 - Bandeira, M. - op. cit., p. 392.
- 233 - Apresentação do primeiro número de "Desenvolvimento & Conjuntura" (julho de 1957), p. 1.
- 234 - Editorial do mesmo número de "Desenvolvimento & Conjuntura", ps. 6-7 e 7, respectivamente.
- 235 - Id., p. 7.
- 236 - Id., ib..

- 237 - Id., p. 7.
- 238 - Id., p. 14.
- 239 - Id., ib.. Ver, também, discurso de Lídio Lunardi, presidente da C. N. I., na abertura da Conferência Internacional de Investidores, in "Desenvolvimento & Conjuntura", agosto de 1958, ps. 203-206.
- 240 - "Desenvolvimento & Conjuntura", outubro de 1957, p. 127.
- 241 - Id., p. 126.
- 242 - Id., p. 128.
- 243 - Críticas de Antonio Devisate, em maio de 1956 em outubro do mesmo ano (já então como presidente da FIESP) são citadas por Ferreira, Pinto - "Capitais estrangeiros e dívida externa do Brasil", Editora Brasiliense, 1965, p. 229.
- 244 - Ver editorial de "Desenvolvimento & Conjuntura", março de 1958, contra as investidas da American Can no setor de fabricação de latas. No mesmo editorial, são feitas críticas à Instrução 113. Ver também recomendação da III Reunião Plenária da Indústria para que se alterasse a Instrução 113, em "Desenvolvimento & Conjuntura", outubro de 1957, p. 128.
- 245 - Id., ib..
- 246 - Id., ib..
- 247 - Bandeira, M. - op. cit., ps. 394-397.
- 248 - Skidmore, T. - op. cit., p. 224.
- 249 - Bandeira, M. - op. cit., p. 398.
- 250 - Citado por Martins, L. - op. cit., p. 545.
- 251 - Skidmore, T. - op. cit., p. 460.
- 252 - Não pretendemos fazer, aqui, uma análise sistemática do pensamento isebiano, mas apenas ressaltar alguns aspectos importantes para este trabalho. Para um exame detalhado da ideologia do ISEB, ver Toledo, C. N. - op. cit.
- 253 - Vieira Pinto, A. - "Ideologia e desenvolvimento nacional", ISEB, Rio de Janeiro, 1960, p. 26.
- 254 - Id., p. 24.
- 255 - Jaguaribe, S. - "Burguesia y proletariado en el nacionalismo

- brasileiro", Editora Coyoacán, Buenos Aires, 1961, p. 27.
- 256 - Id., ps. 47-48.
- 257 - Vieira Pinto, A. - op. cit., p. 40.
- 258 - Jaguaribe, H. - op. cit., p. 39.
- 259 - Vieira Pinto, A. - op. cit., p. 15.
- 260 - Id., p. 36.
- 261 - Id., p. 33.
- 262 - Singer, P. - op. cit., p. 47.
- 263 - Ver, a esse respeito, os dados de Fishlow sobre a evolução do salário-mínimo real na cidade do Rio de Janeiro, in Fishlow, A. - "Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964", in "Estudos CEBRAP" nº 18, CEBRAP, São Paulo, 1976, p. 26.
- 264 - Ver, a esse respeito, Boito Jr., A. - "A ideologia do populismo sindical (pequena burguesia e proletariado no movimento sindical brasileiro)", in "Teoria & Política" nº 2, Editora Brasil Debates, São Paulo, 1980, p. 31.
- 265 - "Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro", in "Documentos do Partido Comunista Brasileiro", Edições Avante, Lisboa, 1976, ps. 9-41.
- 266 - Id., p. 12.
- 267 - Id., ps. 12-13.
- 268 - Id., p. 13.
- 269 - Id., ib..
- 270 - Id., ib. e, também, p. 23.
- 271 - Id., p. 26.
- 272 - Id., ps. 26-27.
- 273 - Id., p. 27.
- 274 - Id., p. 31.
- 275 - Id., ib..
- 276 - Id., p. 32.
- 277 - Id., ps. 32-33.
- 278 - Id., p. 33.

- 279 - Id., ib..
- 280 - Id., p. 37.
- 281 - Id., p. 29.
- 282 - Maia Neto, J. - "Brasil - guerra-quente na América Latina", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, p. 148.
- 283 - Erickson, K. P. - "Sindicalismo no processo político do Brasil", Editora Brasiliense, 1979, p. 151.
- 284 - "O Estado de São Paulo", 6/7/62.
- 285 - "Jornal do Brasil", 12/7/62.
- 286 - Id..
- 287 - Erickson, K. P. - op. cit., p. 148.
- 288 - A esse respeito, ver Tavares, A. - "Causas da queda de João Goulart", in Tavares, A. et al. - "O Brasil na encruzilhada", Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1970.
- 289 - Id..
- 290 - Id..
- 291 - Miglioli, J. - "Como são feitas as greves no Brasil", Editora Civilização Brasileira, 1963.
- 292 - Id., p. 98.
- 293 - Id., p. 99.
- 294 - Id., ib..
- 295 - Id., p. 100.
- 296 - Ver, a esse respeito, Erickson, K. P. - op. cit., p. 152.
- 297 - Id., ib..
- 298 - Id., p. 153.
- 299 - Miglioli, J. - op. cit., p. 121.
- 300 - Id., ps. 117-118.
- 301 - Ver, a esse respeito, Maia Neto, J. - op. cit., ps. 148-149.
- 302 - O trabalho foi publicado no Boletim Informativo da FIESP-CIESP nº 635 (6/12/61), ps. 105-131.
- 303 - Id., p. 107.
- 304 - Id., p. 108.

305 - Id., p. 109.

306 - Id., p. 122.

307 - Id., ib..

308 - Id., ib..

309 - Id., p. 109.

310 - Id., p. 126.

311 - Id., p. 127.

312 - Id., p. 109.

313 - Ver o "Correio da Manhã" de 10/12/61. O jornal, depois de provar a existência do documento, afirma que este "influiu decisivamente na aprovação do projeto sobre remessas na Câmara Federal". Finalmente, acusa os autores de confundirem a questão da remessa de lucros, que, segundo o "Correio da Manhã", deveria ser disciplinada nos termos do projeto de Daniel Faraco, com a importação de capitais estrangeiros ("necessária para tornar independente o país").

314 - O desmentido de José Ermírio de Moraes a respeito de sua propalada influência na aprovação, na Câmara, do projeto de lei de remessa de lucros foi publicado pelo Boletim Informativo da FIESP-CIESP nº 638 (27/12/61).

315 - "Sociedade Anônima Indústrias Votorantim: relatório da diretoria", publicado em "Desenvolvimento & Conjuntura", maio de 1962, ps. 103-117.

316 - Id., p. 103.

317 - Tais choques vinham de longa data. Ver, por exemplo, a carta de José Ermírio de Moraes a Agamenon Magalhães, então governador de Pernambuco (1952), opondo-se à proposta da Reynolds Metals Company para instalação de uma usina metalúrgica em Paulo Afonso. A carta está publicada em Carone, E. - "A Quarta República", DIFEL, São Paulo, 1980, ps. 413-416.

318 - "Sociedade ...", op. cit., p. 106.

319 - Id., p. 108.

- 320 - "Desenvolvimento & Conjuntura", outubro de 1962, p. 4.
- 321 - Id., p. 5
- 322 - Id., ps. 3-4.
- 323 - Id., ib..
- 324 - Magalhães, J. P. A. - "Relações econômicas do Brasil com os Estados Unidos - uma tentativa de avaliação crítica", in "Desenvolvimento & Conjuntura", abril/1963, ps. 37-45
- 325 - Paiva, G. - "A remessa de lucros e os investimentos estrangeiros", in "Digesto Econômico", nov./dez. de 1962, p. 8.
- 326 - Id., p. 9.
- 327 - Id., p. 11.
- 328 - Id., ib..
- 329 - Id., ps. 12-13.
- 330 - Id., p. 12.
- 331 - Id., p. 14.
- 332 - Id., p. 15.
- 333 - Boletim Informativo da FIESP-CIESP nº 631 (8/11/61). Ver, também, a esse respeito, os Boletins nºs. 636, 637 e 638 de, respectivamente, 13, 20 e 27 de dezembro de 1961.
- 334 - B. I. da FIESP-CIESP nº 653 (11/4/62).
- 335 - "O Estado de São Paulo" de 25/8/62.
- 336 - O discurso de Noschese foi publicado no B. I. da FIESP-CIESP nº 679 (10/10/62), ps. 527-534, com o título "Não devemos e não seremos indiferentes à guerra declarada ao Brasil e às suas instituições livres".
- 337 - Id., p. 532.
- 338 - Id., p. 531.
- 339 - Id., p. 530.
- 340 - Ver, por exemplo, FIESP-CIESP - "Anais da XIII Convenção dos Industriais do Interior", FIESP-CIESP, São Paulo, 1963. Em seu discurso, na referida convenção, Noschese reafirmou que "a indústria de São Paulo prestigia os objetivos do Plano Trienal". Em relação

- à posição da C. N. I., ver, em "Desenvolvimento & Conjuntura" de maio de 1963: "Considerações críticas sobre o Plano Trienal".
- 341 - O editorial, intitulado "Crise brasileira e condições para sua superação", está nas ps. 3-6. A frase citada está nas ps. 5-6.
- 342 - Id., p. 4.
- 343 - Id., p. 5.
- 344 - Id., ib..
- 345 - Id., p. 6.
- 346 - Id., ib..
- 347 - FIESP-CIESP - "Anais da XII Convenção dos Industriais do Interior", Serviço de Publicações FIESP-CIESP, São Paulo, 1963, p. 51. A citação do discurso pronunciado na XI Convenção é feita pelo próprio Devisate, na p. 44.
- 348 - Ver, no Boletim Informativo nº 665 (4/7/62), "A indústria paulista e a preservação das instituições democráticas".
- 349 - Ver, no B. I. nº 671 (15/1/62), "Quando a greve é um crime".
- 350 - Ver, no B. I. nº 689 (19/12/62), "Impatriótico o movimento grevista dos funcionários do Banco do Brasil".
- 351 - Ver, no B. I. nº 728 (18/9/63), "Empresários paulistas apoiam as medidas tomadas pelo governador".
- 352 - Ver, no B. I. nº 735 (6/11/63), "Compete aos sindicatos reajustes salariais" e "Indústria somente fará acordo em separado, dentro da Lei e da Ordem".
- 353 - Ver, no B. I. nº 745 (15/1/64), "Desenvolvimento econômico e industrialização". A conferência foi pronunciada, no Fórum "Roberto Simonsen", por Ismil Munhoz Bailão, da assessoria econômica da FIESP.
- 354 - O discurso de Goulart, pronunciado em 4 de abril de 1962, está publicado em Dantas, S. T. - "Política externa independente", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1962, ps. 224-228. A citação é da p. 226.
- 355 - Id., p. 227.
- 356 - Ver o discurso de Goulart em "O Estado de São Paulo" de

18/1/64.

357 - Ver discurso citado na nota nº 354.

358 - O artigo de Sérgio Magalhães foi publicado em "O Semanário" de 21/6/62.

359 - "O Semanário" de 5/7/62.

360 - A lei de remessa de lucros foi publicada por diversos jornais da época. Ver, por exemplo, "O Estado de São Paulo" de 8/9/62.

361 - Ver prefácio de Roberto Accioli a Conselho Nacional de Estatística (I. B. G. E.) - "Ação governamental de João Goulart", I. B. G. E., Rio de Janeiro, 1964, p. 6.

362 - Discurso de Goulart citado na nota 352.

363 - Id.

364 - Brizola, L. - "Conferência no Colégio Júlio de Castilhos, Porto Alegre, em 20/10/61", in Schilling, P. - op. cit., v. 2, p. 144 (grifos nossos).

365 - Id., p. 151.

366 - O discurso de Goulart, pronunciado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, está publicado em Silva, H. - "1964: golpe ou contragolpe?", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975, ps. 457-466. A citação é da p. 460.

367 - Id., ib..

368 - Brizola, L. - op. cit., p. 144.

369 - Id., p. 147.

370 - Id., ib..

371 - O capítulo, intitulado "Política Internacional", está publicado em Dantas, S. T. - op. cit., ps. 17-26. A citação é da p. 25.

372 - Id., ib..

373 - Brizola, L. - op. cit., p. 148.

374 - Brizola, L. - "Conferência na União Nacional dos Estudantes" (16/6/61), in Schilling, P. - op. cit., v. 2, p. 135.

375 - Id., p. 137.

376 - Brizola, L. - "Conferência de Presidente Prudente, por ocasião da instalação da Junta Acadêmica Regional do Oeste Paulista e Norte-Paranaense, em 25 de novembro de 1961", in Schilling, P. - op. cit., v. 2, ps. 164-165.

377 - Id., ps. 157-158.

378 - Cit. na nota nº 1.

379 - Poulantzas, N. - "Fascismo e ditadura", Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, 1978, cpa. VII, principalmente parte 3.

380 - Id., p. 338.

* * *

Bibliografia

- ABDEL-MALEK, A. - "La dialéctica social", Siglo Veintiuno Editores, México, 1975.
- ALTHUSSER, L. - "Marxismo y humanismo", in Althusser, L. - "La revolución teórica de Marx", Siglo Veintiuno Editores, México, 1972.
- AMIM, S. - "La nation arabe: nationalisme et luttes de classes", Éditions du Minuit, Paris, 1976.
- BADIOU, A. e BALMÈS, F. - "De l'idéologie", François Maspero, Paris, 1976.
- BANDEIRA, M. - "O Governo João Goulart - as lutas sociais no Brasil: 1961-1964", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.
- BANDEIRA, M. - "Presença dos Estados Unidos no Brasil", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1973.
- BOITO JR., A. - "A ideologia do populismo sindical (pequena burguesia e proletariado no movimento sindical brasileiro)", in "Teoria & Política" nº 2, Editora Brasil Debates, São Paulo, 1980.
- BOITO JR., A. - "O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo", Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.
- CARONE, E. - "O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)", DIFEL, São Paulo, 1977.
- CARONE, E. - "O tenentismo", DIFEL, São Paulo, 1975.
- CARONE, E. - "A Terceira República (1937-1945)", DIFEL, 1976.
- CARONE, E. - "A Quarta República", DIFEL, São Paulo, 1980.
- CARONE, E. - "O P. C. B.", DIFEL, 1982.
- CASTRO, A. B. - "7 ensaios sobre a agricultura brasileira", Forense, Rio de Janeiro, 1969.
- COHN, G. - "Perspectivas da esquerda", in Ianni et al. - "Política e revolução social no Brasil", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.
- CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (I. B. G. E.) - "Ação governamental de João Goulart", I. B. G. E, Rio de Janeiro, 1964.

- DANTAS, S. T. - "Política externa independente", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1962.
- DINIZ, E. - "Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945", Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- ERICKSON, K. P. - "Sindicalismo no processo político do Brasil", Editora Brasiliense, 1979.
- FAUSTO, B. - "A revolução de 1930: historiografia e história", Editora Brasiliense, São Paulo.
- FERREIRA, Pinto - "Capitais estrangeiros e dívida externa do Brasil", 1965.
- FIESP-CIESP - "Anais da XII Convenção dos Industriais do Interior", Serviço de Publicações FIESP-CIESP, São Paulo, 1963.
- FIESP-CIESP - "Anais da XIII Convenção dos Industriais do Interior", FIESP-CIESP, São Paulo, 1963.
- FISHLOW, A. - "Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964", in "Estudos CEBRAP" nº 18, CEBRAP, São Paulo, 1976.
- FURTADO, C. - "Análise do 'modelo' brasileiro", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976.
- GORENDER, J. - "A burguesia brasileira", Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.
- JAGUARIBE, S. - "Burguesia y proletariado en el nacionalismo brasileiro", Editora Coyoacán, Buenos Aires, 1961.
- LAMOUNIER, B. - "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação", in Fausto, B. (org.) - "O Brasil Republicano", DIFEL, São Paulo, 1983, v. 2.
- LEME, M. S. - "A ideologia dos industriais brasileiros: 1919-1945", Editora Vozes, Petrópolis, 1978.
- LENIN, V. I. - "Du Droit des nation à disposer d'elles-mêmes", in Lenin, V. I. - "Oeuvres choisies", Éditions du Progrès, Moscou, v. I, 1971.
- LENIN, V. I. - "Notas críticas sobre la cuestión nacional", in Le-

- nin, V. I. - "Problemas de política nacional e internacionalismo proletário", Akal Editor, Madrid, 1975.
- MACKPHERSON, C. B. - "A teoria política do individualismo possessivo", Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- MAIA NETO, J. - "Brasil - guerra-quente na América Latina", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.
- MARTINS, E. C. - "Brasil - E. U. A.: dos 60 aos 70", CEBRAP, São Paulo, 1975.
- MARTINS, L. - "Politique et développement économique - structures de pouvoir et système de décisions du Brésil", tese, Université René Descartes, Paris.
- MARX, K. - "Contribuição à crítica da economia política", Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, 1977.
- MARX, K. - "A questão judaica", Editora Laemmert, Rio de Janeiro, 1969.
- MARX, K. - "Teses sobre Feuerbach", in Marx, K. e Engels, F. - "A ideologia alemã", Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- MELLO, J. M. C. - "O capitalismo tardio", tese, UNICAMP, 1975.
- MIGLIOLI, J. - "Como são feitas as greves no Brasil", Editora Civilização Brasileira, 1963.
- MOISÉS, J. A. - "1953, a greve dos 300 mil em São Paulo", in "Contraponto" nº 1, Centro de Estudos Noel Nutels, Rio de Janeiro, 1976.
- MOURA, A. - "Capitais estrangeiros no Brasil", Editora Brasiliense, São Paulo, 1960.
- OLIVEIRA, F. - "A economia brasileira: crítica da razão dualista", in "Estudos CEBRAP" nº 2, São Paulo, CEBRAP, 1972.
- P. C. B. - "DOCUMENTOS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO", Edições Avante, Lisboa, 1976.
- POULANTZAS, N. - "Pouvoir politique et classes sociales", François Maspero, Paris, 1972.

- POULANTZAS, N. - "Fascismo e ditadura", Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, 1978.
- POULANTZAS, N. - "L'État, le pouvoir et le socialisme", Presses Universitaires de France, Paris, 1978.
- PRADO JR., C. - "A revolução brasileira", Editora Brasiliense, São Paulo, 1968.
- RANCIÈRE, J. - "La leçon d'Althusser", Éditions Gallimard, Paris, 1974.
- RENAN, J. E. - "Qu'est-ce qu'une nation?", in Renan, J. E. - "Discours et conférences", Calmann-Lévy, Paris, 1887.
- ROWLAND, R. - "Classe operária e Estado de Compromisso (origens estruturais da legislação trabalhista e sindical)", in "Estudos CEBRAP" nº 8, CEBRAP, São Paulo, 1974.
- SAES, D. A. M. - "Classe moyenne et système politique au Brésil", tese não publicada, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1974.
- SAES, D. A. M. - "Classe média e política no Brasil (1930-1964)", in Fausto, B. (org.) - op. cit., v. 3.
- SCHILLING, P. - "Como se coloca a direita no poder", Global Editora, 1979.
- SILVA, H. - "1964: golpe ou contragolpe?", Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.
- SILVA, S. - "Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil", Editora Alfa-ômega, São Paulo, 1976.
- SIMONSEN, R. - "Aspectos da política econômica nacional", Empresa Gráfica "Revista dos Tribunaes", São Paulo, 1935.
- SIMONSEN, R. - "Simonsen e a Operação Pan-Americana", Serviço de Publicações FIESP e CIESP, São Paulo, 1958.
- SIMONSEN, R. - "A indústria em face da economia nacional", Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", São Paulo, 1977.
- SINGER, P. - "O 'milagre brasileiro': causas e conseqüências", CEBRAP, São Paulo, 1972.

- SKIDMORE, T. - "Brasil: de Getúlio a Castelo", Ed. Saga, Rio de Janeiro, 1976.
- SODRÉ, N. W. - "História da Burguesia Brasileira", Editora Civilização Brasileira, 1976.
- STALIN, J. - "Le marxisme et la question nationale", Éditions du Centenaire, Paris, 1974.
- STALIN, J. - "Fundamentos do Leninismo", Global Editora, São Paulo, s/d.
- STAVENHAGEN, R. - "Siete teses equivocadas sobre América Latina", in "Política Externa Independente" nº 1, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.
- TAVARES, A. - "Caio Prado e a revolução brasileira", in "Revista Civilização Brasileira", Rio de Janeiro, maio de 1967.
- TAVARES, A. - "Causas da queda de João Goulart", in Tavares, A. et al. - "O Brasil na encruzilhada", Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1970.
- TOLEDO, C. N. - "ISEB: fábrica de ideologias", Editora Ática, São Paulo, 1977.
- VARGAS, G. D. - "A nova política do Brasil", Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1938.
- VARGAS, G. D. - "O governo trabalhista do Brasil", Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1954.
- VICTOR, M. - "A batalha do petróleo brasileiro", Editora Civilização Brasileira, 1970.
- VIEIRA PINTO, A. - "Ideologia e desenvolvimento nacional", ISEB, Rio de Janeiro, 1960.
- VIEIRA PINTO, A. - "Consciência e realidade nacional", ISEB, Rio de Janeiro, 1959.
- VILLELA, A. e SUZIGAN, W. - "Política do governo e crescimento da economia brasileira", IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1973.
- WEFFORT, F. - "Estado e massas no Brasil", in "Revista Civilização Brasileira" nº 7, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro,

1968.

WEFFORT, F. - "Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra)", in "Estudos CEBRAP" nº 4, CEBRAP, São Paulo, 1973.

Jornais e periódicos

- "Boletim Informativo da FIESP-CIESP", São Paulo, nºs. 161, 162, 173, 177, 179, 181, 183, 194, 631, 635, 636, 637, 638, 653, 655, 671, 679, 689, 728, 735 e 745.
- "Correio da Manhã", Rio de Janeiro, 10/12/61.
- "Correio Paulistano", São Paulo, 23/7/60.
- "Desenvolvimento & Conjuntura", Rio de Janeiro, julho e outubro de 1957, março e agosto de 1958, maio e outubro de 1962, abril e maio de 1963.
- "Diário de São Paulo", São Paulo, 17/2/57.
- "Digesto Econômico", Rio de Janeiro, novembro/dezembro de 1962.
- "O Estado de São Paulo", São Paulo, 6/7/62, 25/8/62 e 18/1/64.
- "Jornal do Brasil", Rio de Janeiro, 12/7/62.
- "O Semanário", Rio de Janeiro, 21/6/62, 5/7/62 e 2/8/62.

* * *

Comissão julgadora:
